

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Luiz Wilson Machado da Costa e Silva Neto

**QUESTÕES ÉTICAS EM PESQUISAS *ONLINE* E EM AMBIENTES VIRTUAIS DE
APRENDIZAGEM SOB O OLHAR DE PROFESSORES/PESQUISADORES**

MACEIÓ

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Luiz Wilson Machado da Costa e Silva Neto

**QUESTÕES ÉTICAS EM PESQUISAS *ONLINE* E EM AMBIENTES VIRTUAIS DE
APRENDIZAGEM SOB O OLHAR DE PROFESSORES/PESQUISADORES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Alagoas, orientada pela
professora Dra. Deise Juliana Francisco.

MACEIÓ

2015

Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Janis Christine Angelina Cavalcante

S586q Silva Neto, Luiz Wilson da Costa e.
Questões éticas em pesquisas *online* e em ambientes virtuais de
aprendizagem sob o olhar de professores/pesquisadores./ Luiz Wilson da Costa e
Silva Neto. – Maceió, 2015.
131 f.

Orientadora: Deise Juliana Francisco.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas.
CEDU. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 115-122.
Apêndice: 123 – 131.

1. Pesquisa *online*. 2. Ética em pesquisa. 3. AVA. I. Título.

CDU: 001.891:174

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

“Questões éticas em pesquisas online e ambientes virtuais de aprendizagem: a perspectiva dos professores/pesquisadores”

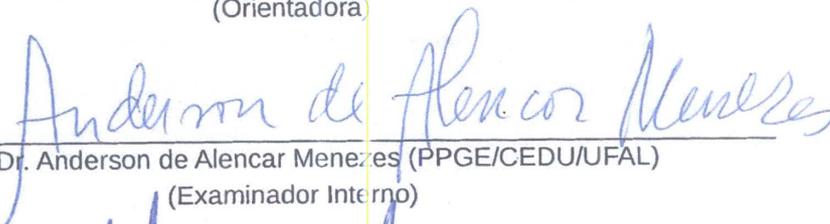
LUIZ WILSON MACHADO DA COSTA E SILVA NETO

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 18 de março de 2015.

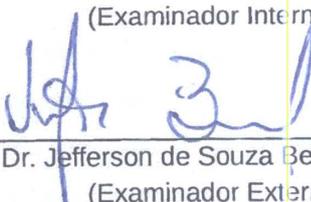
Banca Examinadora:



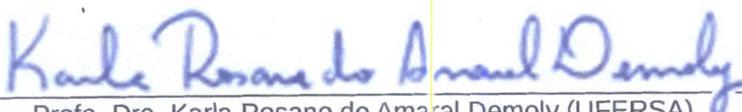
Profa. Dra. Deise Juliana Francisco (PPGE/CEDU/UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes (UFAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Karla Rosane do Amaral Demoly (UFERSA)
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. Neiza de Lourdes Frederico Fumes (PPGE/CEDU/UFAL)
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Na trajetória desta pesquisa, não foram poucas as pessoas que contribuíram para que conseguisse alcançar os meus objetivos. A todas essas pessoas que fazem parte ou mesmo que passaram por minha vida e que fizeram um esforço para me garantir uma força a mais, dedico meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus familiares que me ajudaram mais de perto a não paralisar ante os momentos difíceis vividos durante o percurso. Agradeço de forma incomensurável aos meus pais, Yára Neves e Francisco Lessa, pela educação, dedicação, paciência, carinho, proteção, por serem sempre modelos de pessoas persistentes e dedicadas. Agradeço à Anna Lídia, minha querida irmã, que com seu jeito companheiro, carinhoso e divertido sempre me faz ficar bem e persistir nos meus objetivos de vida. Da mesma forma, agradeço a Tiago Reis, meu cunhado, que sempre presente como um irmão mais velho me faz pensar que durante as dificuldades sempre será possível enxergar alternativas de resolução.

Agradeço muito à minha orientadora Deise Juliana Francisco, a qual me escutou e me acolheu durante todo o processo. Agradeço por ter acreditado em mim e por me ajudar quando minhas forças não foram suficientes para sair da situação.

Agradeço aos professores Anderson Alencar, Jefferson Bernardes e Karla Demoly pelos direcionamentos que favoreceram valiosamente este trabalho de pesquisa.

Agradeço ao professor, mestre e amigo Gérson Alves por servir como modelo de honestidade, dignidade, coerência, alinhado com uma perspectiva de autoria da própria vida, distante de subterfúgios.

Agradeço ao Grupo Caiçara por fortalecerem em mim uma filosofia de vida que afasta nossas limitações em si, enfatizando sempre o que faremos a partir delas. Viver para um caiçara é interagir com o mundo da melhor forma possível com os recursos que encontramos.

Agradeço aos participantes, colaboradores desta pesquisa, pela disponibilidade de doarem um tempo precioso a este trabalho.

Por fim, agradeço às excelentes amigas que conquistei ao longo da vida, pelo companheirismo, disposição, carinho e cuidado.

RESUMO

Os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tornam possíveis o acesso e a visibilidade de um conjunto de informações relacionadas à experiência dos sujeitos nas mais diferentes áreas do conhecimento e mesmo as experiências relacionadas às dimensões do viver cotidiano. Consequentemente, não tardou para que o mundo digital fosse utilizado como ferramenta de produção de dados em diversas pesquisas, nos mais variados desenhos metodológicos. Diante disso, este estudo se propõe a investigar a aplicação da ética em pesquisa *online* e em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), na perspectiva dos professores/pesquisadores da área de TIC na Educação. Para tanto, discute-se a questão dos paradigmas de pesquisa e sua relação com a normatização ética da Resolução 466/12; verificam-se as estratégias éticas propostas por professores/pesquisadores brasileiros quando da realização de pesquisas *online* ou em AVA; analisa-se como as pesquisas que envolvem tecnologias na educação se relacionam com a ética em pesquisa; analisam-se os sentidos da prática de trabalho dos professores/pesquisadores, focando, mais especificamente sobre o que e como falam das implicações éticas na realização de pesquisas *online* e em AVA. Este estudo constitui-se sob o viés de pesquisa qualitativa. A pesquisa envolveu revisão bibliográfica e entrevistas com professores/pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em educação de algumas universidades brasileiras cuja ênfase de atuação se direciona ao uso das TIC. A análise foi realizada utilizando Mapa Dialógico que possibilitou maior visualização de temas presentes nas falas dos participantes desta pesquisa. Dessa maneira, foi possível identificar alguns sentidos sobre o contexto da ética em pesquisa produzidos pelos entrevistados, os quais demonstraram reconhecimento sobre a importância da ética na realização de pesquisas *online* e em AVA à medida que emitiram opiniões, preocupações e críticas a respeito do tema em questão. Espera-se com esse estudo contribuir para o debate da ética no contexto das pesquisas *online* e em AVA, bem como para a maneira que os professores/pesquisadores envolvidos com essas pesquisas lidam com os aspectos éticos inerentes à sua prática de produção do conhecimento, abrindo a possibilidade para a (des)construção de discursos em prol de uma prática científica mais ética, direcionada sobretudo para à proteção dos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa *online* - ética em pesquisa – AVA

ABSTRACT

Advances in Information and Communication Technology (ICT) became possible because access and visibility of a group of information related to people experience in the most vast areas of knowledge and even experiences related to dimension in day by day living. Therefore, it did not delay for the digital world to be used as tool for data production in many researches, in the most variety methodological designs. Facing that, this survey suggests to investigate ethics applications in web research and in Virtual Learning Environments (VLE) in the perspective of teachers/researchers from the ICT area in education. To do so, it is discussed the matter of research paradigms and their relations with the ethics normalization of resolution 466/12: verify ethical strategies proposed by Brazilians teachers/researchers when performing online researches or in VLE. It is analyzed how researches involving education technologies are connecting with research ethics. It is analyzed the ways teachers/researches practice their work, focusing, more specifically about what and how they talk in ethics implications performing online researches and in VLE. This survey consists under the vies of qualitative research. The research included bibliographic review and interview with teachers/researchers linked to the programs of post graduation in education of some Brazilian universities which the acting emphasis targeting the use of ICT. The analysis was performed using Dialogic Map, which made possible a wider visualization of containing topics in the speech of participants. This way, it was possible to identify some senses about the ethic context in research produced by people interviewed, who demonstrated recognition about the ethic importance performing researches online and in VLE, as long as they issued opinion, concerns and critics about the topic in review. It is expected with this survey to contribute to the ethics debate concerning online researches and in VLE, as well as to the manners that teachers/researches involved in this survey deal with ethic aspects inherent to their practices producing knowledge; opening a possibility to the (de)construction of speeches in pro of a ethic scientific practice, targeting overall the protection of the survey participants.

Key words: Online research - research ethics - VLE.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A PERSPECTIVA ÉTICA NA PESQUISA	12
2.1 Ponto de partida: o que é Bioética?.....	16
2.2 Diferentes paradigmas da Bioética.....	24
2.2.1 O pluralismo moral de H. Tristram Engelhardt.....	27
2.2.2 A Bioética feminista.....	29
2.2.3 Marvin Harris e os enigmas culturais.....	31
2.3 Ética em pesquisa.....	32
2.3.1 Ética em pesquisa nas Ciências Humanas.....	34
2.3.2 O sistema de revisão ética das pesquisas no Brasil.....	41
3. A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PESQUISAS	50
3.1 Pesquisa <i>online</i>	56
3.2 Pesquisa em AVAs.....	64
3.3 Algumas Implicações éticas na pesquisa <i>online</i> e em AVA.....	66
4. METODOLOGIA	69
4.1 Tipo de pesquisa.....	69
4.2 Participantes da pesquisa.....	70
4.3 Instrumento.....	70
4.4 Procedimentos éticos.....	72
4.5 Análise dos dados.....	72
5. A ÉTICA EM PESQUISAS <i>ONLINE</i> E EM AVA: SENTIDOS QUE SE CRIAM NAS FALAS DE PROFESSORES/PESQUISADORES	80
5.1 Apresentando os professores/pesquisadores entrevistados.....	80
5.2 Perspectivas dos professores/pesquisadores.....	84
5.2.1 Considerações sobre o conceito da ética em pesquisa.....	84
5.2.2 Proteção para quem?.....	88
5.2.3 Especificidades éticas em pesquisas online e em AVA.....	90
5.2.4 Normatização da ética em pesquisa.....	93
5.2.5 Críticas relativas à Plataforma Brasil.....	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE	112

1. INTRODUÇÃO

A consagração do conhecimento científico se deu após o período da Renascença. O que se produziu de lá para cá lhe conferiu um espaço significativo entre os atores sociais. Devido a essa rápida ascensão e tamanho destaque no cenário mundial, talvez, os cientistas mais tradicionais jamais pensaram que poderia um dia haver um limite para a produção do conhecimento científico. Porém, atualmente, com a inserção dos princípios éticos, é possível vislumbrar esse limitador que pode descompassar os excessos contra os Direitos Humanos derivados da produção do conhecimento científico que põe em risco a vida humana. Embora que, para além de um limitador, é preferível falar sempre da ética na pesquisa como a melhor maneira de fazer pesquisas (PALÁCIOS, MARTINS e PEGORARO, 2001).

A justificativa que encabeça um empreendimento científico caminha, geralmente, em duas direções: em busca de novos fenômenos físicos e seus desdobramentos fundamentais (pesquisa básica) ou para possíveis resultados práticos para a sociedade (pesquisa aplicada). Estes pontos sustentam a importância da ciência nos processos de construção do mundo em que se vive. Surge então uma questão ética norteadora ao fazer científico: será que vale mais o que se é produzido ou como é produzido? Como resposta, o que se tem hoje no meio acadêmico-científico é: nem tudo que pode ser realizado deve ser feito.

Nesse contexto, segundo Kottow (2008, p. 57), “desde há muitos anos atrás existiram problemas práticos morais passíveis de considerações éticas”. Na Idade Média, por exemplo, Andreas Vesalius (1514-1564) decidiu romper com a tendência teocêntrica e a moral vigente na época, a fim de contrapor aos achados fisiológicos de Galeno (129-199). Em função disso, passou a frequentar por conta própria os cemitérios em busca de ossadas de criminosos executados, assim como de pessoas vítimas de pragas. Esse caso de Vesalius nos dias de hoje, representa uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito dos mortos.

Entretanto, foi sem dúvida após duas exaustivas grandes guerras mundiais, em apenas meio século, palco de atrocidades humanas relativas à instrumentação bélica e a experimentações que dizimaram e fizeram sofrer milhares de pessoas, que surgiram os principais cenários decisivos para as discussões da ética em pesquisa dentro de um contexto reflexivo maior: a bioética (DINIZ e GUILHEM, 2008).

As consequências da guerra junto a casos clínicos experimentais que ganharam repercussão no pós-guerra possibilitaram, portanto, que questões relativas a valores humanos, em detrimento da rigorosidade da técnica, fossem consolidadas em forma de debates,

documentos, normas e diretrizes; estes geraram protocolos que fortaleceram a luta em favor dos direitos humanos no âmbito da produção do conhecimento científico.

Henk ten Have (2012) acentua a importância da bioética quando aponta para uma necessidade ética global:

O discurso da bioética não se limita aos territórios transnacionais (por exemplo, a União Europeia), mas tornou-se necessariamente supraterritorial. Atualmente, a bioética é relevante para todos os países e leva em consideração as preocupações de todos os seres humanos, onde quer que estejam. Ainda que a bioética tenha surgido nos países ocidentais, ela se expandiu globalmente. Existe agora novo espaço social, não simplesmente um conjunto de países, regiões e continentes que desafia o discurso bioético (p. 47).

O bioquímico americano Van Rensselaer Potter (1971), tido como uma referência fundamental para o reconhecimento da disciplina, já defendia um caráter global ao termo bioética, porém, na concepção de Potter isso contempla um duplo sentido: por um lado por ser um sistema de ética universal (mundial), por outro por ser unificada e abrangente. Entretanto, devido às grandes proporções da realidade bioética, incluem-se mais dois âmbitos à proposição bioética global: internacional e planetário. O primeiro justifica-se pelo fato de os desafios bioéticos ultrapassarem fronteiras nacionais. O segundo, porque os problemas e soluções dizem respeito ao planeta como um todo (HENK TEN HAVE, 2012). Vale salientar que Potter enfatiza especificamente dois componentes necessários a esse contexto: conhecimento biológico e valores humanos (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Dada a demarcação do campo da bioética no final dos anos 70 do século XX, o chamado “princípioalismo”, de Beauchamp e Childress (1979), deu uma roupagem teórica clássica e dominante às questões éticas, sobretudo no campo da saúde e da medicina. O princípioalismo é um paradigma da bioética baseado no uso dos princípios – autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça – como modelo explicativo.

Portanto, é a partir desse modelo que as resoluções (nacionais e internacionais) têm sido arquitetadas para regular todo o desenho de pesquisa, inclusive das Ciências Humanas, embora seja contraditório, já que as pesquisas biomédicas quantitativas se diferenciam em termos epistemológicos das primeiras. Este fato tem gerado inquietações, pois, como afirma Napoli (2007, p. 76), “por essa amplitude, há muitos aspectos nas resoluções que deveriam ser mais bem pensados para outras áreas em função da natureza diversa do modo como elas, ao reconstruir a realidade social, entram em contato com os sujeitos da pesquisa”.

No Brasil, desde os anos de 1980, essa tendência principialista também exerce influência na elaboração dos documentos regulamentadores sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Na ocasião, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério

da Saúde (MS), aprovou a Resolução CNS I/88 (BRASIL, 1988). O que seria um marco regulatório brasileiro no âmbito da bioética só foi homologado no ano de 1996, com a CNS 196/96. Recentemente, em 13 de junho de 2013, foi publicada uma nova resolução: a CNS 466/12.

Diante da certeza de que a ciência sem uma preocupação ética não pode ser praticada, ao longo dos anos a bioética foi marcada por um movimento processual, permanentemente sob a perspectiva de novos e inquietantes temas (DINIZ e SUGAI, 2008).

Assim, essa necessidade ético-humanizadora global, no seu sentido planetário, especialmente, tal como a compreende Henk ten Have (2012), também tem causado grandes inquietações a pesquisadores quando da realização de pesquisas com humanos no complexo ciberespaço. Kozinets parece incentivar o aprofundamento sobre o tema quando afirma:

Ética em pesquisa na internet (ou IRE, do inglês, internet research ethics) é um campo de pesquisa emergente e fascinante, uma esfera de investigação que vem crescendo de forma constante desde a década de 1990, com muitos exames disciplinares do que significa realizar pesquisas – de forma ética – online ou em ambientes baseados na internet (2014, p. 131).

Mas será que realmente é necessário um debate ético sobre a pesquisa *online*?

Na hodiernidade, cuja revolução digital tem papel marcante na sociedade, os grupos humanos espalhados pelos vários lugares do mundo, dentro de cada conjuntura cultural própria de sua comunidade, estabelecem, a uma velocidade considerável, formas diferentes de organização social, política e econômica. Vivemos numa configuração de Sociedade da Informação e do Conhecimento.

A banda larga na internet, o celular de terceira geração, a multimídia e a TV digital estão revolucionando nossa vida no cotidiano. Cada vez mais, resolvemos mais problemas, em todas as áreas da vida, de formas diferentes das anteriores. Conectados, multiplica-se intensamente o número de possibilidades de pesquisa, de comunicação on-line, aprendizagem, compras, pagamentos e outros serviços. Estamos caminhando para interconectar nossas cidades, tornando-as cidades digitais integradas com as cidades físicas. Nossa vida interligará cada vez mais as situações reais e as digitais, os serviços físicos e conectados, o contato físico e o virtual, a aprendizagem presencial e a virtual. O mundo físico e o virtual não se opõem, mas se complementam, integram, combinam numa interação cada vez maior, contínua, inseparável (MORAN, 2007, p. 09).

Através dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os sujeitos têm acesso a uma grande quantidade de informações dos mais variados campos do conhecimento.

No documentário *Janela da Alma*, roteirizado e editado por João Jardim e Walter Carvalho, Saramago (2001) nos implica a pensar até que ponto conseguimos apreender a realidade que se está posta.

Vamos imaginar que eu leio em minha casa 500 jornais todos os dias. Se eu fizesse uma coisa dessas as pessoas diriam que eu estava louco, como eu posso ler 500 jornais todos os dias?! E que conclusões tiro eu da leitura de 500 jornais todos os dias?! Ora, é impossível! Eu não teria tempo para isso, nem teria proveito nenhum. Vivemos todos numa espécie de Luna Park audiovisual onde os sons se multiplicam, onde as imagens se multiplicam e onde nós, creio eu, cada vez mais vamos nos sentindo perdidos, perdidos em primeiro lugar de nós próprios e em segundo lugar perdidos na relação com o mundo. Acabamos por circular sem saber muito bem nem o que somos, nem para que servimos, nem que sentido tem a existência.

Pensamos que este é um convite interessante para (re)pensarmos de que forma, cotidianamente, nós filtramos essa avalanche de possibilidades informativas. No livro intitulado *Cibercultura*, o filósofo francês Pierre Lévy (1999) afirma que é imprescindível aprender a conviver com isso, pois descreve que estamos vivendo uma espécie de “dilúvio de informações”, fazendo uma analogia com a história bíblica contada em Gênesis 6-12. Conforme a história narra, a Terra estava corrompida e cheia de iniquidades cometidas pela humanidade; diante disso Deus arrependeu-se de ter criado o homem no mundo e decidiu destruir a Terra. Designou Noé, o único homem justo para ele na Terra em sua geração, mandando-lhe arquitetar e construir uma arca para salvar sua família e representantes do reino animal quando as águas do dilúvio inundassem a terra. Assim, exceto Noé e sua família, bem como os animais incluídos na arca, “todas as criaturas, que havia sobre a terra, desde o homem até às bestas; tanto as que andam de rastos, como as que voam pelo ar, tudo pereceu. E as águas tiveram a terra coberta cento e cinquenta dias”. Na concepção de Lévy, diante do dilúvio de informações que nos assolam cotidianamente, assim como Noé fez aos animais, devemos tentar salvar o essencial. Segundo o autor não podemos dar conta de todas as informações disponíveis, assim cada indivíduo, cada grupamento deve, por conta própria, fazer necessariamente uma organização, uma seleção, uma hierarquização para dar sentido a essas informações.

Tal concepção defendida pelo supracitado autor é para nós, além de criativa, coerente, visto que sugere uma responsabilidade individual e coletiva quanto à produção do sentido, pois não cabe às mídias, à imprensa, à universidade, tampouco ao Estado estabelecer o significado das coisas. Cabe a nós assumir essa responsabilidade de filtrar o que nos interessa. Assim, em meio às interações sociais, tal como sugere Pinheiro (2013, p. 166) “ao longo de sua história de vida, o indivíduo vai se posicionando e buscando uma coerência discursiva, recolhendo e processando narrativas que vão lhe dar a identidade”.

Assim, como vimos, é notório que as transformações tecnológicas provocam efeitos sobre o cotidiano e implicam diretamente a forma como nos comportamos no exercício de nossas atividades diárias, inclusive sobre a prática da produção do conhecimento científico.

A partir da reconstrução de novos meios de comunicação e desenvolvimento, essas transformações ganharam força, em especial, com o fenômeno da internet:

Com efeito, a Internet não é apenas uma ferramenta de comunicação e de busca, processamento e transmissão de informações que oferece alguns serviços extraordinários; ela constitui, além disso, um novo e complexo espaço global para a ação social e por extensão para o aprendizado e para a ação educacional (COLL e MONEREO, 2010, p. 16).

Portanto, há uma importância no papel das novas tecnologias na sociedade atual, porque é reconhecida a necessidade de incorporar as TIC nos vários segmentos da sociedade. Conseqüentemente, o mundo digital passou a ser utilizado como ferramenta de produção de dados em diversos campos de pesquisas, nos mais variados desenhos metodológicos.

Diante disso, este estudo se propõe a investigar questões relacionadas à ética em pesquisa com seres humanos no âmbito da Internet, visando, sobretudo, compreender os desafios éticos envolvidos nessa prática. Considerando o fato de a temática da bioética englobar diversos assuntos, vale ressaltar que os esforços deste estudo concentram-se sobremaneira na perspectiva da ética em pesquisa com seres humanos, com ênfase nas implicações da prática da pesquisa *online* e em AVA, sob o olhar de professores/pesquisadores da área de TIC na educação.

Portanto, considerando todo esse contexto, nossa pergunta é: de que maneira os professores/pesquisadores pensam a ética na realização de pesquisas em ambientes *online* e em AVA?

Dessa forma, com o propósito de contribuir, sobretudo, como espaço de reflexão, este estudo tem como objetivo investigar a discussão feita por professores/pesquisadores que atuam com TIC na educação sobre a ética em pesquisa *online* e em AVA.

O interesse central deste estudo, portanto, esteve voltado para a compreensão de significados envolvidos com o trabalho de pesquisa cotidiano de alguns professores a partir de suas falas. Para tanto, buscamos auxílio na proposta teórico-metodológica do estudo da *produção de sentido*¹ a partir da análise das *práticas discursivas*. De acordo com Spink e Frezza (2013) a produção de sentido, como forma particular de conhecimento, adota a perspectiva discursiva para o estudo da linguagem, em especial na vertente de Jonathan Potter e Ian Parker, a qual “procura problematizar o contexto discursivo, sem perder de vista a

¹ Para esse modelo teórico-metodológico o que importa é o momento e a forma que o sujeito interage com a realidade a qual faz parte, ou seja, “os processos de produção de sentido na vida cotidiana” (SPINK e FREZZA, 2013, p. 9). O processo investigativo amparado nessa perspectiva desloca a explicação tradicional de processos internos para “a exterioridade dos processos e estruturas da interação humana” (2013, p. 9), ou seja, o foco da investigação persegue o processo de intercâmbio indivíduo-sociedade, sujeito-objeto, por isso considera-se uma abordagem interacionista. O conhecimento se constrói nessa relação.

interação. (...) Isso implica em ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (2013, p. 19-21).

Desta maneira, este trabalho de pesquisa organiza-se em torno de quatro objetivos específicos: discutir a questão dos paradigmas de pesquisa e sua relação com a normatização ética da Resolução 466/12; verificar as estratégias éticas propostas por professores/pesquisadores brasileiros quando da realização de pesquisas *online* ou em ambientes virtuais de aprendizagem; analisar como as pesquisas que envolvem tecnologias na educação se relacionam com a ética em pesquisa; analisam-se a prática de trabalho dos professores/pesquisadores, focando, mais especificamente, nos significados produzidos por eles ao falarem sobre as implicações da ética na realização de pesquisas *online* e em AVA.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro trata-se sobre o movimento maior da bioética, sobretudo no tocante à ética na pesquisa científica, bem como suas implicações nas ciências humanas. O segundo capítulo discorre sobre as questões éticas envolvidas na integração das TIC em pesquisas. No terceiro capítulo é realizada a exposição da metodologia utilizada no estudo. No quarto capítulo é efetuada a análise das perspectivas dos professores/pesquisadores da área de TIC dos programas de pós-graduação em educação de algumas universidades brasileiras com relação às implicações éticas inerentes às pesquisas cuja produção de dados envolve o uso da internet e/ou ambientes virtuais de aprendizagem. Por fim, apresentam-se as considerações finais acerca deste estudo.

2. A PERSPECTIVA ÉTICA NA PESQUISA

A ética se ocupa dos problemas morais da vida cotidiana. Constantemente nos deparamos com problemas que demandam decisões e atos em prol de solução. Ante determinadas situações da vida e sujeitos a certas circunstâncias que possibilitam ações (voluntárias), a maioria dessas soluções produzem efeitos sobre o outro ou a comunidade na qual estamos inseridos. Diante disso o que devemos fazer? Verificar se nossas ações estão de acordo com as regras e normatizações existentes na comunidade? Considerar ou não os impactos possíveis das nossas ações de maneira a preservar a integridade do outro? Enfim, devemos considerar as consequências de nossas ações em prol do outro mesmo que isso comprometa a minha intenção, ou não? Algumas dessas questões iniciais, presentes na história da filosofia², abriram caminho à reflexão da ética. Assim, para que o nosso horizonte se abra um pouco mais e que desta forma alcancemos uma compreensão maior acerca do tema em questão, cabe num primeiro momento nos aproximarmos dessa leitura, ao menos brevemente.

À proporção que as pessoas convivem socialmente, elas nomeiam o comportamento como bom ou mau, certo ou errado, e mantêm ou punem determinado comportamento de acordo com tais julgamentos. Eventualmente, estabelecem regras que ajudam uma pessoa a conformar-se com as práticas de sua comunidade, porquanto ajudam a comunidade a manter tais práticas. Daí alcançamos um padrão cultural, tal como propõem Lakatos e Marconi (2011, p. 139):

O comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive. Embora cada pessoa tenha caráter exclusivo, devido às próprias experiências, os padrões culturais, de diferentes sociedades, produzem tipos distintos de personalidades, característico dos membros dessas sociedades. O padrão se forma pela repetição contínua. Quando muitas pessoas, em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural.

² Na antiguidade, o contexto político e cultural da época de Péricles (495 - 429 a.C.), um dos principais líderes de Atenas, foi particularmente favorável para as primeiras críticas sobre a moral tradicional. As guerras com os persas e o comércio com os outros povos evidenciaram aos gregos novos estilos de vida e de organização social, amparados em costumes morais diferentes dos seus. Isso influenciou os debates preliminares sobre a moralidade. O problema da moral foi discutido inicialmente pelos sofistas, em especial Protágoras (480 - 415 a.C.) e Górgias (485 - 380 a.C.), sendo depois retomado também pela filosofia moral de Sócrates (469 - 399 a.C.), Platão (428 - 348 a.C.), Aristóteles (384 - 322 a.C.) e pelos estóicos. Na Idade Média, a discussão foi liderada fortemente por Aurélio Agostinho de Hipona (354 - 430) e Tomás de Aquino (1225 - 1274). Por fim, na modernidade houve um número expressivo de autores que retomaram essas discussões com novas proposições, tais como: Montaigne (1533 - 1592), Hobbes (1588 - 1679), Helvetius (1715 - 1771), Bentham (1748 - 1832), Stuart Mill (1806 - 1873), Kant (1724 - 1804), Max Scheler (1874 - 1928), Marx (1818 - 1883) e Engels (1820 - 1895). Sendo assim, destaca-se a relevância das discussões morais e éticas para o entendimento da sociedade (CHAUÍ, 2000).

Construídos na base das interações humanas, os códigos morais prescrevem deveres, estabelecem leis e ditam normas que os membros de uma determinada sociedade precisam observar a fim de garantir a diminuição dos conflitos entre os atores sociais.

Diante disso, afirma-se, desde filósofos mais antigos, tais como Sócrates e Platão, assim como numa compreensão *formalista*³ mais moderna proposta por Immanuel Kant, que a disposição de obedecer a regras constitui um determinante importante do comportamento moral. Esses filósofos atribuem um papel enfático às leis e aos deveres. Embora Kant vá além de uma proposta deontológica, pois segundo ele eu não posso fazer porque a lei manda, eu devo fazer porque compreendo que a racionalidade da lei é justa, porque a medida que eu faço aquilo que é por dever estou protegendo a espécie e a humanidade que existe em mim e no outro, então é muito mais do que um dever. Assim, de acordo com Kant, não devo fazer algo pelo fato de estar prescrito em lei, mas porque respeito a humanidade, porque se eu ultrapassar a “linha vermelha” posso pôr em risco a minha vida e a do outro.

Por outro lado, noutra esfera de argumentação, afirma-se que uma pessoa deve seguir uma regra porque a maioria recebe “compensações” favoráveis, ou seja, quando a ação em questão for boa para a maioria dos envolvidos ela deve ser realizada. Logo o fato de seguir regras deve estar condicionado às consequências possíveis da ação para um contingente maior de pessoas. O *utilitarismo*⁴, por exemplo, parte desse pressuposto e defende como critério básico da moral aquilo que é útil para a maioria.

Já para outros filósofos, tais como Marx e Engels, não devemos construir a moral a partir de um princípio absoluto, quer seja pelo dever de obediência, quer seja por uma consequência específica. Apesar de admitirem que o homem tenha deveres a cumprir, leis a observar e fins a realizar, esses autores afirmam que tais variáveis mudam em função do tempo e espaço, de uma circunstância para outra. Tal posicionamento expressa uma moral *relativista*⁵.

Todavia, apesar de existir uma discussão aprofundada sobre o tema, a qual se desenvolve desde a Antiguidade, entendemos que quando comportamentos e práticas culturais

³ O formalismo ético situa o critério supremo da moral no exercício dos deveres e na obediência da lei, do mesmo modo que o estoicismo. Dessa forma, Kant defende que a moral não pode ser forjada na experiência, porque se assim for será variável e contingente, para ele isso contraria o valor imperativo das leis (CHAUÍ, 2000).

⁴ O utilitarismo vê no útil o critério norteador da moralidade. São dadas duas versões: utilitarismo egoístico e utilitarismo altruístico ou social. O primeiro faz prevalecer o interesse individual, o segundo a vantagem da coletividade (CHAUÍ, 2000).

⁵ Teoria ética que dá um caráter mutável às exigências morais, as quais são compostas por conteúdos diferentes e contraditórios. Assim, nessa lógica não existe instância moral sólida (CHAUÍ, 2000).

alteram as garantias de convivência numa determinada comunidade, surgem novos problemas teóricos e práticos nos assuntos humanos, e é justamente nessa discussão que a ética está inserida.

Enquanto a moral supõe regras, princípios e normas de comportamento construídas e estabelecidas no convívio de uma comunidade, a ética busca a origem e as condições objetivas e subjetivas do ato moral a fim de compreender e ao mesmo tempo influenciar os sistemas morais.

De acordo com Adolfo Vázquez (2010, p.23), ética é “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

Para Singer (1994, p. 13), “a ética adota um ponto de vista universal. Não quer isto dizer que um: determinado juízo ético tenha de possuir aplicação universal”.

Parece-nos que um conceito mais claro e abrangente está presente na defesa de Marilena Chauí (2000), para quem:

Embora toda ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (universal porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), está em relação com o tempo e a História, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da Cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo. Além do sujeito ou pessoa moral e dos valores ou fins morais, o campo ético é ainda constituído por um outro elemento: os meios para que o sujeito realize os fins (p. 435).

Essa é uma definição interessante sobre a natureza e o valor da ética, cuja importância abrange toda a atividade humana⁶ com relação a seu fim último.

Como já foi dito anteriormente, a ética atua nos processos de convivência e abrange toda a atividade humana no terreno moral. Assim, os problemas propostos pelo intercâmbio homem-sociedade são matérias de reflexão para a ética.

Essa inter-relação homem-sociedade se torna mais problemática porque o homem goza de um direito importante: a liberdade. Isso se impõe incondicionalmente, pois, como assinala Nader (2008, p. 156), tal entendimento “é referência para o legislador e para as consciências

⁶ Desde a antropologia de Ruth Benedict (1887-1948) há o entendimento de que as práticas humanas, as quais estruturam de forma complexa e compõem uma determinada comunidade, favorecem configurações culturais específicas, tal como sugere a autora: “uma cultura é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e ação (...). Não é apenas a soma de todas as suas partes, mas o resultado de um único arranjo e única inter-relação das partes, do que resultou uma nova entidade” (2013, p.37). Essa definição inicial dá um caráter de importância às atividades humanas, principalmente caso se considere que uma cultura tem papel preponderante no comportamento dos membros do grupo que a pratica.

individuais: se a liberdade é fator essencial à vida, somente haverá vida onde houver liberdade”.

O valor da liberdade alcança o campo do conhecimento, e isso de certa maneira incentiva a curiosidade dos humanos em querer saber mais. Nesse sentido, a ciência é o espaço de questionamento para a construção de respostas. Isso, num primeiro momento, é satisfatório, pois à medida que encontramos respostas temos mais chances de construir um mundo melhor. Mas, por outro lado, pode representar alguns malefícios à própria vida humana, devido aos excessos cometidos contra os Direitos Humanos em prol do conhecimento.

A ciência e a tecnologia são manifestações expressivas das práticas humanas. Ao longo dos anos a humanidade adquiriu patamares de progresso a partir do conhecimento científico.

As ciências trazem sempre consigo o projeto mesmo longínquo de uma exaustiva colocação em ordem: apontam sempre para a descoberta de elementos simples e de sua composição progressiva; e, no meio deles, elas formam quadro, exposição de conhecimentos, num sistema contemporâneo de si próprio (FOUCAULT, 1999, p. 103).

A ciência busca compreender, prever e explicar (teoria), bem como produzir e aplicar (prática) tecnologias que promovam a humanidade. Assim, a teoria tenta mostrar “como as coisas são” junto a uma perspectiva de previsibilidade de eventos futuros. A prática pode funcionar como uma aplicação da teoria e por outro lado se configurar num conjunto de ideias de orientação para à ação: “as coisas como devem ser”. Ambas as dimensões relacionam-se, portanto com o conhecimento e a ação. Entretanto, é preciso superar a função de legitimação da dominação, tradicionalmente assumida pela ciência desde que se comprometeu com a tarefa de examinar os fenômenos sociais de maneira objetiva e neutra. Diante disso, segundo a Teoria Crítica fundada e congregada por diferentes autores na Escola de Frankfurt, o comportamento crítico torna isso possível porque é fundado em uma orientação para a emancipação da sociedade, para a realização da liberdade e da igualdade que o capitalismo dar abertura e ao mesmo tempo interrompe. Nesse sentido, em princípio só é possível compreender “como as coisas são” enxergando o fenômeno social tendo em vista o melhor que ele traz em si (potencialidades), por outro lado se separarmos rigidamente teoria (como as coisas são) e prática (como as coisas devem ser) teremos uma visão parcial dos fenômenos, uma vez que é preciso enxergar na realidade presente do objeto de estudo, materialidades que impedem a realização de suas potencialidades (NOBRE, 2004). Para nós, caminhar nessa direção é promover a humanidade através da ciência.

Porém, assim como toda atividade humana, a atividade científica é passível de ponderações éticas. Nessa perspectiva, ao longo dos anos, segundo Miguel Kottow (2008, p. 58), “os estudos com humanos foram praticados com crescente assiduidade, mas os pesquisadores não se sentiam obrigados a realizar uma reflexão ética específica para sua atividade”.

Alguns usos das ciências naturais e/ou humanas evidenciam rastros de erros catastróficos no decorrer da história, os quais requerem novos enfoques éticos ao papel do cientista. Isso implica necessariamente pensar na responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem (MORIN, 2005).

Nessa perspectiva, é importante compreender que, como defende Kottow (2008, p. 56), “(...) aquele que recorre à ciência e aquele que utiliza seus resultados, estão subordinados a ponderações de valores e são, portanto, eminentemente éticos”.

Ainda num cenário de guerra, os cientistas nazistas sob o lema “vidas indignas de serem vividas” exploraram e submeteram milhares de prisioneiros de campos de concentração a experimentos imorais e desumanos:

Prisioneiros de guerra eram imersos em água gelada para avaliar quanto tempo um marinheiro ou piloto podia sobreviver a temperaturas congelantes, após ser derrubado ou naufragar no mar no inverno. Internos eram obrigados a beber água do mar para testar os limites fisiológicos humanos ao seu consumo. Colocavam-se prisioneiros em câmaras especiais de baixa pressão para testar a resistência a grandes altitudes. Outros eram submetidos a contaminação com fôsgênio e gás de mostarda, ou infectados com doenças que podiam ser contraídas pelos soldados alemães na África. Em experiências relacionadas com planos de repovoamento da Europa Oriental, realizaram-se processos de castração e esterilização em homens e mulheres saudáveis. Injeções de hormônio eram forçadas em homossexuais, julgados um perigo para a saúde do *Volk* alemão. Num procedimento que se tornou proverbial da atrocidade nazista, injetava-se corante nos olhos de homens, mulheres e crianças. No laboratório do Dr. Mengele, no campo de Birkenau, escolhiam-se gêmeos para experiências “genéticas” e com “germes” (CORNWELL, 2003, p. 312).

Prevalecia então o entendimento maquiavélico: “para determinados fins justificam-se os meios”. Nessa lógica, causar dano ou mesmo pôr em riscos os sujeitos de pesquisa não faz diferença. Contudo, há um esforço em romper com tal premissa, visando, de acordo com Lima (2009, p.137), “(...) construir os meios que ensejam o desenvolvimento técnico-racional – no âmbito da pesquisa – pautado por éticas que esclareçam normativamente o que deve ou não se deve; o que se pode ou não se pode fazer diante das possibilidades da investigação científica”.

Eis que surge a Bioética, favorecendo a abertura para consensos entre a produção do conhecimento científico e os valores humanos.

2.1 Ponto de partida: o que é Bioética?

Dados os avanços científico-tecnológicos, cada vez mais descobrimos meios mais eficazes de controlar o nosso mundo. O problema é que nem sempre o modo como são produzidos esses avanços, bem como utilizados na comunidade, adotam uma postura que privilegia a dignidade humana, sobretudo, do ponto de vista ético. Talvez porque esse progresso se deu rápido demais:

O que nós e outros fazemos tem "efeitos colaterais", "consequências não-antecipadas", que podem abafar quaisquer bons propósitos que se fazem e produzir desastres e sofrimento que nós e ninguém quisemos ou vislumbramos. E podem afetar pessoas que se acham muito distantes ou que viverão no futuro e com as quais jamais vamos nos encontrar e lhes fitar o rosto. Podemos lhes fazer mal (ou elas nos podem fazer mal) inadvertidamente, por ignorância mais do que de propósito, sem querer mal a quem quer que seja em particular e sem agir com maldade, e sermos, no entanto, culpados moralmente. A escala das consequências que nossas ações podem ter tolhe-nos a imaginação moral que podemos possuir. Também torna impotentes as normas éticas, poucas, mas testadas e confiáveis, que herdamos do passado ou que se nos ensinam a obedecer. Afinal de contas, elas nos dizem como nos aproximarmos das pessoas no campo de nossa visão e alcance, e como decidir quais ações são boas (e, sendo assim, devem ser feitas) e quais ações são más (e, sendo assim, devem ser evitadas), dependendo de seus efeitos visíveis e previsíveis sobre essas pessoas. Mesmo que observemos escrupulosamente essas regras, mesmo que todos ao nosso redor também as observem, estamos longe da certeza de que se evitarão consequências desastrosas. Nossas ferramentas éticas - o código de comportamento moral, o conjunto das normas simples e práticas que seguimos — simplesmente não foram feitos à medida dos poderes que atualmente possuímos (BAUMAN, 1997, p. 25).

Hoje se entende, portanto, que o progresso técnico/científico pode ser avaliado para que os efeitos desse avanço possam ser praticados de forma a privilegiar a vida animal (humana e não humana). Esse debate se desdobra a partir da criação da Bioética:

Nesse sentido, o papel da bioética é fundamental, orientando os atores que participam desse contexto para uma conduta responsável e transparente na busca da obtenção dos maiores benefícios possíveis, principalmente para os mais vulneráveis, com respeito ao ser humano em sua dignidade e integridade (MALUF e GARRAFA, 2011, p. 725).

A bioética, portanto, é considerada a disciplina responsável por provocar no mundo um movimento que estuda os impactos da ciência sobre a vida

A bioética tem como objetivo indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida, identificar os valores de referência racionalmente proponíveis, denunciar os riscos das possíveis aplicações (JUNQUEIRA, 2011, p. 8).

A palavra bioética deriva do vocábulo grego *bíos* (vida) + *ethos* (modo de ser, relativo à ética). O termo diz respeito a uma ética relativa à vida. Mas de que maneira se compreende afinal à vida?

Os gregos utilizavam dois termos com significados distintos para a palavra vida: *zoé* e *bíos*. O primeiro refere-se à vida natural, comum a todos os seres vivos. O segundo refere-se à existência de um homem ou grupamento humano em particular. De maneira geral, os seres vivos estão envolvidos com questões de sobrevivência. Os seres vivos, para se manter vivos precisam se alimentar de outros seres. Em alguns casos de adoecimento, por exemplo, o que nos leva a adoecer é a ação de outros seres vivos que enfraquecem o nosso organismo e, para poder de nossa vida e em decorrência da nossa morte retirar sua própria condição existencial. Assim, pela lógica da vida natural as coisas não estão ligadas a valores morais, pois antes de seus valores morais estão os seus princípios vitais, algo que vai além da existência de um homem em particular. Por outro lado, na lógica da *bíos* concebe-se o homem como um ser político, e isso o diferencia de outros animais, tal como preconizava Aristóteles na Antiguidade. Assim, a maneira que vivemos traduz o sentido da vida.

Essa distinção constitui o ponto de partida para a discussão do livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2002); neste, Giorgio Agamben defende que o importante não é a distinção em si entre *zoé* e *bíos*, tampouco devem ser tomadas como dicotomias, mas como bipolaridades, como um campo de tensão entre dois polos que não podem se separar por completo:

Decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua (*zoé*), situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção (2002, p.16).

Parece-nos que essa é uma proposição interessante, visto que negar essa condição natural não resolverá os problemas da humanidade, assim como negar essa realidade não leva à construção de um mundo melhor. Para vivermos em coletivo precisamos equilibrar o bem individual e o bem comum. Parte da psicologia nos diz que a natureza humana não é estática, entretanto mudar determinadas condições não é tarefa fácil. Assim, pensamos que talvez ao entendê-la, enfrentá-la e principalmente analisar as possibilidades dentro desta realidade, pode-se garantir uma promessa de futuro mais coerente, uma vez que na natureza humana também se destaca a vida em coletividade.

A par disso, podemos discriminar como objetivos centrais da Bioética: estudar os impactos das novas tecnologias sobre a vida; identificar os limites das intervenções do homem-máquina sobre a vida; buscar um debate transdisciplinar; estabelecer uma relação sensível entre o conhecimento humanístico e o científico (PORTO, GARRAFA, MARTINS e BARBOSA, 2012).

A Bioética, em sua gênese, surge com o bioquímico norte-americano Potter nos anos 70 do século passado, com a pretensão de criar um elo incondicional entre o conhecimento biológico e os valores humanos. Atualmente, tal concepção ainda permanece como pano de fundo da disciplina:

Essa proposta de Potter de associar biologia (entendida, em sentido amplo, como bem-estar dos seres humanos, dos animais não-humanos e do meio ambiente) e ética é o que, hoje, se mantém como o espírito da bioética (DINIZ e GUILHEM, 2008, p.15).

Além da contribuição de Potter, o contexto histórico dos anos 1960 e 1970, cenário marcado por transformações sociais no âmbito da ciência e da moralidade, favoreceu o nascimento da bioética. De um lado, destaca-se o surgimento de dilemas morais em função dos avanços tecnológicos com relação à prática biomédica (atividade profissional relacionada à saúde e à doença dos humanos no campo das Ciências da Saúde). Do outro, destaca-se a conquista dos direitos civis pelos grupos das minorias sociais (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Amparados na análise de Albert Jonsen (1993) sobre o desenvolvimento da bioética, é possível vislumbrarmos três eventos importantes na consolidação dessa disciplina. O primeiro foi o caso do Comitê de Admissão e Políticas do Centro Renal de Seattle, em Washington, o qual foi constituído com o propósito de selecionar dentre os pacientes renais crônicos do hospital, apenas alguns, porquanto o número de pacientes era superior ao das máquinas. Este comitê decidiu encaminhar a decisão médica a um grupo de pessoas sem conhecimento algum em medicina. O segundo evento foi o artigo de Henry Beecher, publicado no *New England Journal of Medicine*, em 1966, o qual, ao analisar pesquisas científicas com seres humanos, publicadas em periódicos de grande prestígio internacional, mostrou que cerca de 12% dos artigos médicos continham graves transgressões à ética. O terceiro evento deu-se em 1967, quando o médico-cirurgião Christian Barnard transplantou o coração de um paciente que ainda não havia entrado em óbito para um outro paciente com doença cardíaca em estado terminal, provocando desta forma a necessidade de definir critérios para a morte cerebral (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Outros casos marcantes, mais especificamente no âmbito das pesquisas com seres humanos, incentivaram o poder público norte-americano a construir regulamentações éticas. Destacam-se: em 1963, no Hospital Israelita de Nova Iorque, foram injetadas células cancerosas vivas em idosos enfermos; entre os anos de 1950 e 1970, no Hospital de Willowbrook, também em Nova Iorque, injetaram o vírus da hepatite em crianças com retardo mental; no caso de Tuskegee, no Alabama, foram deixados sem tratamento 400 negros

sifilíticos, para pesquisar a história natural da doença. Esta pesquisa continuou até 1972, mesmo com a descoberta da penicilina em 1945 (PESSINI, 2011).

Em função desses casos, após a Constituição de 1974 nos EUA, foi elaborado pela Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos, o Belmont Report (Relatório de Belmont). Tal relatório identificou inicialmente no cenário de discussão três princípios bioéticos universais para problemas envolvidos na pesquisa com seres humanos: autonomia (o respeito pelas pessoas), beneficência (formas de ação com propósito de beneficiar pessoas) e justiça (garantia de benefícios ou encargos às pessoas) (PESSINI, 2011).

Posteriormente, Beauchamp e Childress (1979) distinguiram beneficência e não-maleficência (não infligir mal ou dano às pessoas) e ampliaram esse sistema de princípios para o campo da prática clínica e assistencial. A partir daí, esses quatro princípios serviriam como base metodológico-analítica para todo o campo das questões éticas no âmbito das Ciências da Saúde e biomédicas (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011).

Embora façam parte de um mesmo cenário e, portanto, estejam intimamente ligados ao movimento da bioética, é importante salientar mais uma vez que o relatório Belmont esteve direcionado apenas para as questões éticas na pesquisa com seres humanos. Noutra perspectiva, os quatro princípios presentes na obra clássica *Princípios de ética biomédica*, de Tom L. Beauchamp e James F. Childress, nasceram como uma ética aplicada aos problemas da prática médico-assistencial.

Entretanto, apesar dessa diferenciação em termos de temática, o princípalismo atua como uma solução norteadora das relações interpessoais de maneira geral, bem como em campos mais específicos (não menos abrangentes) da ética em pesquisa e da ética profissional.

O princípalismo foi desenvolvido sobre bases teóricas suficientemente seguras, resultantes das reflexões morais mais fundamentais forjadas no decurso da história da filosofia. Os princípios foram extraídos de fontes filosóficas já existentes e adaptados à realidade bioética. Dentre as teorias nas quais Beauchamp e Childress se amparam, destacam-se: o utilitarismo na vertente de Jeremy Bentham e Stuart Mill; o formalismo ético de Kant; a ética da virtude (ou do caráter), vinculada fortemente no idealismo de Platão; o individualismo liberal, proposto inicialmente por John Locke e Thomas Hobbes; o comunitarismo, iniciado desde Aristóteles e desenvolvido de forma mais profunda por filósofos contemporâneos como Alasdair MacIntyre, Charles Taylor, Michael Sandel, Will Kymlicka, e Michael Walzer, entre outros; a ética do cuidar, originalmente presente no

movimento feminista nas contribuições mais expressivas de Carol Gilligan e Annette Baier; a casuística, de rastros aristotélicos, embora desenvolvida por Albert Jonsen e Stephen Toulmin (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011).

Os quatro princípios são constituídos a partir de uma convergência entre as supracitadas teorias, tal como expressam os próprios autores:

Sempre que há várias teorias ou sistemas concorrentes, procuramos a melhor teoria e nos filiamos a ela, rejeitando as outras. Contudo, a filiação a um tipo de teoria nem sempre é a melhor estratégia, nem na ética geral nem na ética biomédica. Se os dois autores deste livro fossem forçados a eleger um dentre os tipos de teorias, iríamos divergir. Depois de testar as teorias disponíveis segundo os critérios anteriormente estabelecidos, neste mesmo capítulo, chegamos a diferentes apreciações. Para nós dois, porém, a teoria mais satisfatória – caso pudéssemos encontrar uma teoria da moralidade comum – só poderia ser sutilmente preferível, e nenhuma satisfaria plenamente todos os critérios (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011, p. 134).

O princípio norteador que compõe a corrente principialista na bioética é o da autonomia. Destaca-se a compreensão sobre a necessidade moral de um sujeito autônomo. Nesse sentido, o conhecimento de causa e a liberdade são condições essenciais. E o que dizer então das pessoas que estão em condições de vulnerabilidade? Nesse caso, o termo de consentimento informado e expresso é o instrumento utilizado para garantir os interesses e a proteção dos pacientes numa situação clínica ou dos participantes numa pesquisa. A construção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sugere alguns pontos importantes: consciência de causa para decidir, domínio de informações detalhadas sobre o procedimento a que o sujeito irá se submeter, capacidade para compreender as informações recebidas e oportunidade de escolher voluntariamente a opção mais adequada para si, livre de forças coercitivas (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Quando as primeiras questões sobre a ética em pesquisa emergiram, acreditava-se que quase todos os problemas apresentados pelos excessos de investigação poderiam ser resolvidos através de um TCLE. Embora tenha se criado essa “cultura” com relação a tal instrumento, ainda hoje os pesquisadores enfrentam problemas em sua implementação. Problemas relacionados à extensão dos formulários devido à grande quantidade de informações, à precisão com que algumas informações precisam ser transmitidas, entre outros aspectos, representam dificuldades para a construção de um bom termo de consentimento (LUNA, 2008).

O objetivo do TCLE é informar e proteger o participante da pesquisa. Por outro lado, além do princípio da autonomia, outros princípios são expressos, tais como: sigilo, privacidade e confidencialidade dos dados produzidos. No Brasil, o TCLE foi fundamental

para a implementação da Resolução CNS 196/96 (revogada pela Resolução 466/12) no cotidiano da pesquisa científica brasileira (DINIZ e GUILHEM, 2008).

O problema, como observam Diniz e Guilhem (2008, p.49), é que o instrumento apresenta limitações, uma vez que “os pré-requisitos que atestam a validade de um consentimento livre e esclarecido, infelizmente, não são para todos, servem apenas para uma minoria de indivíduos socialmente privilegiados”.

Do mesmo modo, com relação ao TCLE, Garrafa (2012) afirma que os termos foram incorporados como obrigatórios na análise de protocolos de pesquisa, como se todas as pessoas que os assinam fossem autônomas. Segundo ele, são raros os estudos que aprofundam o assunto em situações comuns nos países periféricos, como, por exemplo, de analfabetismo funcional – pessoas que não sabem interpretar o que lêem. Tal aspecto se relaciona diretamente com o tema de vulnerabilidade social.

Beauchamp e Childress (2011, p, 281) assinalam que “a moralidade requer não apenas que tratemos as pessoas como autônomas e que nos abstenhamos de prejudicá-las, mas também que contribuamos para o seu bem-estar”. Nessa perspectiva, desponta o princípio da beneficência, pertinente à obrigação moral de agir em prol do benefício de outros, sempre favorecendo os seus interesses e o que de fato importa para eles.

Algumas regras de beneficência merecem ser observadas: proteger e defender os direitos dos outros; evitar que outros sofram danos; eliminar as condições que causarão danos a outros; ajudar pessoas inaptas; socorrer pessoas que estão em perigo (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011).

Essas regras, segundo os autores, apresentam “exigências positivas de ação, sendo que nem sempre precisam ser obedecidas de modo imparcial e raramente – ou nunca – servem de base para punições legais contra quem deixa de aderir a elas” (2011, p. 284).

É no aspecto da obediência parcial ou imparcial que está situada a distinção entre os princípios da beneficência e não-maleficência:

É possível agir de modo não-maleficente para com todas as pessoas, mas não seria possível agir de modo beneficente para com todos. (...) Deixar de agir de modo não-maleficente para com alguém é (*prima facie*) imoral, mas deixar de agir modo beneficente para com alguém com frequência não é imoral. Algumas regras de beneficência, tais como a que exige que se preste socorro a um estranho quando essa ação envolve um risco mínimo, devem ser seguidas de modo imparcial, e algumas punições legais por omissão de socorro a pessoas estranhas podem ser justificáveis. Porém, com raras exceções, as obrigações de não-maleficência devem ser cumpridas de modo imparcial, enquanto não há essa mesma exigência quando se trata das obrigações da beneficência (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011, p. 285).

Portanto, a regra de não-maleficência apontadas pelos autores envolve: proibições negativas de ações, obedecidas de modo imparcial, que sirvam de base a proibições legais de formas de conduta específicas. Assim, tal como sugerem Guilhem e Greco (2008, p. 97-98) o princípio da não-maleficência vem “complementar ao da beneficência, pressupõe o compromisso efetivo por parte da equipe de pesquisa de envidar todos os esforços para não causar danos adicionais e de adotar medidas para minimizá-los ou preveni-los”.

Para falar sobre o princípio da justiça, deve-se imaginar uma situação em que caibam às pessoas benefícios ou encargos em razão de seus méritos ou circunstâncias específicas, em função, por exemplo, do seu empenho em alguma atividade ou por haverem sofrido algum dano pelos atos de outras pessoas. Todos têm o direito, desde que sua reivindicação seja válida; com base nisso segue-se o que lhe é devido. “Uma injustiça, portanto, envolve um ato errado ou uma omissão que nega às pessoas um benefício ao qual têm direito ou que deixa de distribuir os encargos de modo equitativo” (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011, p. 352).

Ao examinarem várias abordagens filosóficas da justiça, a fim de construir alguma sustentação para o contexto biomédico, os supracitados autores discriminam alguns princípios materiais válidos de justiça, tais como: a todas as pessoas uma parte igual; a cada um de acordo com a sua necessidade; a cada um de acordo com o seu esforço; a cada um de acordo com sua contribuição; a cada um de acordo com seu merecimento; a cada um de acordo com as trocas do livre mercado (idem, 2011, p. 355).

Porém, apesar de os autores aceitarem a relevância de cada um dos princípios citados acima, condicionam essa validação a contextos específicos:

Toda teoria geral da justiça importante é uma reconstrução filosófica de uma perspectiva válida referente à vida moral. A riqueza de nossas práticas, tradições e teorias morais ajuda a explicar por que diversas teorias da justiça foram todas habilmente defendidas na filosofia recente. Na ausência de um consenso social a respeito dessas teorias divergentes, é de esperar que as políticas públicas mudem de posição, enfatizando ora uma teoria, ora outra (BEAUCHAMP e CHILDRESS, 2011, p. 423).

De acordo com Diniz e Guilhem (2008, p.30), o conceito de justiça, também reconhecido como equidade nas pesquisas, “tem o objetivo de garantir a igual distribuição de riscos e benefícios. Com base nesse princípio, especial atenção vem sendo dada à seleção dos participantes”.

Já para Kottow (2008, p. 98), esse princípio adquire relevância na prática da pesquisa nos seguintes aspectos: “a) comprovação da relevância social do estudo – científica ou humanitária; b) distribuição equitativa dos riscos e benefícios da pesquisa; c) igualdade de

acesso à participação na pesquisa; d) acesso aos resultados exitosos do estudo; e) proteção adicional aos sujeitos vulneráveis e com autonomia reduzida”.

Por constituírem um exercício de ética aplicada, os princípios da ética biomédica propostos pelos autores devem ser implementados em pelo menos três esferas da realidade: na prática terapêutica, na oferta de serviços da saúde e na pesquisa médica e biológica (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Dessa forma, a bioética ganha uma estrutura clássica para o julgamento moral e para a tomada de decisões:

A teoria principialista tornou-se sinônimo de uma técnica ética, facilmente propagada em congressos, seminários e encontros. A fórmula mágica, “os quatro princípios éticos”, converteu-se em uma espécie de mantra capaz de mediar grande parte dos conflitos morais listados como típicos da bioética. O suposto espírito transcultural da teoria principialista fazia seus seguidores defenderem que os valores éticos propostos serviam para toda a humanidade (DINIZ e GUILHEM, 2008, p. 53).

Atualmente, apesar de o principialismo ser útil em muitas circunstâncias, não é mais concebido como um dogma procedimental infalível. Nesse sentido, nos deparamos com várias perspectivas de abordagem bioética para além dos princípios mais clássicos. Algumas delas serão discutidas na seção seguinte.

2.2 Diferentes paradigmas da bioética: para além dos princípios

O fato de a proposta principialista ter sido gerada a partir da confluência dos principais pontos das teorias morais, sem deixar que um dos pontos aproveitados se sobreponha ao outro em grau de importância, na prática isso provoca certo confronto entre os próprios princípios, visto que na relação entre si se não há um domínio cada qual adquire independência. Imaginemos que como profissionais da saúde estejamos diante de um paciente cuja enfermidade põe em risco a sua vida. Para salvá-lo precisaríamos submetê-lo a um tratamento específico com urgência. Suponhamos que, amparados no princípio de respeito à autonomia do paciente, ao esclarecer toda a situação de risco e ao propor o único tratamento possível para assegurar a sua vida o paciente não aceite se submeter ao tratamento. O que devemos fazer? Respeitamos ou desconsideramos as intenções ou preferências do paciente em prol da intenção de propiciar um benefício ou de evitar um risco maior ao paciente? Este caso clínico ilustra genericamente um exemplo do embate prático entre os princípios da autonomia e da beneficência, em decorrência dessa falta de hierarquização dentro do formato principialista.

Como não há prioridades nem existem procedimentos específicos que solucionem as dúvidas sobre qual valor deve dominar, as soluções dependem de julgamentos

particulares sobre a importância de cada princípio. (...) Na verdade, não há uma hierarquia prevista do princípio da autonomia sob o da beneficência ou da não-maleficência sob o da justiça, por exemplo. Essa suposta maleabilidade dos princípios, sua condição *prima facie*, foi ao mesmo tempo o que determinou sua sedução instrumental, mas também o que suscitou a crítica que mais duramente ressoou nas intenções acadêmicas da bioética (DINIZ e GUILHEM, 2008, p. 58-59).

Outro ponto que merece destaque no contexto das críticas ao principialismo diz respeito à tendência universalista dessa corrente. Pensar na bioética sendo construída por princípios naturais e absolutos, tal como já havia proposto o naturalismo de Sócrates na Antiguidade, implica considerar verdades eternas, regras morais imutáveis e iguais para todos. O grande problema é que numa análise realista do “mundo físico” como num esforço aristotélico, ao nos aproximarmos da realidade social em territórios específicos percebemos diferenças humanas cruciais que são incompatíveis com um julgamento moral universal.

Ainda que possamos pensar necessariamente a bioética em termos universais, ou seja, como uma disciplina global, ao considerarmos realidades culturais nacionais e regionais há um contraponto nos incentivando a uma necessidade emergente: examinarmos os problemas morais decorrentes de situações cotidianas da prática médica e de avanços científicos e tecnológicos a partir das concepções éticas e culturais particulares de cada grupamento humano.

A interdependência sócio-moral dos indivíduos e suas atitudes solidárias na coletividade foram amplamente desconsideradas. De certa forma, esse abandono do indivíduo a si mesmo foi resultado não apenas da sobrevalorização da ideologia individualista pela cultura estadunidense, mas principalmente das bases filosóficas das quais o principialismo inspirou-se (DINIZ e GUILHEM, 2008, p. 62).

Reforçando a premissa em prol da transculturação da bioética, no ano de 1999, Volnei Garrafa, Débora Diniz e Dirce Guilhem, em busca de respostas à questão teórica no tocante à importação de conhecimento em ética prática, utilizaram, de forma instrumental, a metáfora, a fim de comparar o idioma e suas variantes linguísticas com a bioética e seus saberes.

Segundo o registro dicionarizado, o idioma é a língua oficial de uma nação, o dialeto é uma variante regional de um idioma e o idioleto é uma variante individual de um dialeto. O idioma bioético é entendido, então, como um conjunto lingüístico que constitui a ‘nação bioética’ e que, por estar acima dos dialetos particulares, exerce um papel sobre-regulador na disciplina. Os dialetos correspondem às várias correntes ou teorias existentes e realizam a ponte entre o idioma e a prática. Os idioletos são frutos de tentativas críticas de adaptação de dialetos específicos a contextos sócio-culturais diferentes daqueles onde os dialetos surgiram (GARRAFA, DINIZ e GUILHEM, 1999, p. 35).

Neste artigo, os autores basearam a discussão na obra do médico e filósofo espanhol Diego Gracia como abordagem para a questão da transculturação de dialetos e das relações entre as bioéticas consideradas centrais e periféricas.

Assim, para os autores seria possível desenvolver uma estrutura relacional direcionada à produção do conhecimento bioético através do entendimento de que certos países assumiriam uma posição como propagadores centrais de teorias morais, porquanto os outros definiriam a adaptação desse corpo teórico (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Essa proposta, cuja inserção se dá na relação entre os países centrais e periféricos no contexto da produção do conhecimento bioético, é fruto da análise antropológica de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), cujo objetivo original esteve voltado à busca de uma identidade própria da antropologia, sem que lhe fosse retirada a sua universalidade enquanto disciplina científica (GARRAFA, DINIZ e GUILHEM, 1999; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006):

(...) nunca será demais lembrar que tomo por periférico aquele espaço que não se identifica com o espaço metropolitano – leia-se: Inglaterra, França e Estados Unidos –, de onde emergiram os paradigmas da disciplina no final do século passado e em princípios deste, e que desses países propagaram-se para outras latitudes. Periférico no caso, não se identifica tampouco com a noção política de periferia como *estigmatizante* de um lugar habitualmente ocupado pelo chamado Terceiro Mundo. Assim, as “antropologias periféricas” – como eu as entendo – podem existir em qualquer dos “mundos”, até mesmo no mundo europeu, desde que sejam identificadas em países que não tenham testemunhado a emergência da disciplina em seu território e, dessa maneira, não tenham ocupado uma posição hegemônica no desenvolvimento de novos paradigmas. (...) Para nós, antropólogos, isso se torna bastante significativo à medida que podemos trazer a disciplina – entendida como uma subcultura ocidental – para um horizonte que nos é familiar: o das relações entre culturas ou, mais precisamente, entre “idiomas culturais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 39).

Os países periféricos da bioética seriam aqueles em que a disciplina surgiu mais tardiamente e onde os estudos são desdobrados por influência da importação de teorias dos países centrais, aqueles onde a bioética nasceu e se consolidou. Nessa perspectiva, um exemplo de país periférico pode ser o Brasil, e um país considerado central seriam os Estados Unidos. Os conceitos de bioéticas central e periférica somente fazem sentido quando em relação mútua, já que sua utilidade está em traçar uma sociometria das transações intelectuais entre os países (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Porém, a tendência dos pesquisadores periféricos da bioética é de ainda tentar incorporar fielmente a teoria hegemônica, o principialismo, sem avaliações críticas sobre as incompatibilidades morais, dadas as diferenças culturais entre os países. Essa tendência contraria a própria proposta original dos conceitos defendidos por Cardoso de Oliveira, para quem:

(...) se essas diferenças que se verificam na periferia podem e devem ser consideradas mediante análise estilística, o mesmo já não se pode dizer em relação às antropologias centrais, porquanto essas antropologias não teriam suas diferenças explicadas em termos estilísticos, já que, de alguma maneira, estão enraizadas em seus paradigmas originais, todos marcados por uma pretensão à universalidade. O mesmo não ocorre com as antropologias periféricas, voltadas, em regra, para as singularidades de seus contextos socioculturais, habitualmente transformados em objetos quase exclusivos de investigação (2006, p. 39).

Apesar dessa hegemonia estadunidense, à medida que se observou as limitações já citadas a respeito da teoria principialista, formou-se um movimento crítico em torno desta, o qual fez surgir pouco a pouco novas ideias em favor de um relativismo cultural e moral no contexto da bioética aplicada. A partir daqui serão vistos alguns desses modelos.

2.2.1 O pluralismo moral de H. Tristram Engelhardt

O modelo teórico de Engelhardt é um marco expressivo numa perspectiva contrária a um projeto universal para se aplicar à bioética. Sua principal obra, *Os fundamentos da Bioética*, publicada inicialmente em 1986, ganhou difusão entre os pesquisadores da disciplina, sendo considerada por alguns como referência necessária nos cursos de pós-graduação em bioética no mundo (GARRAFA et al., 2012; DINIZ e GUILHEM, 2008; PESSINI, 2010).

A base para a compreensão do pensamento de Engelhardt é conceber que a diversidade cultural é inerente à natureza humana. Para ele, reconhecer, portanto, o mundo pluralista como consequência da condição humana é ao mesmo tempo entender os conflitos morais e éticos existentes nas relações entre os homens como resultantes dessa pluralidade. Isso implica pensar a bioética como uma disciplina capaz de aglutinar “estranhos morais”, ou seja, pessoas com comportamentos morais distintos, para que convivam harmoniosamente:

Um reconhecimento maduro da possibilidade de cooperação e interação pacíficas exige o reconhecimento honesto das diferenças morais que apartam as pessoas e definem as controvérsias que caracterizam a bioética contemporânea (ENGELHARDT, 2010, p. 432).

Isso aponta para um processo de extrema importância para nossa existência humana: a necessidade de pertencimento a grupos. Nesse sentido, ao longo da sua história as pessoas se associam em torno de ideias, de interesses e de metas comuns, de identidade e de valores compartilhados, e cada vez mais tem sido fortalecida a ideia de comunidade como união das pessoas em torno de objetivos comuns (GONÇALVES, 2006).

Nessa perspectiva, percebe-se que, especialmente nas sociedades contemporâneas, devido sobretudo ao avanço das TIC, as comunidades tendem, cada vez mais, a ser múltiplas, distribuídas, dinâmicas e complexas (RHEINGOLD, 2004).

A cada nova comunidade constituída em sociedade surgem novos modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos entre indivíduos e grupos. Nascem, portanto, novas culturas, e junto a elas as diferenças. Para Engelhardt (2010, p. 432), essas diferenças culturais em que se divide a sociedade não se baseiam apenas “em meras idiossincrasias culturais equivalentes a questões de gosto estético, mas em valorações fundacionalmente divergentes da condição humana e do comportamento moral apropriado”.

O contexto contemporâneo é marcado por divergências substantivas, seculares, de caráter moral, não apenas por contraditórios que dividem concepções morais seculares e religiosas, mas também por divergências morais entre pontos de vista seculares. Dada a nossa diversidade cultural, portanto, a bioética torna-se o campo de batalha entre os diferentes (ENGELHARDT, 2010).

Assim, o pluralismo moral terá implicações decisivas para essa disciplina, uma vez que definirá o seu conteúdo e o seu caráter. Por isso, Engelhardt (1998) assinala para a necessidade de a bioética global levar a sério as diferenças morais.

A partir dessa compreensão o referido autor aponta para algumas conclusões gerais: é importante evitar “abordagens universalizantes que recorrem a dispositivos como cláusulas de consciência” (2010, p. 441), tal como preconiza o principialismo. Por outro, é preciso recusar políticas bioéticas que reforcem a submissão das minorias à moralidade da comunidade dominante.

Outro ponto norteador para pensar a bioética, segundo o autor, seria explorar as possibilidades capazes de criar laços entre os *estranhos morais* com base no livre consentimento. Por isso, a abordagem engelhardtiana é considerada “liberal autonomista”, como assinala Léo Pessini (2010).

Nessa visão, por estranhos morais entendem-se todos os membros de comunidades morais distintas:

Estranhos morais são pessoas que não compartilham premissas ou regras morais de evidência e inferência suficientes para resolver controvérsias morais por meio de uma sadia argumentação racional, ou que não têm um compromisso comum com os indivíduos ou instituições dotados de autoridade para resolvê-los (ENGELHARDT, 1998, p. 32).

Em contrapartida, *amigos morais* são sujeitos que dividem e compartilham uma moralidade essencial, de maneira que podem solucionar conflitos morais através de um

argumento moral que recorra a uma autoridade reconhecida, juridicamente falando (idem, 1998).

Assim, para o autor, os fundamentos da bioética deveriam se amparar numa moralidade secular essencial que englobe diversas comunidades de crenças religiosas e ideológicas. Uma moralidade essencial contribui para a orientação sobre o que é certo ou errado, bom ou mau, além de reforçar a exigência de que não se usem sujeitos sem sua devida autorização (ENGELHARDT, 1998).

Por fim, entende-se que diante dos embates morais, é preciso nova avaliação direcionada aos consensos, assim como uma revisão nos documentos internacionais, a fim de examinar noções tidas absolutas, como, por exemplo, a dignidade humana e os direitos humanos. Para Engelhardt (2010, p. 442), “é improvável que as suposições morais tidas por certas da Bioética dos anos de 1970 permaneçam isentas de profundas refutações”.

Entendemos o pluralismo moral como um valor a ser considerado, uma vez que apoiamos novos modelos éticos que contemplem a diversidade moral de maneira diferente da teoria principialista. Assim, pensamos que nenhuma legislação que dispõe sobre a ética em pesquisa forjada sob uma ótica universalizante irá respeitar todos os interesses morais de uma determinada comunidade. Afinal, como sugerem Diniz e Guilhem (2008, p. 115) “é sob esse espírito tolerante que a bioética se protege da tentação de eleger certezas morais definitivas para a humanidade”.

2.2.2 A bioética feminista

Podemos reconhecer a importância do movimento feminista a partir de dois aspectos: da movimentação histórica do feminismo e da produção teórica feminista, sobretudo nas áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral (PINTO, 2010, p. 15).

A chamada “primeira onda do feminismo” se deu no final do século XIX, quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, passaram a lutar por seus direitos. De início, popularizou-se a luta pelo direito ao voto feminino. Essas mulheres promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas, algumas delas até mesmo apelaram para greves de fome. Um marco histórico no contexto inicial deste movimento ocorreu em 1913, durante uma corrida de cavalo em Derby. A feminista Emily Davison (1872-1913) jogou-se em frente

ao cavalo do Rei Jorge V (1865-1936), morrendo poucos dias depois. Quase cinco anos mais tarde, em 1918, o direito ao voto foi conquistado no Reino Unido (PINTO, 2010).

No Brasil, essa primeira onda do feminismo também se manifestou na luta pelo voto. Na época, as mulheres brasileiras foram lideradas pela bióloga Bertha Lutz. Em 1932, o direito ao voto foi garantido. Este movimento feminista inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, enfraqueceu a partir de 1930 e só retornou nos anos de 1960 (PINTO, 2010). A partir de então a mulher passa a construir uma outra sociedade, amparada numa proposta de libertação necessária não só para a mulher como para o homem. Essa importância foi estabelecida em princípio com maior expressividade por Simone de Beauvoir (1967):

(...) a mãe, a esposa, a amante são carcereiras; a sociedade codificada pelos homens decreta que a mulher é inferior: ela só pode abolir essa inferioridade destruindo a superioridade viril. Dedicar-se, pois, a mutilar, a dominar o homem, contradizendo-o, negando-lhe a verdade e os valores. Mas com isso apenas defende-se; não é nem uma essência imutável nem uma escolha condenável que a votam à imanência, à inferioridade. Estas lhe são impostas. Toda opressão cria um estado de guerra. Este caso não constitui uma exceção. O existente que consideram como inessencial não pode deixar de pretender restabelecer sua soberania (p. 486).

De acordo com Pinto (2010, p. 22), desde a sua gênese “a razão de ser do movimento feminista foi “empoderar” as mulheres (mesmo que o conceito tenha sido incorporado como vocabulário muito posteriormente)”.

Numa perspectiva pós-moderna, essa abertura de diálogo marcado por conquistas feministas significativas direciona-se para uma negociação constante:

Essa possibilidade de diálogo na diferença não faz desaparecer os dilemas do feminismo, pois implica constantes negociações de múltiplas identidades coexistindo e se articulando em contextos específicos, o que não significa a ideia de “pluralismo extremo” criticada por Mouffe, por defender que há “limites à celebração das diferenças, uma vez que muitas delas constroem subordinação”. Assim, negociar identidades é lidar simultaneamente com igualdade e diferença, o que vai significar a manutenção dos conflitos (MACÊDO, 2011, p. 48-49).

No contexto bioético o feminismo não se resume apenas à luta pela inserção das mulheres nos debates de aplicação ética:

A proposta da bioética feminista não era apenas a incorporação do feminismo às ideias bioéticas imperantes, ou seja, não se restringia à entrada dos estudos feministas no campo da ética aplicada. A força da bioética de inspiração feminista concentrou-se na perspectiva crítica do feminismo isto é, o olhar crítico sobre as desigualdades sociais, em especial a assimetria de gênero – como um agente potencial de provocação dos pressupostos universalistas e abstratos da teoria principialista (DINIZ e GUILHEM, 2008, p. 97).

Carol Gilligan, filósofa e psicóloga de grande expressividade, afirmou que quando as mulheres fazem julgamentos morais falam por um canal diferente, "uma voz diferente", que

valorizam sobretudo o contexto e a comunidade acima de princípios abstratos e universais (ALVES e PITANGUY, 1991).

A contribuição central de Gilligan para a bioética feminista foi justamente essa abertura para a entrada de abordagens não universalizantes, bem como para a possibilidade de se pensar sobre teorias éticas plurais (DINIZ e GUILHEM, 2008).

Em síntese, os estudos que se seguiram a partir das próprias críticas à obra de Gilligan apontaram para a necessidade de se modificar não apenas os pressupostos de gêneros inerentes à sociedade geral, como também para uma urgente reflexão sobre as premissas ideológicas da bioética:

Grosso modo, a estrutura profunda da bioética seria composta dos pressupostos universalizáveis, ocidentais (euro-americano), racistas (branco), classistas (classe média) e sexistas (masculino) que nutrem boa parte das teorias éticas (idem, p. 107).

Nesse sentido, segundo a filósofa Susan Wolf, trata-se de “uma bioética para privilegiados”. Para a autora, a utilização desses princípios em certas situações de conflito, ao invés de proteger pode provocar danos consideráveis às pessoas. Tal constatação aponta para uma emergente necessidade de reconstrução da perspectiva da bioética tradicional (DINIZ e GUILHEM, 2008).

2.2.3 Marvin Harris e os enigmas culturais

No cenário crítico ao atual modelo teórico da bioética, a obra clássica do antropólogo Marvin Harris, “Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas: Os enigmas da cultura” publicada em 1978, apresenta-se a nosso ver como uma possibilidade de diálogo com a bioética.

Cultura num sentido antropológico funcional pode ser compreendida como tudo que o homem faz e o modo como ele faz para a manutenção da sua vida. Neste sentido, tudo que o homem faz possui alguma conexão com valor de sobrevivência. Pode-se então compreender a cultura como um processo macro que também não existe em si, mas nas relações estabelecidas e produções que os diferentes atores apresentam e produzem, que acabam afetando outros atores de modo particular com intensidades e características diferentes. A cultura é produzida na relação do homem com o outro e a sociedade. Essa relação causa alteridade tanto no homem como no meio em que vive, mas ela possui sempre uma diretriz: a sobrevivência (HARRIS, 1978).

Os judeus, por exemplo, hoje não comem carne de porco e fazem a circuncisão como parte de sua prática religiosa, mas em algum momento essas posturas adotadas tiveram valor de sobrevivência e só depois foram se associando ao processo religioso. Comer carne de

porco era arriscado para contaminação com tênia e outros parasitas; do mesmo modo, a circuncisão diminui o risco de contaminação a doenças venéreas. Na realidade, defende-se que mesmo o processo religioso, a ideia de Deus ou dos deuses, assim como quaisquer outras práticas humanas, surgiram e se perpetuaram porque tiveram algum valor para a garantia de vida ou foram associadas a esse valor direta ou indiretamente (HARRIS, 1978).

Porém, mesmo que sejamos movidos por interesse, nesse caso a vida, o fato é que isso não diminui a nobreza e a qualidade das avaliações e escolhas morais.

Assim, podem-se analisar as questões morais e éticas, bem como qualquer outra ação humana a partir do entendimento de que todas elas surgiram porque em algum momento tiveram valor significativo para a vida humana. Com o passar das gerações e a mudança das circunstâncias sociais, não se pode esperar que as novas gerações consigam estabelecer as mesmas conexões estabelecidas pelas gerações que desenvolveram aquele padrão cultural. Entretanto, é presumível que essas novas gerações, mesmo não encontrando conexões diretas com os processos ligados à garantia de vida, continuem transmitindo determinados padrões de comportamento e produção, atribuindo a eles um sentido valorativo. Neste sentido, podemos compreender muitas das resoluções de conflitos morais que se baseiam no que se chama religião e tradição (HARRIS, 1978).

Constituir um sistema diferente para a bioética, na ótica de Harris (1978), também não é uma proposta de ruptura por pura ruptura com o sistema vigente, sem amparar um novo modelo funcional. Um sistema de revisão ética nesta proposta busca promover, sobretudo na equipe de avaliação ética, a capacidade de compreender a relação de produção funcional que estabelecemos com as comunidades (por meio da cultura). É ajudá-las a romper com a ideia de que padrões comportamentais são coisas em si, romper com a coisificação das ações, ou seja, a tradição não pode se sustentar pela própria tradição, sem conexão com o valor da vida.

Talvez assim seja possível perceber que muitos processos tradicionais podem estar desatualizados ou mal encaixados em face das necessidades sociais atuais, principalmente quando pensamos no olhar ético sobre a prática da produção do conhecimento nas ciências humanas. A partir dessa premissa, trazida originariamente por Marvin Harris na antropologia, pode-se, a partir de um aprofundamento teórico maior, desenvolver e apresentar ferramentas e um modelo ético aplicável que possam subsidiar e promover distintos grupos humanos.

Diante disso, compreender a bioética direcionada a essa premissa resulta no entendimento de que podemos ver a ação humana e a sua produção dividida em processos e produtos particulares; mas tudo precisa ter vinculação com o valor à vida, ou seja, saber

questionar corretamente qual é a função da ação e produção daquele sujeito para a sobrevivência daquele grupo humano.

2.3 Ética em pesquisa

Embora o foco deste estudo esteja mais direcionado ao tema da ética em pesquisa com seres humanos, até aqui discutimos o campo da Bioética, por ser o âmbito maior que provocou os desdobramentos éticos no campo das pesquisas.

No pesquisar a discussão sobre a ética é essencial. O maior argumento talvez seja este momento que vivemos, as brutalidades nos dias de hoje, as atrocidades no social e, desde aí, a urgência de se pensar, sentir e agir de modo a cuidar e a preservar as formas de existência dos seres vivos todos e, aqui, inserem-se os seres humanos, dotados de linguagem, características e possibilidades de transformação singulares.

No caso da pesquisa com seres humanos, o foco da ética está, sobretudo, nos efeitos que os desenhos metodológicos terão sobre os participantes/colaboradores.

A função prioritária da ética em pesquisa é proteger o participante, um indivíduo que se submete voluntariamente a um risco, vivenciando com frequência condições de vulnerabilidade ou por razões sociais – pobreza, subnutrição, falta de poder – ou por ser portador de doenças que podem ou não ser o motivo de seu recrutamento para o estudo (KOTTOW, 2008, p. 54).

O discurso em favor de indivíduos socialmente vulneráveis, fortalecido pela bioética, provocou um olhar crítico em direção à pesquisa científica. Este fato contribuiu para a não aceitação da premissa de que o desenvolvimento da ciência estaria acima de qualquer suspeita para o bem-estar e a saúde da humanidade (DINIZ e GUILHEM, 2008).

A Segunda Guerra Mundial foi sem dúvida o ponto de partida para as discussões e produções que consolidaram a problemática da ética no âmbito do campo científico. Após as atrocidades, durante os julgamentos dos médicos/pesquisadores nazistas ocorridos na cidade de Nuremberg, iniciou-se no mundo um movimento cuja essência deixava explícita a preocupação ética com a pesquisa envolvendo seres humanos à medida que se enalteciam os direitos do sujeito de pesquisa (GUILHEM e DINIZ, 2008).

Sob tais circunstâncias, em 1947, foi elaborado o Código de Nuremberg, marco que deu início à criação de diretrizes internacionais para a pesquisa científica com seres humanos (GUILHEM e DINIZ, 2008).

Posteriormente, em 1964, foi promulgada a Declaração de Helsinque, cuja importância está situada, sobretudo, na reafirmação de princípios éticos já mencionados, tais como o

consentimento livre dos sujeitos de pesquisa, a defesa à dignidade e a proteção à integridade dos sujeitos. Além disso, a partir das posteriores revisões, a declaração lançou novos temas de discussão nesse contexto – a importância dos comitês de ética, os estudos multicêntricos e a garantia de acesso a tratamentos de saúde aos participantes da pesquisa (GUILHEM e DINIZ, 2008).

Até então, ainda de acordo com as autoras, todas as discussões e formulações da ética em pesquisa estiveram, de alguma forma, vinculadas às experiências vividas no período da Segunda Grande Guerra. Em meio a este cenário, Beecher rompe com tal tendência através da publicação de um estudo sobre investigações científicas conduzidas com humanos, cujo objetivo central era analisar os tipos de critérios éticos utilizados pelos pesquisadores para realização das pesquisas fora do cenário de guerra. Os resultados apontaram para constatações contrárias à conduta ética dos pesquisadores prevista pelos tratados anteriores, visto que em muitos dos estudos analisados, foram evidenciados detalhes abusivos relativos aos participantes, sobretudo quando os sujeitos de pesquisa eram presidiários, crianças em sofrimentos psíquicos, bem como idosos demenciados, ou seja, pessoas em situação de vulnerabilidade.

Outros casos sucessivos ao estudo de Beecher que ganharam notoriedade para este contexto das reflexões éticas em pesquisa com seres humanos, nos anos 1970 e 1980, foram dois estudos desenvolvidos em território norte-americano: o estudo Tuskegee e o da prisão de Stanford. O primeiro trata-se de uma investigação clínica sobre a história natural da sífilis, realizada com seiscentos participantes, dos quais no final da investigação apenas 74 sobreviveram, quando na ocasião já havia tratamento adequado para a doença. Após o caso ganhar repercussão, constatou-se que os participantes não foram informados quanto ao objetivo do estudo, sequer sabiam que se tratava de uma pesquisa. As consequências desse estudo reafirmaram a importância do consentimento livre e esclarecido do sujeito de pesquisa, bem como incentivaram a expansão do diálogo ético em pesquisa com a sociedade em geral (KOTTOW, 2008; GUILHEM e DINIZ, 2008).

O caso da Prisão de Stanford em 1971, por sua vez, reacendeu a importância da previsão dos riscos de uma pesquisa com seres humanos. Neste estudo, foi realizada uma simulação dentro do cenário de um presídio fictício no porão da Universidade de Stanford, com a pretensão de analisar como as pessoas reagem dentro de uma organização com regime de controle rígido. Foram recrutados no total 24 participantes; alguns exerceram papel de guardas e os outros de presidiários. A pesquisa foi interrompida devido a respostas

comportamentais extremamente violentas entre os participantes, as quais acarretaram problemas emocionais em boa parte dos participantes (GUILHEM e DINIZ, 2008).

Por fim, o Relatório de Belmont é visto como um marco bastante expressivo e relevante para todos os documentos produzidos até os dias de hoje em termos de regulamentos nacionais e, de forma geral, para os debates promovidos na atualidade no campo da ética em pesquisa.

A partir disso, com o intuito direcionado à promoção da proteção, do bem-estar e da segurança dos participantes/colaboradores da pesquisa, essas diretrizes passam a determinar que os estudos não deverão ser realizados antes de sua avaliação por um comitê de ética em pesquisa. Alguns desses documentos internacionais servem como referência para a elaboração de normas e legislações nacionais (GUILHEM e DINIZ, 2008).

2.3.1 Ética em pesquisa nas Ciências Humanas

A ciência possibilita, ao longo dos anos, acumulações organizadas de informação, dentro de cada disciplina específica: Física, Química, Biologia, Psicologia, Sociologia, Antropologia etc.

Este conhecimento é produzido a partir da sistematização de métodos e da verificação dos resultados, porém, em princípio, por um conjunto de atitudes que se relacionam com a forma de tratar os fatos, os objetos ou mesmo os sujeitos da pesquisa. Nessa perspectiva, para cada área do conhecimento científico se estabelecem desenhos metodológicos distintos.

No caso das Ciências Humanas é interessante pensar inicialmente, tal como propõe Foucault (1999) em sua obra clássica *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, que o campo das Humanas, quando no seu nascimento, não herdou um modelo metodológico a ser empregado, tampouco se tinha um campo epistemológico evidente; o que se tinha era o desconhecido e poucos recursos para desbravá-lo.

O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse, nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem; pois o homem não existia (assim como a vida, a linguagem e o trabalho); e as ciências humanas não apareceram quando, sob o efeito de algum racionalismo premente, de algum problema científico não-resolvido, de algum interesse prático, decidiu-se fazer passar o homem (por bem ou por mal, e com maior ou menor êxito) para o campo dos objetos científicos — em cujo número, talvez, não esteja ainda provado que seja possível incluí-lo de modo absoluto; elas apareceram no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber (FOUCAULT, 1999, p. 476).

O objeto das Ciências Humanas é subjetivo. Sendo assim, pressupõe incompatibilidade se o seu estudo for direcionado a um conteúdo específico, formal.

De um modo mais geral, o homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma autonomia quase única); é esse ser vivo que, do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo o seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida (FOUCAULT, 1999, p. 487).

Dado esse entendimento não pontual sobre o seu “objeto incerto”, talvez por isso, as críticas mais clássicas acusam que as Ciências Humanas de produzirem conhecimentos questionáveis. Diante disso, a ideia de complexidade defendida pelo filósofo judeu Edgar Morin (2005, p. 270) nos convida a superar essa crítica da “mutilação”, a fim de problematizar o campo das incertezas na prática da produção do conhecimento científico.

Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (MORIN, 2005, p. 176-177).

Pensar em tal problematização é desenvolver uma compreensão complexa, a qual, sem querer dar conta de tudo, busca estabelecer um olhar para o humano nas suas diferentes dimensões ou multidimensionalidades. Isso implica uma tentativa de compreender o homem a partir de diferentes aspectos – fisiológico, cultural, social, entre outros.

O pensamento complexo proposto por Morin (2005) considera e aponta principalmente para as questões multideterminadas, cuja essência caracteriza o objeto de estudo das Ciências Humanas.

Nessa perspectiva, não seria coerente reduzir as Ciências Humanas a moldes de investigação utilizados na Biologia ou a qualquer metodologia que faz exclusivamente uma simplificação daquelas aos procedimentos adotados pela Física clássica.

A gênese dos métodos qualitativos de pesquisa no contexto dos séculos XVIII e XIX refletem bem essa incompatibilidade, pois à época, sociólogos e historiadores, insatisfeitos com os métodos de pesquisa das Ciências Físicas e Naturais que serviam de base para as Ciências Humanas e Sociais, estabeleceram novas formas de investigação (GATTI e ANDRÉ, 2013).

As dúvidas dos pesquisadores então apontavam para uma questão central: seria possível a construção de um conhecimento sobre o humano-social, o humano-educacional, sem um contato profundo nas interações situacionais, palco das produções dos sentidos e significados?

Assim, a partir do redirecionamento de uma concepção estritamente positivista para um paradigma idealista-subjetivista passou-se a buscar a interpretação no lugar da mensuração, a descoberta no lugar da constatação; os fatos e valores são vistos numa relação híbrida, pondo em xeque a postura de neutralidade do pesquisador. Tais modificações configuram a abordagem da pesquisa qualitativa, que se contrapõe ao esquema quantitativo da ciência clássica, na perspectiva de uma visão holística dos fenômenos (GATTI e ANDRÉ, 2013).

Na área da Educação, apesar de esse formato já existir desde o século XIX, foi apenas a partir de 1950 que se deu tal incorporação:

Nas Ciências da Educação, o impacto e a difusão de métodos qualitativos em uma escala maior ocorreu somente entre as décadas de 1950 e 1970 na Inglaterra, França e nos Estados Unidos, e, na Alemanha, a partir de meados da década de 1960. Desde então, foram desenvolvidos diferentes métodos de análise de dados qualitativos; outros foram remodelados e dotados de uma base teórica mais ampla e mais profunda (WELLER e PFAFF, 2013, p.15).

Na Educação a importância das abordagens qualitativas não é marcada apenas no campo da produção do conhecimento ou na avaliação de políticas educacionais, mas também no processo de ensino-aprendizagem e no campo da formação de professores (WELLER e PFAFF, 2013).

A incorporação dos métodos qualitativos em Educação no Brasil sofreu influência dos estudos direcionados à avaliação de programas e currículos, bem como para a investigação da escola e da sala de aula (GATTI e ANDRÉ, 2013).

No cenário de pesquisa brasileiro, a predominância das abordagens qualitativas educacional envolve o uso de técnicas participantes, métodos biográficos e a análise de documentos em estudos de base fenomenológico-hermenêutica. A pesquisa-ação e a análise de documentos são bastante utilizadas para pesquisas com orientação marxista (WELLER e PFAFF, 2013).

Através desse viés qualitativo, o país galgou avanços significativos na área da Educação, entre os quais se destacam: a clarividência de aspectos e processos até então ocultos nos estudos quantitativos; tornou-se possível retratar o ponto de vista dos participantes da pesquisa, dos personagens envolvidos nos processos educativos; o ganho da compreensão

de que a subjetividade é inerente ao processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para lidar com isso da melhor maneira possível a fim de preservá-la; compreensão mais aprofundada sobre fenômenos educacionais mais específicos no cenário brasileiro, tal como o fracasso escolar, sendo possível estudá-lo sob enfoques diferentes; o entendimento de que problemas educacionais muitas vezes estão associados a preconceitos sociais e sociocognitivos (GATTI e ANDRÉ, 2013).

Embora as Ciências Humanas estejam num domínio complexo, do qual representa uma necessidade de enfoque diferenciado e alternativo para o pesquisador perante o seu objeto de estudo, não estão à margem das exigências éticas que se reconhecem pioneiramente no campo das biomédicas.

Qualquer intervenção que envolva seres humanos ou que possa afetá-los deve ser analisada e acompanhada por um comitê de ética, uma vez que uma pesquisa ou divulgação de dados armazenados são potencialmente danosas. É necessário reconhecer, portanto, a possibilidade de danos que não são orgânicos e empiricamente mensuráveis (KOTTOW, 2008, p. 64).

O caso clássico do experimento desenvolvido pelo psicólogo Stanley Milgram reflete bem essa preocupação ética necessária em pesquisas fora do campo biomédico. Neste experimento, os participantes ficavam em uma cabine onde controlavam interruptores que artificialmente emitiam correntes elétricas de 15 a 450 volts sobre outra pessoa que estava sentada numa poltrona, separada do participante por uma parede transparente. Na dinâmica da pesquisa, o participante formulava perguntas verbais e em seguida precisaria emitir choques mediante a resposta errada do outro; mesmo não havendo eletricidade, a pessoa que estava na poltrona simulava a resposta do organismo, sem que o participante soubesse. À proporção que fossem emitidas respostas erradas às perguntas, intensificavam-se as descargas elétricas. O experimento se encerrava no momento em que o participante se negasse a aumentar a intensidade elétrica. Como resultado, Milgram constatou que 60% dos participantes obedeceram às instruções da pesquisa a ponto de emitir níveis mortais de eletricidade. Os participantes/colaboradores da pesquisa foram recrutados sem quaisquer esclarecimentos prévios sobre o experimento em questão, tampouco o pesquisador obteve o consentimento informado. Além disso, tal experimento gerou lesões emocionais nos participantes, visto que se sentiram como se houvessem matado uma pessoa coercitivamente (KOTTOW, 2008).

Nesse sentido, de maneira geral, quando nos aproximamos da historicidade da ética em pesquisa, como o fizemos na seção anterior, e vislumbramos o quão os acontecimentos polêmicos das investidas científicas envolvendo seres humanos se repetem e estão relacionados uns com os outros. Por isso, ao longo dos anos a ética adquiriu um espaço

significativo e sólido nesse contexto, uma vez que essa abertura para o diálogo ético provoca e direciona a prática dos pesquisadores para aspectos éticos a serem observados nas pesquisas com seres humanos.

A produção do conhecimento na área da Educação depende, como já vimos, do domínio mais flexível de desenhos metodológicos para a aproximação aprofundada do seu objeto de estudo. Tal possibilidade se ampara, sobretudo em abordagens qualitativas, as quais promovem um envolvimento maior do pesquisador com o seu objeto de estudo. Porém, por outro lado, a qualidade dessa prática depende também do rigor nos cuidados éticos investigativos.

Em pesquisa desenvolvida recentemente (FARE, MACHADO e CARVALHO, 2014), cujo objetivo envolveu uma revisão sobre ética em pesquisa voltada aos pesquisadores e aos grupos brasileiros de pesquisa em educação, a partir de levantamento de referências disponíveis na *web* foi constatado que um número considerável de trabalhos problematiza diferentes aspectos da pesquisa educacional (GATTI, 2001, 2004; SEVERINO, 2001; VILELA, 2003; CHARLOT, 2006). Porém, o resultado desse levantamento mostrou poucas publicações que abordam questões mais específicas sobre a ética na pesquisa educacional e, menos ainda, sobre suas especificidades diante das regulações e diretrizes acerca da ética em pesquisa no Brasil. Os trabalhos em questão referem-se à ética em temas de Educação em geral (RIOS, 2006; ARROYO, 2007) ou a verticalizações, tais como à ética em Educação Especial (GLAT; ANTUNES, 2012), Educação Física (ROCHA; BENEDETTI, 2009), Educação Matemática (FIORENTINI; LORENZATO, 2009), Educação Musical (AZEVEDO et al., 2005), Linguística Aplicada (CELANI, 2005; PAIVA, 2005) ou a temas mais tradicionais, como o fracasso escolar (NETO; ALVES, 2012) ou a formação de professores (FLORES, 2003).

Ainda de acordo com a pesquisa, o maior número de trabalhos produzidos sobre o tema insere-se no campo das reflexões da Antropologia e a produções de pesquisadores de diferentes campos das ciências humanas e sociais na saúde. Organizadas a partir de debates em encontros e eventos específicos sobre o tema, alguns trabalhos, em especial, (VICTORA et al., 2004; GUERRIERO; SCHMIDT; ZICKER, 2008; FLEISCHER; SCHUCH, 2010; SARTI; DUARTE, 2013) concentram contribuições de diferentes tradições disciplinares relacionadas a experiências de pesquisadores das ciências humanas e sociais com as normas de regulação do sistema CEP/CONEP (FARE, MACHADO e CARVALHO, 2014).

O tema das regulamentações sobre a ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais vem ganhando corpo, visto que boa parte do que se tem produzido ainda permanece num contexto essencialmente biomédico. A resolução CNS 466/12 aqui no Brasil é um exemplo disso.

Diante disso, tem-se uma enorme movimentação em prol do redirecionamento do olhar ético para as outras esferas científicas, tais como nas Ciências Humanas e Sociais, a fim de considerar novas avaliações éticas amparadas nas suas especificidades metodológicas de investigação:

Inicialmente idealizados para acompanhar as pesquisas clínicas com seres humanos, os sistemas de regulação são pouco sensíveis às características das pesquisas sociais, em particular daquelas que utilizam técnicas ou procedimentos qualitativos para o trabalho de campo e a análise de dados (DINIZ e SUGAI, 2008, p. 19).

Nessa perspectiva, de maneira geral, parece haver um entendimento comum quanto à necessidade de um olhar ético diferenciado. Segundo Gil (2008), por exemplo, nas pesquisas sociais podem ser adotados procedimentos metodológicos tão ou mais invasivos que os adotados em pesquisas biomédicas.

Para Martin Bauer (2002), a maioria das pesquisas sociais utiliza como técnica de produção de dados a entrevista, a qual se materializa em forma de áudio, escrita, ou ainda por imagens. Tal materialidade expressará pensamentos, sentimentos, lembranças, planejamentos e discussões de pessoas. Ora, tais dados são conteúdos humanos, logo seu tratamento distante dos princípios éticos pode, a depender da forma que forem trabalhados, acarretar danos aos participantes da pesquisa. Por exemplo, numa simples identificação dos participantes na exposição dos resultados pode produzir uma série de transtornos emocionais no participante.

Nas metodologias qualitativas em Ciências Humanas e Sociais, a ética é praticada a partir das relações de colaboração e interlocução entre pesquisadores e participantes, da pesquisa. Essa relação, presente nas investigações de cunho mais participativas, sugere ao pesquisador uma perspectiva dual: por um lado de autoreflexão, e por outro, de percepção do outro como parceiro intelectual na análise do que se quer conhecer. Sendo assim, por um lado contempla-se a atualização de atitudes e valores com relação ao propósito do conhecimento e, por outro, compreendem-se as relações de poder (dominação ou emancipação) na prática da pesquisa (SCHMIDT, 2011).

Nesse caso, como acentua Schmidt (2011, p.48), essa condição dual à prática do pesquisador são elementos que direcionam o conceito de ética “como morada ou modo de habitar o mundo e, mais particularmente, o mundo da produção do conhecimento”. Conceber

a ética na pesquisa como morada implica considerar os efeitos já citados, na esfera das decisões e responsabilidades do pesquisador. Assim, o processo dar-se-á no cenário das diferenças, cujos personagens despontam como sujeitos autônomos:

Método e ética convergem na pesquisa participante em que um dos intentos é perceber, abrigar e pôr em discussão diferenças, principalmente entre pesquisador e colaborador ou interlocutor e, ainda, orquestrar certa pluralidade de vozes, sem que diferenças consolidem posições hierárquicas, valorizadas em termos de mais e de melhor (SCHMIDT, 2011, p. 48).

O tema da autonomia nas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, desde a já revogada 196/96, inclui e ressalta o cuidado necessário do pesquisador responsável com o manejo de informações ou materiais. O princípio da autonomia, nesse sentido, o qual deve estar implícito no TCLE, garantindo o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e assegurando formas de indenização ante eventuais danos decorrentes da pesquisa.

De acordo com Schmidt (2011), essa questão é preocupante porque pode fortalecer a heteronomia – apego irrefletido à ordem jurídica – ao invés da autonomia, não pelo caráter imperativo das normas, mas pelo modo como essas normas serão adaptadas, pois podem substituir as atividades do pensamento e julgamento que formam esse sujeito autônomo.

Em estudo antropológico realizado em 2008, dentro da temática do aborto em casos de fetos com anencefalia, Débora Diniz aponta algumas inquietações próprias de desenhos metodológicos diferentes:

Conceitos como riscos e benefícios, devolução dos resultados de pesquisa, benefícios compartilhados, termo de consentimento livre e esclarecido ou reparação por danos compõem o vocabulário compartilhado dos comitês de ética para avaliar projetos de pesquisa. Certamente algumas dessas questões também estão presentes nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas, no entanto seu conteúdo não é idêntico. O risco envolvido na participação de Severina em um documentário etnográfico não é o mesmo que os riscos envolvidos em um protocolo de pesquisa sobre uma vacina com pessoas em estágio terminal de uma doença (DINIZ, 2008, p. 421).

Neste estudo, foi produzido um documentário etnográfico com uma mulher, de nome Severina, a qual pretendia interromper a gestação por motivo da anencefalia. O fato é que um roteiro desse tipo de documentário é estabelecido à medida que surgem novas demandas, das quais possibilitam seu delineamento. Diante disso, como detalhar no TCLE o procedimento aos participantes da pesquisa, se tal procedimento ganha estrutura durante o percurso de gravação?

É notório, portanto, que há uma limitação regulamentar no sentido de contemplar nas avaliações éticas desenhos metodológicos utilizados nas ciências humanas, em especial nas abordagens qualitativas.

Serão vistas a seguir algumas especificidades regulamentares sobre ética em pesquisa, com ênfase no campo das Ciências Humanas e Sociais.

2.3.2 O sistema de revisão ética das pesquisas no Brasil

Nos anos 1990, a globalização da pesquisa em saúde foi determinante para a consolidação de diferentes sistemas de revisão ética. As pesquisas multicêntricas, em especial aquelas realizadas em parcerias entre países ricos e pobres, levaram a ética em pesquisas ganhar notoriedade em negociações internacionais. Apesar de os princípios da bioética seguirem uma lógica universal, as especificidades de interesse levaram cada país a configurar suas próprias regras de funcionamento dos sistemas de revisão ética (GUILHEM e DINIZ, 2008).

No Brasil, o sistema de revisão ética relaciona-se com o modelo de autorregulação, o qual compreende que por conta própria as instituições de pesquisa são responsáveis por estabelecer os sistemas de avaliação, incluindo mecanismos centralizados de referência. Os sistemas são amparados pela lei, e os centros de referência promovem a capacitação, a auditoria das avaliações éticas e a acreditação dos CEPs, embora adotem características diferenciadas:

Ao mesmo tempo em que o sistema possui regulamentação detalhada, o arcabouço normativo depende de legislação genérica para respaldá-lo. Além disso, o sistema brasileiro se propõe a revisar e acompanhar todas as pesquisas envolvendo seres humanos, independentemente da área do conhecimento (GUILHEM e DINIZ, 2008, p. 40).

O primeiro documento oficial foi criado no país em 1988, quando o CNS, órgão vinculado ao Ministério da Saúde (MS), aprovou a Resolução CNS I/88 (BRASIL, 1988).

A partir de revisões e sucessivos ajustes à Resolução CNS I de 1988, foi elaborada em 1996, em revogação àquela, a Resolução CNS 196, a qual possibilitou expressivos avanços às regulamentações de pesquisas com seres humanos no país. Atualmente, essa resolução foi revogada em razão da aprovação da Resolução 466/12. Desta maneira, os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos devem atender a esta última resolução.

A então revogada Resolução 196/96 do CNS, uma vez fundamentada nos princípios bioéticos – autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade – já reforçava a importância das exigências éticas e científicas fundamentais em estudos que envolvem direta

ou indiretamente seres humanos como participantes de pesquisa. Tal entendimento esteve expresso em diversos pontos desta resolução: na necessidade de assistência ao participante da pesquisa, da necessária discriminação e previsão dos riscos e benefícios da pesquisa, do consentimento livre e esclarecido, da indenização em reparação a um possível dano causado ao participante, do cuidado ao estado de vulnerabilidade dos sujeitos de pesquisa, dentre outros (BRASIL, 1996).

Além disso, esta resolução possibilitou a criação dos CEPs para tratar das submissões, análises, acompanhamentos e fiscalização dos projetos de pesquisa, cujo vínculo é firmado, por exemplo, nas instituições universitárias e nos hospitais do país. De acordo com essa resolução, sua composição deveria incluir o número mínimo de 7 (sete) membros dentre profissionais da área da saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade, representando os usuários da instituição (BRASIL, 1996). Atualmente, a partir da norma operacional 001/2013, pelo menos 50% dos membros deverão comprovar ter experiência em pesquisa. Poderá variar na sua composição, de acordo com as especificidades da instituição e dos temas de pesquisa a serem analisados. Permanece o caráter multidisciplinar, não devendo haver mais que a metade dos seus membros pertencente à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá, ainda, contar com consultores *ad hoc*, pertencentes, ou não, à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Concomitantemente à ocasião da aprovação da Resolução 196/96, institui-se a Comissão Nacional da Ética em Pesquisa (CONEP), órgão pertencente ao Conselho Nacional de Saúde, responsável pela elaboração e atualização das diretrizes e normas para a proteção dos sujeitos de pesquisa, bem como pela coordenação da rede dos CEPs das instituições espalhadas pelo país.

Desse modo, o Brasil, por meio do sistema CEP/CONEP, desenvolve o controle social sobre as práticas da produção do conhecimento científico, qualificando-as do ponto de vista ético, prevenindo indução, imposição, exploração dos mais vulneráveis, excessos, exposição dos participantes a riscos desnecessários e a danos previsíveis (MALUF e GARRAFA, 2011).

O sistema CEP/CONEP sob o pano de fundo da cultura dos direitos humanos deve exercer suas atividades em busca de assegurar a dignidade e os direitos dos sujeitos de pesquisa. Conforme acentua Zanetti (2013), todo o sistema deve funcionar em favor de uma ciência cada vez mais comprometida, respeitada e engajada com os preceitos éticos que resguardam a condição humana.

Desde a aprovação da Resolução CNS 196/96 e a consequente implementação do sistema CEP/CONEP, de acordo com Guilhem e Greco (2008, p.113), tais iniciativas “trouxeram indiscutível avanço ao processo de revisão ética das pesquisas no Brasil”. Dentre outras razões, isso se deve talvez à abertura de diálogo com os diferentes campos do conhecimento científico. Em contrapartida, tal movimento gerou um grande desafio: a necessidade de contemplar as especificidades ético-metodológicas de outras disciplinas científicas, visto que as diretrizes que se tem estão baseadas no modelo biomédico.

A revisão do texto da CNS 196/96, que envolveu uma consulta pública no ano de 2011, resultou em 1.890 sugestões. Estas contribuições foram submetidas à análise dos participantes do Encontro Nacional de Comitês de Ética em Pesquisa (ENCEP) e após revisão, encaminhadas ao CNS. Nesse processo de revisão, evidenciou-se a necessidade de serem produzidas resoluções específicas para as áreas das Ciências Sociais e Humanas. (BRASIL, 2012)

Como já foi dito anteriormente, no ano de 2013 foi aprovada a mais recente resolução que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, a Resolução CNS 466/12, a qual apresenta algumas mudanças em relação ao documento anterior.

Os documentos internacionais que fundamentam esta mais nova resolução são os mesmos que fundamentaram a Resolução 196/96, dentre os principais destacam-se: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Helsinque (1975, 1983, 1989, 1996 e 2000), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), as diretrizes do Conselho de Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS), além da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Portanto, em termos de consulta a documentos que amparem as novas diretrizes e normas regulamentadoras em pesquisas que envolvem humanos, não houve mudanças significativas, embora venham expressos outros documentos mais recentes: a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos (1997), a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2003) e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2004).

No item II, no que se refere aos *termos e definições* adotados pela resolução 466/12, seguem-se novas definições:

- *achados da pesquisa*, “fatos ou informações encontrados pelo pesquisador no decorrer da pesquisa e que sejam considerados de relevância para os participantes ou comunidades participantes”;
- *assentimento livre e esclarecido*, refere-se “a anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades”;
- incorporado ao subitem II.3, quanto à *assistência ao participante da pesquisa*, além da *assistência imediata* definiu-se a *assistência integral*: “é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa”;
- *benefícios da pesquisa*, “proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante da pesquisa”;
- de *sujeito da pesquisa* para *participante de pesquisa*, expresso no subitem II.10 como o “indivíduo que, de forma esclarecida e voluntária, ou sob o esclarecimento e autorização de seu(s) responsável(is) legal(is), aceita ser pesquisado. A participação deve se dar de forma gratuita, ressalvadas as pesquisas clínicas de Fase I ou de bioequivalência”;
- o conceito de *patrocinador* foi ampliado para além da pessoa física ou jurídica, pública ou privada que apoia a pesquisa apenas financeiramente, englobando, a partir de então, “ações de financiamento, infraestrutura, recursos humanos ou apoio institucional”;
- foi incorporado o item sobre *provisamento material prévio*, cujo teor trata da “compensação material, exclusivamente para despesas de transporte e alimentação do participante e seus acompanhantes, quando necessário, anterior à participação deste na pesquisa”;

Quanto aos *aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos*, presentes no item III da antiga resolução, todos foram mantidos, exceto o III. 2: “Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na

literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução”. Ainda com relação aos aspectos éticos da pesquisa, os estudos patrocinados no exterior, além de responderem às necessidades de transferência de conhecimento e tecnologia para a equipe brasileira, quando aplicáveis, em casos do desenvolvimento de novas drogas, se comprovadas sua segurança e eficácia, estabelecem ser obrigatório seu registro no Brasil. Outro ponto adicionado como exigência está voltado para a garantia das “mulheres que se declarem expressamente isentas de risco de gravidez, quer por não exercerem práticas sexuais ou por as exercerem de forma não reprodutiva, o direito de participarem de pesquisas sem o uso obrigatório de contraceptivos”. Outra modificação, dessa vez quanto à descontinuidade da pesquisa, apesar de manter-se condicionada à análise e manifestação do sistema CEP/CONEP/CNS/MS, o qual cabe aprovar as razões para tal procedimento, na 466/12 abre-se exceção “em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes”.

Em casos de metodologias experimentais na área biomédica, ampliou-se o acesso gratuito e por tempo indeterminado (antes obtido apenas ao final do estudo) para “o intervalo entre o término da participação individual e o final do estudo, podendo, nesse caso, esta garantia ser dada por meio de estudo de extensão, de acordo com análise devidamente justificada do médico assistente do participante”.

No item IV, quanto ao *processo de consentimento livre e esclarecido*, explicitou-se um detalhamento maior para o pesquisador desde a etapa inicial, devendo-se fornecer ao participante da pesquisa todos os informes necessários sobre o estudo a ser realizado de forma clara e acessível, concedendo o tempo de resposta necessário ao participante ou responsável legal, até a concessão do consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa através do TCLE. Em síntese, destacam-se mais detalhadamente todas as etapas que devem ser necessariamente cumpridas para que o convidado a participar da pesquisa possa se manifestar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

No contexto das pesquisas experimentais na área biomédica, evidencia-se a importância de não exigir do participante da pesquisa, seja qual for o argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Assim, o TCLE não deve conter ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao participante da pesquisa abrir mão de seus direitos, inclusive o direito de indenização por danos eventuais.

Uma novidade, como exposto no item II dos Termos e Definições dessa nova resolução, é o Termo de Assentimento, cujo teor trata-se de “documento elaborado em

linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais”. Além de aprovado pelo CEP, quando pertinente o projeto também deve ser aprovado pela CONEP.

No item V, dos *riscos e benefícios*, verificam-se definições mais claras e mais bem fundamentadas sobre tais conceitos. Os ajustes ao que continha a resolução mais antiga foram discretos. Em pesquisas na área da saúde, além de haver a necessidade de o Sistema CEP/CONEP tomar conhecimento dos fatos relevantes que alterem o andamento dos estudos aprovados por ele, os pesquisadores deverão informar ainda “dos efeitos adversos e da superioridade significativa de uma intervenção sobre outra ou outras comparativas”.

A Plataforma Brasil foi criada em 2009 para substituir o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Sisnep). Foi uma iniciativa da CONEP em parceria com algumas áreas do MS, como o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, o banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O principal objetivo da Plataforma é fornecer às instâncias avaliadoras informações suficientes para o acompanhamento da execução das pesquisas.

O item VII da 466/12 discorre de forma ampliada sobre o *Sistema CEP/CONEP*, destacando o trabalho cooperativo do sistema para proteger os participantes de pesquisa, de forma “coordenada e descentralizada por meio de um processo de acreditação”. Para tanto, as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação desse sistema. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Determinam que as instituições e/ou organizações nas quais se realizem pesquisas com humanos podem constituir um ou mais CEPs, conforme seja suas necessidades e desde que atendam aos critérios previstos em norma. Na inexistência de um CEP na instituição proponente ou em caso de pesquisador sem vínculo institucional, cabe à CONEP a indicação de um CEP para proceder à análise da pesquisa.

No subitem VII. 3 define-se a CONEP como uma “instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente”, cujo vínculo se dá via CNS/MS. Quanto aos membros integrantes do Sistema CEP/CONEP, estes deverão ter, no exercício de suas funções, total independência na tomada das decisões, mantendo em caráter

confidencial as informações avaliadas. Além disso, esses membros não poderão ser remunerados no desempenho de suas funções, exceto no ressarcimento de ajuda de custo, do qual cubra despesas com transporte, hospedagem e alimentação. Dado o caráter de relevância pública da função, os membros devem ser dispensados, nos horários de seu trabalho nos CEP, ou na CONEP, de outras obrigações nas instituições e/ou organizações às quais estejam vinculados.

Quanto às *atribuições dos CEPs*, expressas no item VIII da nova resolução, resumem-se em três pontos: avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, nos quais os temas de relevância pública e de interesse estratégico previstos na agenda de prioridades do SUS adquirem preferência; emitir parecer, devidamente justificado, dentre outros, pelos princípios da impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, respeitando os prazos estabelecidos em norma operacional, a fim de evitar morosidade na análise; desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética; e elaborar seu Regimento Interno.

No item XIII, das *resoluções e normas específicas*, destaca-se, dentre outros pontos, a importância de uma resolução complementar à 466/12, dadas as especificidades éticas das pesquisas no campo das Ciências Sociais e Humanas.

Em síntese, na nova resolução, há um esforço na ampliação da proteção do participante da pesquisa (expressão substitutiva a “sujeito de pesquisa”, presente na 196/96). O termo assentimento torna-se necessário e passa a ser empregado para os participantes que estão em condição de vulnerabilidade social. Além de assistência imediata, o participante conta desde então com a assistência integral por danos provocados pela investigação. Outros termos são incorporados e melhor definidos (achados da pesquisa, benefícios da pesquisa, assistência integral, assentimento livre e esclarecido, patrocinador etc.). Nos casos de pesquisas clínicas de Fase I ou de bioequivalência, há remuneração para o participante da pesquisa.

Entretanto, percebe-se ainda o forte domínio da lógica biomédica nesta resolução, o que justifica a elaboração de uma resolução complementar para a condução e avaliação adequada às pesquisas das áreas sociais e humanas.

No dia 11 de junho de 2013 na Universidade de Brasília (UnB), representantes de Associações Científicas brasileiras sobre Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas⁷, reuniram-

⁷ Das Sociedades Científicas brasileiras que estiveram presentes, destacam-se: Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF); Associação Nacional de Pós-Graduação e

se para encaminhar as propostas de um novo Conselho Nacional de Ética na pesquisa para a área, a participação das humanidades no Programa Ciência Sem Fronteiras, a constituição de uma diretoria específica no âmbito do CNPq e a formação de um CEP, incorporado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que regule a ética na pesquisa em suas áreas. Na ocasião, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) ampliado de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais para aperfeiçoar uma minuta apresentada e amplamente discutida nesta reunião. Posteriormente, o documento foi levado ao Ministro Marco Antonio Raupp, do MCTI, o qual acolheu e se propôs a tratar do assunto junto ao MS, que atualmente engloba o comitê que controla a ética das pesquisas antropológicas. A reunião formou ainda o Fórum de Associações das Ciências Humanas, Sociais e Ciências Sociais Aplicadas a fim de criar uma abertura política de encontro e encaminhamento de propostas de interesse dessas áreas (ABA, 2013).

A partir daí, no dia 14 de agosto de 2013, na CONEP em Brasília, ocorreu a primeira reunião do GT visando a elaboração de uma resolução complementar à 466/12. Participaram dessa reunião membros e assessores da CONEP, os representantes indicados pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Coordenador da Comissão, Jorge Venâncio (ABA, 2013).

Os representantes dessas associações defenderam a criação de um sistema alternativo de avaliação ética em pesquisa nas Ciências Humanas que não estivesse condicionado ao MS. Esse posicionamento aponta para uma ilegitimidade deste Ministério na regulação de pesquisas de todas as áreas do conhecimento humano. Nesse sentido, indica-se o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação como o mais adequado. Tal perspectiva foi aprovada durante a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizada no período de 21 a 26 de julho de 2013, em Recife (ABA, 2013).

Em texto preliminar, já estão expressas algumas decisões fundamentais do GT: foi elaborado um formulário específico, a partir das características da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, e optou-se pela utilização de “níveis de risco”. Assim, pesquisas que se enquadrarem no nível mínimo (uma parte significativa das pesquisas dessa área) serão aprovadas incontestes pelo sistema CEP/CONEP. As demais pesquisas passarão por processo

Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC); Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC); Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC); Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP); Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Sociedade Científica de Estudos da Arte (CESA); Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB); União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Br).

de revisão pelos CEPs das Universidades. A avaliação do nível de risco se dará por meio da combinação e entrecruzamento das respostas do pesquisador no novo formulário que será preparado para a Plataforma Brasil; concomitantemente à resolução complementar e ao novo formulário específico, à medida que forem aprovados, será estimulada a criação de CEPs próprios de Ciências Humanas e Sociais, uma vez que, como já foi discutido no âmbito do GT, em algumas instituições, os Comitês de Ética não aprovam, interferem ou exigem questões que extrapolam a função de um CEP, porquanto o modelo de revisão ética está fundamentado em especificidades da pesquisa na área biomédica (ANPED, 2014).

Diante do exposto, é possível perceber que a atual resolução configura-se a partir de olhares metodológicos essencialmente biomédicos. Um ponto relevante é que a movimentação gerada pela inadequação de regulação das práticas nesse campo, desde a Resolução 196/96, motivou as áreas das disciplinas sociais e humanas a criarem seus próprios códigos. Desse modo, percebe-se por outro lado que no Brasil nós estamos avançando no sentido da adequação de regulações éticas em pesquisa no campo das Ciências Sociais e Humanas. A aplicação disso será brevemente homologada numa nova resolução.

3. A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PESQUISAS

Na contemporaneidade, os grupamentos humanos espalhados pelos vários lugares do mundo, dentro de cada conjuntura cultural própria de sua comunidade, estabelecem, a uma velocidade considerável, novas formas de organização social, política e econômica. Lévy (1996, p. 11) afirma que “certamente nunca antes as mudanças das técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas e desestabilizantes”. Essa dinamicidade ocorre em especial devido ao alto fluxo da informação por via dos meios tecnológicos comunicacionais.

Há dois termos principais que ocuparam o cenário mundial para definirmos esse fenômeno global: sociedade da informação e sociedade do conhecimento.

No ano de 1973, o sociólogo Daniel Bell desenvolveu a ideia da “sociedade de informação” em *O advento da sociedade pós-industrial*. Neste livro, ele assevera que a característica principal desta sociedade seria o conhecimento teórico e que, portanto, estaria sustentada na informação. Para o autor, as ideologias teriam um papel pouco expressivo nessa configuração de sociedade (KERBAUY, 2010).

No final do século XX, o termo aparece em declarações e políticas oficiais de alguns países. Foi discutida em fóruns de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Posteriormente, a expressão foi escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para nome da Cúpula Mundial sobre informação e comunicação, ocorrida em 2003 em Genebra na Suíça e em 2005 em Túnis na Tunísia (KERBAUY, 2010).

A Declaração de Princípios elaborada em dezembro de 2003, resultante do evento em Genebra, assim expõe:

Nós, representantes dos povos do mundo, reunidos em Genebra, de 10 a 12 de dezembro de 2003, para a primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, declaramos nosso desejo e compromisso comuns de construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, capacitando indivíduos, comunidades e povos a alcançar seu pleno potencial na promoção de seu desenvolvimento sustentável e melhoria de sua qualidade de vida, premissas dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, respeitando plenamente e sustentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (...) Reafirmamos, como fundamento essencial da Sociedade da Informação, e conforme destacado no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que todos têm o direito à liberdade de opinião e Expressão; que esse direito inclui a liberdade de defender opiniões, sem interferência, e de buscar, receber e conceder informações e idéias, através de qualquer meio de comunicação, independentemente de fronteiras. A comunicação é um processo social fundamental,

uma necessidade humana básica e o fundamento de toda organização social. Ela é central para a Sociedade da Informação. Todos, em todos os lugares, devem ter a oportunidade de participar da Sociedade da Informação e ninguém deve ser excluído dos benefícios que ela oferece.

Em dezembro de 2014, a ONU promoveu a Conferência Mundial da União Internacional das Telecomunicações (UIT) em Doha, no Catar. Na ocasião, mais de 3.500 pessoas participaram do evento. Foram aproximadamente 205 palestrantes e especialistas de 52 cidades do mundo que contribuíram para as discussões sobre o futuro das TIC, mais especificamente sobre as principais tendências e inovações sobre as tecnologias em relação às regulamentações e políticas, modelos de negócios, serviços e aplicações (ONUBR, 2014).

Segundo Santomé (2003), o termo de “sociedade da informação” no sentido político e ideológico se desenvolveu em favor da globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto mediante as ações de órgãos supranacionais criados para coordenar a reconstrução das economias mundiais (FMI, Banco Mundial, OCDE, OMC). Porém, para o autor, alguns poucos se beneficiam e o que realmente se mundializa é a pobreza.

Manuel Castells (1999), um dos pesquisadores que mais desenvolveram o assunto, embora em sua obra mais recente *A Galáxia da Internet (2003)* refira-se à “sociedade de rede”, opta inicialmente pelo termo “sociedade informacional”, cujo sentido indica “o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico” (p. 186).

Por outro lado, o termo “sociedade do conhecimento” foi adotado pela UNESCO no ano de 2003, na fala de Abdul Waheed Khan (subdiretor-geral da UNESCO para Comunicação e Informação), para quem o conceito de “sociedade da informação” está relacionado “à ideia da inovação tecnológica, enquanto o conceito de sociedades do conhecimento inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento. O conceito de sociedades do conhecimento é preferível ao da sociedade da informação, já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. O conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade” (UNESCO, 2003).

Para além do termo mais apropriado, pensamos que o importante nesta configuração de sociedade não é a informação, o conhecimento ou a tecnologia em si, mas as possibilidades

de interação que essa movimentação proporciona através de uma cultura digital, cultura esta que favoreça a apropriação das tecnologias para especificidades de desenvolvimento de cada comunidade. Alinhado a essa perspectiva de desenvolvimento, entendemos que as comunidades não devem se adaptar ao contexto tecnológico-informacional simplesmente para poder fazer parte de uma suposta configuração de sociedade global.

A sociedade do século XXI, portanto, possui novas características e novos aprendizes, a sociedade atual é virtual. Essa sociedade, segundo Coll e Monereo (2010), comporta diferentes maneiras de obter e compartilhar informações em qualquer lugar e na forma preferida.

A dinâmica da virtualização na sociedade é, para Lévy (1996, p. 11), um movimento geral que abrange “não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência”. Para ele, o virtual corrobora a constituição de grupos humanos; um exemplo disso é a multiplicação das comunidades virtuais, das empresas e lojas virtuais etc. Mas de que forma podemos compreender afinal o virtual?

A palavra virtual deriva de duas palavras latinas: *virtus* e *virtualis*, as quais se relacionam aos significados de potência, força. Na perspectiva da filosofia escolástica, potência é o que o ser não é ainda em ato, mas possui tendências de sê-lo. Potência é futuro existindo no presente. Já ato é aquilo que o ser é no momento, é o ser realizado. Ato é presente. Portanto, como explica Lévy (1996, p.15), “o virtual não se opõe ao real, mas ao atual”. Desse modo, podemos dizer que o virtual origina novas realidades, e o processo que se desenvolve no sentido do virtual para o atual é conceituado como atualização:

“(...) o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. (...) O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore (LÉVY, 1996, p. 16).

A árvore está virtualmente presente na semente, logo a virtualização não refere-se à desrealização. Pensasse por outro lado numa mutação de identidade, a entidade passa a ser concebida essencialmente num campo problemático (LÉVY, 1996).

Outro aspecto relevante é que quando uma pessoa, um grupo, uma informação ou um conhecimento se virtualizam, eles se desterritorializam. Daí, popularmente falando, temos a impressão de que se trata de algo distante da realidade, pois se situa fora da presencialidade. Nesse sentido, Lévy (1996, p. 20) defende que “a geografia contingente, não é mais nem um ponto de partida, nem uma coerção. (...) A virtualização reinventa uma cultura nômade, não

por uma volta ao paleolítico nem às antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se reconfiguram com um mínimo de inércia”.

Dessa forma, amparados na visão de Lévy (1996), pensamos que o virtual não se refere a um mundo falso ou imaginário; é, na verdade, um meio que construímos e compartilhamos realidades.

Nesse contexto, as TIC têm proporcionado contribuições relevantes para o desenvolvimento humano, ampliando as vias de comunicação e outros aspectos sociais por meio das quais “as pessoas não estão obrigadas a viver, encontrar-se ou trabalhar face a face para produzir mercadorias, oferecer serviços ou manter relações sociais significativas” (SHAYO et al., 2007, p. 187). De acordo com Coll e Monereo (2010), as TIC têm sido determinantes para essas transformações:

A facilidade para se comunicar e trocar informações, junto com a enorme redução de custos que isso traz consigo, vem ocasionando, por exemplo, que alguns países tenham passado diretamente de uma economia centrada na agricultura para outra baseada nas TIC. Como consequência disso, tanto as grandes empresas e corporações quanto numerosos estados nacionais, principalmente entre os países desenvolvidos, aumentaram substancialmente seus investimentos em TIC para melhorar as infraestruturas e redes de comunicação e propiciar o acesso à internet de seus cidadãos, pensando principalmente nos desafios do comércio (e-business), do trabalho (e-work), da governabilidade (e-governance) e da educação (e-learning) a distância (p. 17).

Com relação à Educação, em especial, observa-se que tais transformações influenciadas pela inserção das TIC tornam-se ainda mais significativas para a sociedade contemporânea. No âmbito da educação formal, torna-se necessário aos professores ressignificar o uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem adequado ao atual perfil dos alunos. Aprende-se, portanto a dominar e valorizar uma nova cultura de aprendizagem (MAURI; ONRUBIA, 2010).

Essa tendência de combinar atividades de aprendizagem com o uso das tecnologias interativas, seja no modelo de ensino presencial e/ou a distância, é algo que vem sendo incorporado às práticas educativas nos dias atuais e que certamente ganhará sustentabilidade, visto que, como defende Tori (2009, p.121), “não há como ignorar as novas linguagens, culturas e hábitos dos jovens, para os quais a separação entre virtual e real é cada vez mais tênue”.

No processo de aprendizagem, as TIC têm servido, sobretudo como apoio nos processos de aprendizagem, facilitando o surgimento e o desenvolvimento de processos colaborativos através da interação em ambientes virtuais, como afirmam Onrubia, Colomina e Engel (2010). Como exemplo disso, as comunidades virtuais de aprendizagem “alcançaram

um elevado nível de difusão em nossa sociedade no transcurso dos últimos 15 anos aproximadamente” (COLL, BUSTOS e ENGEL, 2010).

Segundo Castells (2003), a concepção de comunidade virtual surgiu a partir de novos padrões de interação social, devido especialmente à internet. Porém, o conceito de comunidades virtuais foi inicialmente empregado e difundido pelo norte-americano Howard Rheingold, que assim a define:

As comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço. (1995, p. 20)

Lemos (2002, p. 93) define comunidade virtual como “agregações em torno de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas”. Já para Fernback e Thompson (1998), este tipo de comunidade caracteriza-se pela “relação social forjada no ciberespaço, através do contato repetido no interior de uma fronteira específica ou lugar (ex.: uma conferência ou *chat*) que é simbolicamente delineada por tópico de interesse”. Ambos corroboram o fato de que a agregação das pessoas é estabelecida através do interesse. Para Wellman (1999), trata-se de um agrupamento com laços de diversos tipos, ou seja, os pontos de comunhão se ampliam, emergindo daí os conceitos de “sociedade em rede” e “rede global”, propostos por Castells:

A sociedade em rede se caracteriza pela globalização das atividades econômicas decisivas e sua organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do trabalho bem como por sua individualização; pela chamada cultura da “virtualidade real”; e pela transformação das bases materiais da vida: o espaço e o tempo mediante a constituição de um espaço de fluxos e de um tempo atemporal (2003, p. 83).

Segundo Wellman (2002), essa transformação da sociedade para uma configuração em rede aponta para o individualismo em rede. É um tanto intrigante falar em individualismo num contexto de agrupamento de pessoas, no entanto o autor ressalta que na rede o sujeito-ator determina suas interações e estabelece por conta própria os laços sociais que irá constituir. Nesse sentido, no formato da rede o sujeito tem papel ativo na determinação dos nós sociais.

O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é que indivíduos montam suas redes, on-line ou off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos (CASTELLS, 2003, p. 109).

Esse entendimento defendido inicialmente por Wellman (2002) e Castells (2003) se contrapõe à concepção clássica de Maffesoli (1990); este autor afirma o que há na verdade é um declínio do individualismo devido ao surgimento de formas de *neotribalismo*. De acordo

com este autor, a sociedade pós-moderna segue uma tendência de criar tribos urbanas através de sentimentos e convivência contínua, afastando com isso a aparente noção de isolamento. Beck (1997, p. 13) explica que a ideia de individualismo que é posta atualmente não significa “atomização, isolamento, solidão, ou seja, o fim de todo o tipo de sociedade ou a impossibilidade de relacionamento”, mas implica “a descontextualização e a recontextualização dos modos de vida da sociedade industrial, substituindo-os por outros, nos quais os indivíduos têm que produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias” (idem, p. 13). Assim, parece inadequada a polarização entre individual e coletivo na sociedade em rede, pois aqui há uma forte interação e constituição mútua entre os implicados na rede e ela mesma.

Há, sem dúvida, uma discussão teórica muito ampla a respeito dos desdobramentos provocados pelo conceito de comunidade virtual, entretanto uma definição clara que parece abranger boa parte das considerações explicitadas até aqui e que compreende a noção metafórica de rede ganha forma no pensamento da autora Recuero (2009, p. 144): “é um conjunto de atores e suas relações que, através da interação social em um determinado espaço constitui laços e capital social em uma estrutura de *cluster*⁸, através do tempo, associado a um tipo de pertencimento”. São inúmeras as possibilidades de domínio e/ou ferramentas que podem dar suporte a construção ao desenvolvimento de uma comunidade virtual, podemos citar como exemplo *Blogs, Facebook, Flickr, MySpace, Plurk*, dentre outras.

Ao experimentarmos a incorporação das inúmeras possibilidades que as redes oferecem num cenário formativo, observamos como pano de fundo um ambiente de aprendizagem participativo, interativo e efetivo.

Nesse contexto, considerando em princípio essa configuração de sociedade que temos hoje, boa parte do esforço de estudiosos e das instituições educacionais e políticas está, ou pelo menos deveria estar voltada, para as formas como as pessoas se organizam em prol do conhecimento, visto que, como afirmam Coll, Bustos e Engel (2010, p. 268):

Neste contexto, a dimensão da aprendizagem estende-se, por um lado, por todos os níveis da vida econômica e social, e os centros e os meios para ensinar e aprender diversificam-se: aprende-se na escola, mas também em casa e nas organizações; por outro lado, prolonga-se no tempo, fortalecendo a noção de aprendizagem para todos ao longo da vida.

A internet não é apenas uma tecnologia, mas um motor de mudança social que tem modificado hábitos de trabalho, educação, relações sociais em geral, e, talvez o mais importante, nossas esperanças e sonhos (JONES, 1999).

⁸ Grupo de nós mais densamente conectados em uma rede (RECUERO, 2009).

No Brasil, segundo dados do IBGE, até o ano de 2010, em média, 30% da população tem acesso à internet. Tal indicativo aponta para a difusão significativa desse meio de comunicação.

Segundo Freitas et al. (2004), o advento da internet propiciou inúmeros benefícios no que concerne à pesquisa, visto que “o ambiente todo tornou-se dinâmico, dando outra dimensão tanto ao processo de pesquisa, quanto aos outros processos que acontecem até mesmo antes da pesquisa estar disponibilizada” (p. 3). Dessa maneira, o favorecimento comunicativo e a ampla tecnologia disponível na internet podem ser adaptados a métodos de coleta e análise de dados.

A pesquisa *online* oferece uma série de vantagens, dentre as quais se destacam: a possibilidade de o pesquisador utilizar recursos que, em um processo convencional de pesquisa, não seriam possíveis; o participante da pesquisa recebe diversos atrativos (visuais, sonoros etc.) que corroboram sua disposição em participar do estudo; facilidade nos procedimentos da pesquisa, desde a elaboração até a produção dos dados; oferece maior liberdade ao participante, porquanto sua participação fica condicionada à sua conveniência de espaço/tempo (FREITAS et al. , 2004).

Mann e Stewart (2000) apontam para outro aspecto relevante: a viabilidade da pesquisa em locais de difícil acesso e sensíveis a questões político-ideológicas, como, por exemplo, cenários de guerra ou locais afetados por doenças virais.

Nesse contexto, observam-se três ênfases no campo desse tipo de pesquisa: a internet como “objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto)” FRAGOSO, RECUERO e AMARAL (2012, p. 17). Devido a essa abrangência dos métodos de pesquisa desenvolvidos na internet, a partir daqui discutiremos algumas dessas possibilidades.

3.1 Pesquisa *online*

Ao longo dos anos, a internet vem sendo percebida como um cenário fértil para a produção de dados de pesquisas, uma vez que dispõe de aplicativos e ferramentas em ambientes digitais capazes de conduzir a diversas possibilidades de investigações. Conseqüentemente, isso provoca uma rápida e ampla adoção por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento humano, nos mais variados desenhos metodológicos (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012).

Os espaços virtuais oferecem inúmeras vantagens à prática do pesquisador, nos quais podem acessar ferramentas *online*. Em muitos desses espaços existe, por exemplo, um registro que permanece no tempo e que permite seu acesso à hora que lhe convém. É possível acessar um fórum que funcionou há anos, neles as mensagens permanecem inseridas, tal como foram enviadas. As ferramentas comunicacionais permitem que os pesquisadores apareçam dentro do seu campo de estudo, ao mesmo tempo estando ausentes, ou seja, o pesquisador pode estar ausente ou presente junto aos participantes da pesquisa. Estes espaços facilitam as relações para que possam desprender-se ou mover-se através de diferentes esferas espaciais e temporais (MERCADO, 2012). Por outro lado, Fragoso, Recuero e Amaral (2012) definem a internet como um campo de investigação difícil:

A internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua escala (seus componentes contam-se aos milhões e bilhões), heterogeneidade (grande variação entre as unidades e entre os contextos) e dinamismo (todos os elementos são permanentemente passíveis de alteração e a configuração do conjunto se modifica a cada momento) (p. 55).

Nessa perspectiva, os conceitos de heterogeneidade e dinamismo da internet representa um desafio para o pesquisador, tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa, uma vez que tais caracterizações provocam dificuldade na percepção das amostras. Sendo assim, os autores acentuam que:

As particularidades temáticas de cada investigação, os desdobramentos das matrizes teóricas adotadas, os objetivos e as condições de elaboração da pesquisa precisam ser levados em conta no processo de construção de toda amostra, sob pena de comprometer a viabilidade do processo e a validade dos resultados (2012, p. 57).

A internet possibilita não um único tipo de interação social, mas muitos: bate-papo, postagens em redes sociais, comentários em *blogs*, partilhas de clipes de vídeo e som, conversas por chamada telefônica etc. Pensar sobre isso implica na constatação das diversas possibilidades disponíveis para produção de dados de pesquisa.

Devido a essas particularidades, a representatividade estatística costuma ser possível com amostras maiores, compatíveis com análises de larga escala, as quais constroem panoramas e permitem visualizar questões gerais. Por outro lado, questões complexas e universos heterogêneos e dinâmicos requerem observações em diferentes vieses de análise, bem como desenhos metodológicos que suportem diferentes estratégias de amostragem, como é o caso das pesquisas qualitativas (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012).

Quando se pensa na produção e análise dos dados na pesquisa *online*, surgem vários aspectos importantes que vão desde os manejos de utilização das ferramentas digitais e

ambientes virtuais até aspectos de cunho ético, em relação, por exemplo, à publicização das informações e a identificação dos participantes da pesquisa (idem, 2012).

Neste tópico nos deteremos às especificidades de utilização das possibilidades tecnológicas na pesquisa. Quanto aos aspectos éticos inerentes ao processo, discutiremos num tópico a posteriori. Listam-se, a partir daqui, algumas das principais ferramentas digitais e métodos de produção de dados na pesquisa *online*:

➤ Grupos focais *online*

O uso crescente da técnica convencional em pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas vem desde os anos de 1980, sobretudo em pesquisas qualitativas que procuram produzir dados privilegiando as interações grupais (DE ANTONI et. al., 2001).

De acordo com Gondim (2003), essa técnica de produção de dados percebe o grupo a ser estudado como uma unidade que pode ser utilizada para reunir informações, explorar temas pouco investigados e até para promover autorreflexão e novas habilidades sociais.

As discussões no grupo focal se dão a partir da relação entrevistador/pesquisador-entrevistados/participantes e entre os próprios participantes. Geralmente são compostos de oito a 12 pessoas. O pesquisador exerce a função de moderador e, a partir de questões iniciais e processuais, medeia as respostas dos membros e encoraja a participação de todos (GONDIM, 2003). Com a difusão das TIC esta técnica foi incorporada para além da presencialidade. Nos grupos focais *online*, os encontros ocorrem via lista de discussões por *email*, vídeochamadas, mensageiros, espaços interativos que possibilitam a produção de textos colaborativos, etc. (BARBOUR, 2009).

Embora os grupos virtuais apresentem algumas semelhanças com os grupos presenciais, como assinalam Bordini e Sperb (2011, p. 438), isto “não consiste na mera transposição dos tradicionais grupos focais para o ambiente virtual”. Segundo Flick (2009), os grupos desenvolvidos na internet não implicam necessariamente a participação simultânea de todos os participantes. Para o autor, as pessoas dispõem de um tempo maior para responder ao solicitado, já que as conversas são registradas e armazenadas de modo que o acesso a essas informações seja facilitado. Esse uso exige um cuidado por parte do pesquisador:

Nos grupos focais on-line, pode-se lidar com a questão dos participantes ou da dinâmica de grupos mais facilmente (principalmente nos grupos assíncronos), mas isto poderá também tornar-se um problema. Os participantes tímidos podem hesitar em interagir caso sintam-se inseguros quanto ao procedimento ou à questão, mas o pesquisador terá mais opções para intervir e trabalhar nesse problema do que nos grupos focais normais (MERCADO, 2012, p. 178).

O anonimato, por exemplo, permitido pelo uso do apelido para identificação de usuários na internet (*nicknames*) durante as discussões, pode provocar uma maior interação entre os participantes, facilitando assim as manifestações a serem observadas (MERCADO, 2012).

Os grupos focais *online* são úteis, sobretudo em pesquisas que pretendam produzir dados de uma população que habita locais distantes e de difícil acesso. Porém, o seu uso torna-se comprometido quando os participantes da pesquisa não têm familiaridade com os recursos virtuais ou mesmo com uso do computador. Além disso, exige um cuidado maior por parte do pesquisador quando desenvolvidas com pessoas em vulnerabilidade social, em especial com crianças não alfabetizadas ou com pouca habilidade de digitação (SCHNEIDER et. al., 2002; CHASE e ALVAREZ, 2000; WALSTON e LISSITZ, 2000).

Para Walston e Lissitz (2000), um dos maiores atrativos para o uso dessa técnica em espaços *online* é a possibilidade de eliminar custos com o deslocamento dos participantes.

➤ Entrevistas *online*

Como já vimos anteriormente, os grupos focais se caracterizam pela estruturação de grupos de participantes respondentes. Por outro lado, os pesquisadores costumam utilizar entrevistas semiestruturadas com um único respondente:

Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado (GASKELL, 2002, p. 64).

De um jeito ou de outro, a entrevista pode ser considerada como um instrumento básico para a compreensão das relações entre as pessoas e suas situações de vida. Portanto, para Gaskell (2002, p. 65), o objetivo da entrevista é “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

A entrevista individual é uma conversação que dura normalmente uma hora. Antes da entrevista, o pesquisador deve preparar um “tópico guia” com a descrição dos temas centrais e os problemas da pesquisa em questão. À proporção que a entrevista avança, o foco da atenção deve estar na escuta e no entendimento do que está sendo dito pelo participante. Por isso, é indicado gravar as sessões da entrevista. É importante favorecer algumas pausas para que o participante tenha tempo para pensar. A análise e a interpretação dos dados coletados exigem

tempo e um esforço por parte do pesquisador, principalmente porque envolve transcrições (GASKELL, 2000).

No âmbito das TIC, as entrevistas *online* podem ser realizadas via *email*, *chat*, mensageiros, por vídeochamadas, fóruns, dentre outros recursos. Segundo Mercado (2012, p. 174), tal incorporação oferece ao pesquisador “uma máxima espontaneidade dos participantes”, facilitando assim as manifestações destes sobre o tema da pesquisa e aspectos de importância para eles.

A partir dos avanços dessas tecnologias, os comunicadores instantâneos em especial, evoluíram significativamente. A troca de mensagens via *Short Message Service* (SMS)⁹, por exemplo, hoje se torna obsoleta, visto que foi aperfeiçoada com diversos recursos digitais, tais como animações, compartilhamento de arquivos, conversas por áudio e vídeo.

Outro ponto relevante é que os diálogos resultantes das entrevistas podem ser gravados automaticamente através de *softwares* específicos. Assim, como aponta Mercado, isso implica benefícios reais para o pesquisador:

As entrevistas são registradas no momento em que são realizadas, permitindo analisar a duração, o ritmo das intervenções, a interação, voltar atrás e reler o que já se havia dito para formular melhor a pergunta seguinte ou para, uma vez finalizada a entrevista, imprimir-la, sem necessidade de transcrição de registros. (2012, p.175)

No caso de as entrevistas serem feitas via chamadas com vídeo ou voz pelo *Skype*, por exemplo, existe atualmente uma lista considerável de programas gratuitos ou pagos capazes de gravar as conversas, como: *MX Skype Recorder*¹⁰; *Skype Call Recorder*¹¹; *Call Graph*¹².

➤ Questionários online

Os questionários são ferramentas de produção de dados, as quais envolvem perguntas abertas e/ou fechadas. Os participantes da pesquisa respondem ao mesmo conjunto de questões em uma ordem pré-determinada (GRAY, 2012).

⁹ Em português, Serviço de Mensagens Curtas, popularmente conhecido como mensagens de texto ou torpedo. Trata-se de um serviço disponível em telefones celulares que permite o envio de mensagens curtas, entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (*handhelds*), e até mesmo entre telefones fixos. Este serviço pode ser tarifado ou não, ficando a cargo da operadora de telefonia e do plano de cada cliente associado. Origem da informação: Wikipédia, a enciclopédia livre.

¹⁰ *Software* pago, porém bastante eficiente. Grava conversas automaticamente (mono ou *stereo*) no formato MP3. *Download no site:* <http://www.baixaki.com.br/download/skype-recorder.htm>.

¹¹ *Software* gratuito, de programação e funcionalidade simples, grava conversas em grupo e individuais. Além disso, define a qualidade do áudio a ser gravado. *Download no site:* <http://www.baixaki.com.br/download/skype-call-recorder.htm>.

¹² Mais um *software* gratuito, grava cada usuário da conversa em um canal diferente, diminuindo com isso os ruídos da conversa. Grava tanto em MP3, como também em WAV. *Download no site:* <http://www.baixaki.com.br/download/call-graph.htm>.

Os questionários realizados com auxílio da internet têm ganhado bastante difusão como instrumento de produção de dados de pesquisa, de acordo com Malhotra (2006) isso deve-se a algumas vantagens, as quais destacam-se: menor custo, pois elimina os gastos com postagens via correios; rapidez e alcance de uma população maior; mais flexibilidade para o participante da pesquisa, visto que o questionário pode ser respondido no lugar e na hora que convém ao participante.

Entretanto, como ressaltam Silva, Santana e Francisco (2014) para que possamos garantir o rigor no uso desta ferramenta algumas questões precisam ser observadas: “a origem dos dados, a duplicidade de e-mails enviados e/ou recebidos e o respeito ao sigilo das informações” (p. 204).

Com o suporte das possibilidades de recursos da Internet é possível identificarmos vários softwares que permitem a elaboração dos questionários, seja de forma gratuita ou paga, tais como: SurveyMonkey¹³, Formsite¹⁴, JotForm¹⁵, Google Drive¹⁶.

A utilização de questionários online tende a crescer no campo da pesquisa em educação, uma vez que proporciona uma diminuição de tempo na etapa de pesquisa e por outro lado a eliminação do risco de extravio de documentos já que os dados produzidos são armazenados no email do próprio pesquisador, sendo automaticamente tabulados, materializando-se em relatórios e gráficos (SILVA, SANTANA e FRANCISCO, 2014).

➤ Estudos de redes sociais

Esse tipo de pesquisa parte do entendimento de que ao estudar as estruturas resultantes das interações entre os atores sociais, é possível compreender elementos particulares e gerais a respeito desses grupos:

Uma rede social, por si, já é uma metáfora estrutural. Quando focamos um determinado grupo como uma “rede”, estamos analisando sua estrutura. De um lado estão os nós (ou nodos). De outro, as arestas ou conexões. Enquanto os nós são geralmente representados pelos atores envolvidos e suas representações na internet, as conexões são mais plurais em seu entendimento. É possível compreendê-las como as interações que são construídas entre os atores (por exemplo, os comentários em um blog e as mensagens trocadas no Twitter) e como aquelas que são proporcionadas e mantidas pelo sistema (por exemplo, “adicionar” alguém na sua

¹³ É um software pago, embora possua também licença gratuita para o uso dos recursos de forma limitada. Atualmente disponível em inglês, português e holandês. Site: <https://pt.surveymonkey.com/>.

¹⁴ Disponível em inglês, é um software pago, versão gratuita apenas para demonstração. Site: <https://www.formsite.com/>.

¹⁵ Disponível em português, é mais um software pago. Site: <http://www.jotform.com/>.

¹⁶ Disponível em várias línguas, inclusive português. É um sistema livre (gratuito) do Google. Site: <https://www.google.com/intl/pt-BR/drive/>.

lista de seguidores do Twitter ou “adicionar” um amigo no Orkut) (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012, p. 115-116).

Como primeiro passo, indica-se definir os atores e suas conexões, ou seja, o que será considerado uma conexão e o que será considerado um ator. Um perfil no *Facebook*, por exemplo, pode representar um ator. Entretanto, há pessoas que dividem o mesmo perfil, tornando necessário um cuidado maior nessa delimitação. Por outro lado, um *link*, um número “x” de comentários, comentários recíprocos, podem ser considerados conexões. Percebe-se que existem possibilidades distintas de conexões e sua escolha determinará diversos aspectos dos resultados observados pelo pesquisador, assim requer o mesmo cuidado.

O processo de produção dos dados está associado geralmente a técnicas de entrevistas ou questionários. Posteriormente, os dados são analisados em sociomatrizes e sociogramas. As primeiras são planilhas onde são representadas as relações entre os atores da rede social observada. Os sociogramas também representam as relações e as conexões entre os atores, entretanto de forma gráfica, onde as conexões estabelecidas são linhas e os atores, os pontos (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012).

➤ Netnografia

A partir dos estudos desenvolvidos pelo antropólogo Franz Boas (1887), entre os esquimós, no Ártico, bem como pelos estudos entre os trobriandeses em Nova Guiné, a etnografia foi consolidada como um método de pesquisa. Trata-se de uma abordagem utilizada originalmente na pesquisa antropológica e que ganhou popularidade nas ciências sociais e humanas.

Dentre as variadas definições de etnografia disponíveis na literatura, uma definição interessante é a de Angrosino (2009, p. 30): “A etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. É, portanto, um método, no sentido de técnica de trabalho, orientada sobre a noção central de observação participativa. Utiliza técnicas de trabalho de campo, práticas de conversação, o diálogo etnográfico como dispositivo, as técnicas de inquérito em geral, levando a recortes com as histórias de vida ou algumas formas da pesquisa-ação (BOUMARD, 1999).

Para Kozinets (2014, p. 62), realizar uma pesquisa etnográfica implica:

Empreender um engajamento imersivo prolongado com os membros de uma comunidade ou cultura, seguido por uma tentativa de compreender e comunicar sua realidade por meio de uma interpretação “densa”, pormenorizada, sutil, historicamente curiosa e culturalmente fundamentada, e por uma descrição profunda de um universo social que é familiar a seus participantes, mas estranho a forasteiros.

Nessa perspectiva, o ciberespaço oferece novas formas de relações sociais em diversos setores, tais como no trabalho, na educação, no lazer, e, ainda, possibilita a criação de comunidades virtuais, conforme aborda Gonçalves:

O avanço tecnológico possibilitou o surgimento das comunidades virtuais, emergindo a “comunicação cooperativa”, que pode enriquecer informações e construir conhecimentos a partir das contribuições de todos, sem limite de número de participantes ou preocupação com o tempo ou com o espaço (2006, p. 53).

Diante disso, ao longo dos anos, as técnicas de pesquisas etnográficas sofreram adaptações direcionadas ao estudo das culturas e das comunidades estabelecidas via internet, sejam elas derivadas de grupos sociais já constituídos na presencialidade e que com a difusão das TIC migraram para os espaços *online* ou por outro lado de comunidades formadas nas relações *online* (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012).

A partir dos anos de 1990, alguns pesquisadores passaram a incorporar as técnicas de pesquisa etnográficas para o estudo das culturas e das comunidades constituídas *online* (KOZINETS, 2014). Logo, surgiram diversas terminologias referentes à etnografia no contexto da internet. Neste estudo, optamos pelo termo netnografia, pelo simples fato de o prefixo gramatical “net” representar o componente *online* e com isso fortalecer a sua importância na vida dos membros da comunidade geral.

A netnografia direciona a noção central da etnografia (pesquisa observacional participante) para o trabalho de campo *online*. Assim, nesta modalidade de método, o etnógrafo ingressa e trabalha no ciberespaço a fim de compreender certo fenômeno cultural.

Kozinets (2014) fornece uma representação organizada do processo de estudo netnográfico:

- Primeira etapa: envolve a definição das questões que nortearão a pesquisa.
- Segunda etapa: refere-se à identificação e à escolha da comunidade *online* que se deseja investigar.
- Terceira etapa: representa a vivência de trabalho do etnógrafo, ou seja, a observação participante da comunidade (engajamento) e a produção dos dados da pesquisa.
- Quarta etapa: trata-se do momento de análise e interpretação dos dados produzidos no decorrer da pesquisa.
- Quinta etapa: elaboração do texto, apresentação e relato dos resultados da pesquisa e suas implicações teóricas e/ou práticas.

É visível que embora a netnografia seja considerada uma adaptação à pesquisa etnográfica, ela tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos que a distinguem da conduta em pesquisa realizada tradicionalmente.

Vimos, portanto até aqui algumas possibilidades metodológicas que suportam a utilização das diversas ferramentas e interfaces da internet como espaço de investigação e produção de dados na pesquisa. Por outro lado, mais especificamente no contexto da Educação Online, são desenvolvidos também investigações nos AVA, especialmente, em pesquisas cuja ênfase está voltada para o processo de ensino e aprendizagem.

3.2 Pesquisa em AVAs

O desenrolar da Educação a Distância (EAD) apoiada pelas TIC ocorre mundialmente e de forma particular, de modo que cada continente possui sua historicidade. A trajetória dessa modalidade é longa e se desenvolve cada vez mais devido a algumas carências sociais, principalmente, no âmbito educacional, e aliada ao grande avanço tecnológico ganha novos rumos e novas características (MOORE e KEARSLEY, 2007).

No Brasil, após a promulgação da LDB, com a Lei n.º 9.394, de 1996, dá-se o desenvolvimento e a veiculação de programas na modalidade *online*. Isto está explícito no artigo 80, que diz: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Podemos definir a Educação Online como um aprendizado possível de acontecer fora da sala de aula, no qual professores e alunos se encontram em diferentes locais e, por meio de recursos midiáticos favorecidos pelas TIC, interagem desempenhando seus devidos papéis.

As TIC proporcionam a essa modalidade de ensino possibilidades e maior flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem. As formas de interatividade facilitam o aprendizado do aluno e este ganha liberdade para moldar seu percurso e seu ritmo, sendo possível acessar seus materiais de pesquisa, seus estudos, na hora que lhe convier, fazendo-se necessário apenas um computador com acesso à rede (MUNDIM, 2006).

Nessa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem adquire meios para tornar-se mais atraente, dinâmico e personalizado. É nessa abertura que são constituídos os AVAs: ambientes criados no ciberespaço para a promoção da interação e colaboração entre os atores em processo de ensino-aprendizagem online (PEREIRA, SCHMITT e DIAS, 2007).

O desenvolvimento e a utilização de AVAs, quer seja de forma complementar ao processo de ensino-aprendizagem da educação presencial, quer seja constituindo por completo o processo de ensino-aprendizagem da educação online, questionam ao longo dos anos concepções tradicionais de ensino. As mudanças incorporadas pelas TIC na interface de um AVA envolve por um lado métodos mais dinâmicos para transmissão das informações, por outro mudanças que implicam na ressignificação das interações que se estabelecem num contexto formativo. Estes permitem a comunicação entre os atores do processo, o armazenamento do conteúdo/informação, o gerenciamento pedagógico e administrativo, bem como oferecem meios para a produção de novas materialidades na interface online (aulas virtuais, *chat*, simuladores, objetos de aprendizagem, *wiki*, dentre outros).

Há algum tempo as pesquisas também alcançam o campo da educação *online*, tendo como participantes da pesquisa coordenadores, alunos, professores e tutores, ou seja, atores cujo acesso ao AVA ocorre em meio às aulas e ao desenvolvimento dos cursos. Assim, a pesquisa neste espaço pode ser realizada de maneira síncrona, quando utiliza-se o *chat*, por exemplo, e/ou assíncrona, quando os dados forem produzidos através das interações dos participantes em um fórum de discussão, por exemplo, desde que todas informações estejam armazenadas na plataforma e possam ser analisadas posteriormente (COSTA e PARAGUAÇU, 2011).

A interatividade entre professores-alunos, tutores-alunos, alunos-alunos fica registrada no AVA. Dessa forma, esses registros armazenados podem servir para a produção de dados em pesquisas de observação e análise das interações, por exemplo, entre os atores que compõem esse processo.

De acordo com Costa e Paraguaçu (2011, p. 13), nos AVAs, os fóruns em especial, “possuem muitos dados que possibilitam a pesquisa *online*. Pela sua organização hierárquica, permitem por parte do pesquisador uma maior organização e sistematização dos dados. Esses dados são indexados por temas o que facilita o seu processo de coleta”.

Por outro lado, Costa e Paraguaçu (2011, p. 17) afirmam que num AVA pesquisas que utilizem a observação como técnica para produção de dados apresentam limitações do que poderia ser observado se comparado a um grupo presencial, pois “as relações estabelecidas durante o processo desenvolvido por essa comunidade são estruturados a partir de princípios formais de uma sala de aula virtual, não permitindo analisar algumas interações informais”.

Também no âmbito dos AVAs têm sido desenvolvidas diferentes pesquisas inspiradas na netnografia, dirigida à análise didática da interação nos fóruns, bem como à análise das formas de interação através dos *chats* (HOYOS, GUTIÉRREZ e SALVADOR, 2012).

Em suma, para compreender em profundidade os processos de ensino-aprendizagem *online* é preciso conhecer os ambientes e materialidades em que se desenvolvem, é nessa perspectiva que os AVAs tornam-se espaços de investigações e produção de dados de pesquisas.

3.3 Algumas implicações éticas na pesquisa *online* e em AVAs

Embora esta seção não intente um tratamento exaustivo do tema, seguem-se algumas das principais inquietações e ideias inerentes à ética na pesquisa *online* e em ambientes virtuais de aprendizagem.

As complexidades tecnológicas avançam redefinindo os limites da experiência humana, alterando, significativamente, o que compreendemos ser ético e, até mesmo, o que entendemos como sendo humano (CRUZ; CORNELLI, 2010).

Dessa forma, a pesquisa *online* envolve especificidades éticas no meio virtual. Na esfera da ética-jurídica, a internet já está se tornando pauta de legislação. No Brasil, por exemplo, recentemente acompanhamos o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, que regula sobre o uso da Internet no país, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa os recursos disponíveis na rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado.

Esses temas inserem-se na preocupação do pesquisador pelo fato de que, nesse tipo de pesquisa, se lida com o comportamento individual, opiniões e experiências pessoais. Assim, o pesquisador deve estar atento aos temas legais e éticos nos espaços *online*, mesmo que ainda estejamos num caminho por ser construído.

Kozinets (2014) também alerta para a importância da garantia de padrões éticos que garantam a integridade do participante, bem como segurança ao pesquisador. Já Mann e Stewart (2000) assinalam que os dados pessoais devem ser produzidos com um propósito legítimo e específico. Além disso, os participantes da pesquisa devem ter acesso aos dados produzidos sobre eles mesmos. Portanto, é importante armazenar de forma segura e apropriada os dados produzidos na pesquisa *online*, evitando possíveis riscos, acessos sem autorização, manipulações e compartilhamento das informações por terceiros não autorizados, dentre outros.

Outro ponto a ser levado em conta pelo pesquisador, segundo os autores, é que os dados devem ser produzidos num contexto de fala livre, isso porque o ambiente *online* também tem suas formas de coerção, e isso fatalmente pode levar a algum estresse. É preciso considerar ainda o fato de que os dados pessoais produzidos na pesquisa não devem ser publicizados sem o consentimento livre e esclarecido do participante.

Nesse sentido, por *email*, por exemplo, é possível obter o consentimento do participante da pesquisa. Sugere-se que caso os participantes sejam menores de 18 anos, seja solicitada a permissão dos pais. É salutar atentar para a confidencialidade no espaço *online*, visto que é fundamental, dada a necessidade de manter os nomes dos participantes em sigilo total (MANN e STEWART, 2000).

No caso de pesquisas desenvolvidas em AVAs, há de se levar em consideração a condição de assujeitamento do participante do estudo, em especial quando na condição alunos. Francisco e Santana (2014, p. 135) acentuam que “mesmo que no caso a disciplina já tenha acontecido, é necessário o aceite do (ex)aluno”. As autoras assinalam ainda que nos casos em que os pesquisadores são os próprios coordenadores, professores ou tutores, cujo acesso às informações é privilegiado, “há de se ter em conta que os dados foram gerados em situação de aprendizagem e não de pesquisa”. Portanto, enfatizam que “os dados são dos participantes/alunos, sendo necessário o consentimento dos mesmos e a explicitação de que se trata de uma pesquisa e não mais de situações de aprendizagem para uma disciplina ou curso específico”.

Em estudos nas redes sociais, é possível que os pesquisadores se comportem como usuários comuns e se relacionem com os participantes a fim de produzir dados de forma silenciosa, oculta. Assim, “as informações podem ser obtidas a partir da relação entre então usuários, numa relação de cumplicidade” (idem, p. 135). Salvo em situações metodológicas particulares, “os dados só poderão ser utilizados em caso de consentimento pós coleta de dados” (idem, p. 135). Mesmo assim, sugere-se que nesses casos específicos haja um cuidado maior direcionado, sobretudo, à autonomia dos participantes (FRANCISCO e SANTANA, 2014).

Quanto aos dados que estiverem disponíveis em ambientes *online* públicos, o pesquisador pode utilizá-los sem necessidade de comunicar ao participante. Nesses casos, a dúvida que surge é acerca da consciência de causa dos participantes, se no caso eles têm claro que os dados que ali estão são públicos e, portanto, estão disponíveis e acessíveis a terceiros (FRANCISCO e SANTANA, 2014).

Na prática da pesquisa netnográfica, o debate do espaço público *versus* privado também é algo preocupante. De acordo com Kozinets (2014, p. 133), “os participantes de comunidades e culturas *online* podem não esperar que suas observações sejam lidas por outras pessoas fora da comunidade, podendo, portanto, reagir com raiva por suas comunicações aparecerem em uma publicação de pesquisa”.

Embora as noções de espaço público ou privado gerem tensões quando aplicadas em um sentido geral para a internet, Kozinets (2014) defende que “a base de uma pesquisa *online* ética é a honestidade entre o pesquisador e os membros da comunidade online”. Diante disso, o autor sugere como procedimento básico que o pesquisador:

1. se identifique abertamente e com precisão, evitando qualquer engano;
2. descreva abertamente e com precisão seu propósito de pesquisa para interagir com membros da comunidade; e
3. forneça uma descrição acessível, relevante e exata de seu foco e interesse de pesquisa (2014, p. 139).

O debate, especificamente sobre investigação ética na internet é bastante incipiente, assim é preciso que ampliemos esses espaços de discussão a fim de obter respostas que nos ajudarão, sobretudo a formular orientações adaptáveis as possibilidades do fazer pesquisa *online* eticamente. O esforço deste estudo direciona-se para esse tema.

4. METODOLOGIA

Nos capítulos anteriores deste projeto de dissertação, contextualiza-se o presente estudo no âmbito da ética em pesquisa com seres humanos, verticalizando o vasto debate para o campo da produção científica em ambientes *online*, com a pretensão de deixar claro qual nossa delimitação. Superada essa questão, avança-se para o detalhamento dos procedimentos metodológicos de planejamento e execução da pesquisa.

4.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa constitui-se sob o viés qualitativo. É notório que há uma maior prevalência da pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais e da Educação, mas como se define uma pesquisa qualitativa?

Em princípio, podemos afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON e PERES et al., 2011, p. 80).

Essa definição sugere variedade nos trabalhos realizados sob o desenho de investigação qualitativa. Além do mais, acentua as investigações qualitativas como um enfoque necessário ao campo da pesquisa social, visto que nem todos os pesquisadores dessa área compartilham o mesmo objetivo de estudo.

Em função de essa possível adequação metodológica ser maleável a diferentes formatos de pesquisa, não é difícil compreender, quando Weller e Pfaff (2013) falam numa crescente demanda da pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais e da Educação. Afinal, como afirmam Bogdan e Biklen (2013, p. 16), “a investigação qualitativa em educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos”.

No caso deste estudo, o qual se insere no debate da ética em pesquisa no contexto das TIC, especificamente no âmbito das pesquisas *online* e em AVA, pretende-se, a partir de um diálogo com professores/pesquisadores inseridos nesse campo, compreender as questões éticas envolvidas nessa prática da produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, realizamos uma entrevista junto aos professores/pesquisadores com vínculo nos programas de Pós-Graduação em Educação de algumas universidades brasileiras,

com ênfase de atuação direcionada para o uso das TIC na Educação, com o propósito de descrever as questões éticas na produção de dados em pesquisa *online* e em AVA.

4.2 Participantes da pesquisa

Os sujeitos que participaram voluntariamente desta pesquisa são professores/pesquisadores com vínculo aos programas de Pós-Graduação em Educação na linha das TIC ou com discussão na área de algumas universidades do Brasil: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

O critério para a seleção dos participantes/entrevistados foi o vínculo destes professores/pesquisadores a Grupos de Pesquisa em Tecnologias da Informação e Comunicação na Formação de Professores Presencial e Online e programas de Pós-graduação em Educação na linha das TIC de universidades brasileiras, com produção na área.

Inicialmente, recorreremos a plataforma *lattes* e *sites* dos programas de pós-graduações, visando obter os contatos dos docentes. Por fim, estabelecemos contato direto por meio de um convite via *email* e/ou *facebook*. Após o convite, tendo em vista seu aceite, 7 professores confirmaram e agendaram a entrevista.

Optou-se, por professores/pesquisadores que atuam em cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, devido ao engajamento destes com a pesquisa científica, uma vez que este estudo está inserido na temática da ética em pesquisa com seres humanos.

Portanto, colocamos em questão o debate sobre a ética na medida em que fomos ao encontro desses professores para observar e analisar como eles operam no fazer com diferentes processos envolvidos no tema da ética no pesquisar online.

4.3 Instrumento

Conforme, Aragaki et al. (2014, p. 58), a entrevista favorece “processos de negociação de sentidos entre o/a pesquisador/a e o/a entrevistado/a, pois na sua processualidade mantém, transforma e desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção”. As

entrevistas são aqui entendidas como um instrumento construído dialogicamente entre pesquisador-participante, cujos efeitos produzem sentidos.

Trata-se de um instrumento amplamente utilizado, sobretudo em pesquisas qualitativas, pois, como afirma Pinheiro (2013, p.184), “a entrevista pode ser utilizada nos mais diferentes contextos, fundamentada em abordagens teórico-metodológicas as mais diversas”. Desta maneira, este recurso pode ser elaborado e utilizado, por exemplo, para contextualizar um tema, sem necessariamente aprofundar a análise. Nesse caso, Aragaki et al. pontuam que:

Essa maneira de trabalhar com as entrevistas nos ajuda a acessar os gêneros de fala e os repertórios interpretativos de um grupo ou sociedade, o que nos permite perceber como eles vão orientando as práticas sociais, coproduzindo uma versão de realidade que pode ser compartilhada por todos os seus membros, assim como ser contestada por outros. Nesse sentido, a manutenção e a mudança dos gêneros de fala e dos repertórios para nomear determinado fenômeno nos dão pistas a respeito dessas práticas, pessoas, grupos e sociedade (2014, p. 60).

Outra possibilidade de uso: a entrevista para o entendimento da passagem de repertórios comportamentais em dado momento histórico e social numa comunidade. Para esse fim, são produzidos modelos curtos de entrevista, já que o foco é bastante delimitado (ARAGAKI et al., 2014).

Outra finalidade da entrevista é entender como as pessoas se posicionam e como se construíram os posicionamentos entre elas a fim de explicar de que modo as relações de saber, poder e mesmo de negociação vão se constituindo pelos participantes da pesquisa em questão (ARAGAKI et al., 2014).

Nesta pesquisa a entrevista (modelo no apêndice A) foi realizada a partir de um roteiro previamente estabelecido, o qual serviu apenas como norte para o trabalho. Assim, se desenvolveu por direções variadas de acordo com a demanda produzida na relação pesquisador-participante.

As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos participantes e, foram realizadas, em parte, presencialmente para aqueles professores vinculados à UFAL, devido à proximidade dos pesquisadores ao *campus*. Os demais foram entrevistados *online* via chamadas de vídeo pelo *Skype*¹⁷ e *Hangouts*¹⁸. O tempo de duração previsto por entrevista foi em média de 40 minutos.

¹⁷ O *Skype* é uma ferramenta tecnológica de comunicação que faz parte da Microsoft. O *chat*, as chamadas de voz e com vídeo do *Skype* facilitam a troca de experiências entre as pessoas. <http://www.skype.com/pt-br/about/>

¹⁸ O *Hangouts* é mais uma ferramenta que oferece serviço de videoconferência com áudio gratuita, porém apenas entre os usuários do *Google+*. <https://plus.google.com/hangouts?hl=pt-BR>

A partir do que se produziu nas entrevistas foi possível compreender o posicionamento dos professores/pesquisadores com relação à questão da ética em pesquisa *online* ou em AVA. Além disso, esse recurso permitiu a obtenção de informações a respeito da prática de trabalho dos professores/pesquisadores entrevistados, inclusive das dificuldades enfrentadas e percebidas por eles.

4.4 Procedimentos éticos

Os procedimentos deste estudo não oferecem riscos maiores que aqueles encontrados na rotina dos participantes, portanto trata-se de um estudo de risco mínimo. Pode surgir ansiedade decorrente da resposta à entrevista. O risco de ansiedade é minimizado durante a entrevista, com apoio do pesquisador. Ao participar desta pesquisa, o participante (conforme a 466/12) voluntário não foi identificado, permaneceu em anonimato e pôde retirar seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem sofrer nenhum prejuízo. Esta pesquisa também não trouxe gastos financeiros para o participante, tampouco proporcionou alguma forma de ressarcimento financeiro pela participação neste estudo.

A pesquisa contribui como fonte de informação, possibilitando decisões mais acertadas para membros dos órgãos e comitês que tratam sobre a ética na pesquisa com seres humanos. Além disso, busca favorecer novas reflexões sobre questões que provocam dúvidas entre professores/pesquisadores da educação ou mesmo que estão sendo negligenciadas em meio a prática da produção do conhecimento científico destes atores.

Em conformidade com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, este trabalho buscou em todas as etapas do seu desenvolvimento a proteção devida aos participantes da pesquisa, assegurando, sobretudo, a dignidade, liberdade, autonomia e anonimato dos participantes.

O protocolo foi aprovado pelo CEP/UFAL sob o número de aprovação: 20487814.7.0000.5013.

4.5 Análise dos dados

Na busca de um enfoque teórico-metodológico para a análise e interpretação dos resultados desta pesquisa, encontramos a perspectiva das práticas discursivas e produção de sentidos proposta por Mary Jane Spink, a qual está alinhada à abordagem construcionista a partir da Psicologia Social.

A abordagem teórica construcionista no campo da psicologia parte do entendimento de que o indivíduo é uma construção social, distanciando-se, portanto, de outras perspectivas individualistas que embora considerem a dimensão social na constituição do sujeito, centralizam um esforço maior no desenvolvimento cognitivo do mesmo (SPINK e FREZZA, 2013).

O que importa para essa abordagem, portanto, é o momento e a forma que o sujeito interage com a realidade a qual faz parte, ou seja, “os processos de produção de sentido na vida cotidiana”.

De acordo com Spink e Frezza (2013, p. 15), a linguagem é nessa visão um produto social: “o construcionismo reconhece a centralidade da linguagem nos processos de objetivação que constituem a base da sociedade de humanos”.

Entendendo a linguagem como prática social, o construcionismo adota como foco central as práticas discursivas. A perspectiva discursiva, em especial na vertente de Jonathan Potter e Ian Parker, “procura problematizar o contexto discursivo, sem perder de vista a interação. (...) Isso implica em “ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (SPINK e FREZZA, 2013, p. 19-21).

Nesse sentido, o processo investigativo amparado na perspectiva das práticas discursivas desloca os interesses e as explicações para o modo como que as pessoas falam e os repertórios usados ao descreverem a realidade em que vivem (NASCIMENTO, TAVANTI e PEREIRA, 2014).

Com base nessa perspectiva, podemos entender os usos que são feitos desses repertórios, de que forma os argumentos vão sendo construídos, bem como de que maneira esses repertórios colaboram na coprodução de práticas nos diferentes cenários sociais. Esse tipo de análise pode ser utilizada em pesquisa cujo foco esteja no jogo de posicionamentos entre os atores que participam do campo de pesquisa em questão, nas relações de poder, na história de determinado tema ou ideia, etc. (ARAGAKI, PIANI e SPINK, 2014).

A par disso, como os dados deste estudo foram produzidos a partir das falas dos participantes através da entrevista, buscamos por esse caminho entender os significados da prática de trabalho dos professores/pesquisadores, focando, mais especificamente nas implicações da ética na realização de pesquisas *online* e em AVA.

Nesse sentido, o mapa dialógico se apresenta como uma ferramenta analítica importante para dar visibilidade aos significados que se produzem durante a pesquisa.

Sob essa perspectiva, enxergamos algumas perspectivas de respostas ao problema levantado. Assim, o processo de análise envolveu três passos, respectivamente: transcrição sequencial, transcrição integral e a construção do mapa dialógico.

Esse caminho de análise teve início com a transcrição sequencial. Este tipo de transcrição, segundo Nascimento, Tavanti e Pereira (2014, p. 254), significa uma “primeira aproximação com o material a ser analisado e nos auxilia na definição dos temas ou categorias para uso no mapa. Ela é feita a partir da identificação das falas e vozes presentes no áudio, imagens ou textos”. Buscamos com isso identificar nas falas dos participantes quem fala (entrevistados), sobre o que fala (assunto) e os temas que emergiram dessas falas. Assim, observamos a presença de temas como: ética em pesquisa, especificidades éticas em pesquisas *online* e em AVA, críticas, proteção, normatização ética, desconhecimento, plataforma Brasil e estratégias de enfrentamento (Apêndice B).

Posteriormente, passamos para a transcrição integral das falas, momento em que a transcrição é feita de forma literal a fim de preservarmos os discursos originais produzidos no contexto da pesquisa. Para isso, enumeramos as linhas para uma melhor localização dos recortes das falas dos entrevistados no mapa dialógico. Os nomes dos participantes da pesquisa foram substituídos por E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7 a fim de garantirmos a não identificação dos participantes voluntários.

Somente após a transcrição sequencial e integral, o mapa dialógico foi construído. De acordo com Pereira (2008, p. 64), mapa dialógico “é um quadro composto por colunas que podem ser divididas de acordo com os temas que, em geral, refletem a sistematização dos conteúdos obtidos”. Neste trabalho de pesquisa, o mapa dialógico teve papel significativo, pois colaborou na interpretação dos dados produzidos com base nos diálogos estabelecidos nas entrevistas, facilitando, sobretudo a visualização e a análise de significados presentes nas falas dos participantes.

Para a elaboração do mapa, criamos colunas verticais nomeadas com os temas emergidos das falas dos participantes entrevistados, definidas a partir da transcrição sequencial. Posteriormente, as colunas foram preenchidas com a transcrição integral das falas, conforme está representado no Quadro 1.

Quadro 1 – Mapa Dialógico

Entrevistado	Linhas	Ética na pesquisa	Proteção	Críticas	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA	Normatização ética	Estratégias de enfrentamento
E1	39-41 86 – 88 183-192 43-58 59-67 73-77	Ela é fundamental, porque nós temos sujeitos envolvidos com visões diferentes, com perspectivas políticas e culturais diferentes, portanto esse cuidado nós devemos ter. Independente de como esse sujeito vai se manifestar nos instrumentos que eu vou usar para coletar dados eu vou ter que ter cuidados éticos.	Vejo a ética em pesquisa como algo muito importante, porque são garantias que o pesquisador tem de no futuro não responder algum tipo de procedimento jurídico administrativo por ter usado fontes sem as devidas autorizações.		Um grande problema decorrente do uso da tecnologia é a identidade. Eu não sei até que ponto o sujeito que responde o instrumento de pesquisa ele é o próprio. Em alguns casos eu não sei se aquela pessoa que está lá se diz ser homem ela é mulher, se ela diz ter 30 ela pode ter 15. Eu como pesquisador não tenho garantia de que esse sujeito é ele mesmo, então isso é algo bastante complicado. O uso de imagens, na forma de vídeo ou na forma de foto precisa ter autorizações dos envolvidos. Geralmente essa autorização está dentro do TCLE. O problema é que mesmo assim algumas pessoas se negam a disponibilizar a imagem, então isso prejudica muito as pesquisas principalmente quando a gente usa o recurso da observação e quer comprovar essa observação usando algum tipo de imagem. O vídeo a gente	O problema dessa resolução é que ela é genérica para a área da saúde e na área da Educação, das ciências humanas, nós temos as especificidades que não são da área da saúde e então muita coisa dessa norma não cabe ao nosso cenário de pesquisa.	

					<p>está tendo dificuldade embora a gente esclareça, as pessoas se negam achando que vai ser descontextualizada a imagem dela. Isso é um desserviço à pesquisa, no meu entendimento.</p> <p>Outra questão ética importante é o texto que se escreve no mundo virtual, que são escritos nos fóruns, que se escrevem nos blogs, todo tipo de material que se publica na internet que a gente pode usá-los sem o consentimento ou se a gente vai ter que fazer consentimento para cada um dos participantes. Por exemplo, numa turma de 100 alunos no AVA eu vou precisar que eles me autorizem a usar os dados ou o fato de já estarem na disciplina já me concede o direito de uso?</p>		
E2	89-98 25-28 35-39	Eu aprendi desde cedo que a ética na profissão, qualquer que seja a profissão, é muito importante. (...)	Ter o cuidado e preservar as pessoas, os grupos, é um cuidado que todos nós devemos ter, até para não		Se nós estivermos fazendo uma pesquisa no fórum a não identificação daquele indivíduo é importante porque o que interessa são os conteúdos que estou avaliando ali e não o indivíduo, então preservar o		

		Então é dentro dessa visão que a gente tem que trabalhar com a pesquisa científica e é dessa forma que eu procuro trabalhar.	identificar, porque nós não estamos interessados em expor as pessoas.		indivíduo em toda a sua integridade seja ela moral ou física a gente tem que fazer sempre.		
E3	35-46 31-37 82-93 110-116 121-124 171-176	<p>Acho fundamental que seja esclarecido para os sujeitos qual o objeto da pesquisa, qual a intenção dele, qual a implicação disso para o sujeito.</p> <p>Acho fundamental a existência de termos de consentimento livre esclarecido, o TCLE. Acho fundamental que quando você trabalha com menor, além do TCLE, que o menor tenha também o termo de assentimento, embora que a</p>	É fundamental. A cada dia mais a gente precisa ter cuidado com relação as pessoas, na forma como se trata, como se trabalha. Por isso, é preciso respeitar, considerar, valorizar e dar autoria a essas pessoas, e que seja esclarecido para os sujeitos qual o objeto da pesquisa, qual a intenção dele, qual a implicação disso para o sujeito da	A Plataforma Brasil apresenta vários problemas: dificuldades no preenchimento, o suporte não funciona, você manda as mensagens reclamando ou explicando que está precisando deletar tal coisa, pensa que alguém te responde? Ninguém lhe dar a mínima! Então, na verdade, o problema maior é a infraestrutura técnica da plataforma. Se você errar não consegue	A gente ainda parte de metodologias que são adequadas e usadas nos ambientes presenciais e nós precisamos relativizar, pensar porque nenhuma das duas resoluções pensam essa questão desse tipo de pesquisa no ambiente online. Então, a minha questão é: basicamente, a gente ainda não sabe como fazer apesar de ter mais de 20 anos trabalhando com tecnologias digitais e apesar da internet já existir há bastante tempo. Já tem várias pesquisas nesses ambientes, mas o referencial ainda está sendo construído.	(...) Precisa realmente ampliar as pesquisas para que o Ministério da Saúde, o grupo que pensa nessas questões da ética na pesquisa, tenham um olhar diferenciado para esses ambientes, para assim criar elementos que deem conta dessas especificidades.	[...] eu tenho que ter outros dados, eu tenho quer fazer a triangulação pra ver se efetivamente se aquela leitura que eu estou fazendo daqueles dados, procede né?! Então eu penso, na minha opinião, que a gente não deve usar apenas um só instrumento de investigação mesmo que seja uma análise de conteúdo eu tenho que identificar outros instrumentos que possam fortalecer as informações que eu identifiquei no conteúdo que eu analisei do fórum, por exemplo.

		<p> pessoa seja criança, ela precisa ser valorizado, ela precisa entender que ela tem um papel importante naquela pesquisa, mas que o que ela está me dizendo é sigiloso, que eu vou preservar a identidade dela, vou respeitar aquilo que ela está considerando importante. E acho mais importante ainda, vou te dizer, quando a gente tem a oportunidade de voltar para o sujeito e dizer: oh eu registrei aqui o que você estava me dizendo, o que você acha? É isso mesmo? Porque às vezes nós ouvimos uma coisa e entendemos </p>	<p>pesquisa.</p>	<p> excluir o projeto, sendo necessário criar um novo projeto, a interface dela é péssima. E também o excesso de documentação, mesmo eu entendendo que é importante. </p>			
--	--	--	------------------	---	--	--	--

		outra, e o sujeito não queria lhe dizer aquilo.				
E4	4-6 7-14 27-33 40-44 49-50 101-113	A ética em pesquisa não só é necessária como o debate tem que ser intensificado.			<p>As questões da ética em pesquisa, sempre foram objeto de estudo, de discussão, de orientação, mas hoje por conta do uso das tecnologias, tem-se uma facilidade maior de coletar dados, como também de ter acesso a diversos textos, de diferentes autores em diferentes momentos. Isso implica aos envolvidos terem consciência da sua responsabilidade ética.</p> <p>[...] você vai trabalhar com curso online que já aconteceu, você vai trabalhar com documentos desse curso, então não necessariamente você vai coletar direto com os alunos ou ex-alunos desse curso porque o curso já terminou. Você até pode complementar as informações, mas o foco maior de coleta pode ser os documentos, as interações, produções dos alunos desse ambiente virtual, mas mesmo nessas situações você tem que ter autorização dessas pessoas para trabalhar com esses dados.</p>	<p>A ética em pesquisa no Brasil está seguindo a lógica da ética em pesquisa médica, então algumas coisas que a gente tem que seguir são de lei, mas há uma discussão bastante grande sendo feita na ANPED justamente sobre a ética em pesquisa na Educação.</p> <p>(...) A gente tem que seguir tudo, mas é preciso colocar em discussão até que ponto algumas exigências são efetivas para o caso da Educação.</p> <p>Olhe quando você tá falando nessas regras você está falando em informatização em regulamentação se você fizer isso pra cada instrumento, recurso tecnológico, essas normas estarão continuamente desatualizando agora você tem que fazer algo numa forma mais genérica que sirva para</p>

						diferentes recursos interfaces e tecnologias, por exemplo, você não pode por no mesmo pacote, você tem que pensar nas especificidades quando você fala de AVA, blog, facebook e demais redes sociais porque AVA não é rede social porque AVA de uma maneira geral é um grupo pequeno dentro de um ambiente restrito, tem que ter senha tararara, é verdade que no facebook você também pode fazer atividades restritas, mas ele tem na sua própria criação uma proposta diferente, a proposta dele é justamente abertura, não é de participação de todos paraparara então você tem que tratar essas especificidades, mas não dar para chegar no nível de recurso por recurso.	
E5	54-56 86-92 232-235 58-63	Eu acho essencial eu defendo isso como vice		(...) não é evidente, não é evidente, tem coisas que você	Na pesquisa online o que é que eu sinto as pessoas não respondem, eu acho que foi a professora A., ela fez uma	Tá muito vinculado ainda a questão da área de saúde. (...) Acho que ela não tá adequada	

	97-103 72-76	coordenadora do programa de pós graduação em ensino de ciências e matemática que eu sou, eu tenho alguns problemas, problemas não, divergências com alguns colegas que acham desnecessário.		acha que tá preenchendo correto mais não tá, precisa efetivamente de uma capacitação, então eu não sou da área de Ciências da Computação, mas eu penso... eu converso muito com o professor F. P. que é da área de usabilidade e ele diz assim, uma interface que você tem que ficar olhando pra ela mil vezes, pra não saber o que você vai fazer ela não é boa, eu sempre dou o bom exemplo do facebook, porque que o face explodiu? Porque a interface dele é intuitiva, você sabe exatamente o que faz, você não tem duvidas pra dizer: ah	pesquisa online com os tutores, ela queria chorar porque não vinha resposta, ela suplicava, ela ajoelhava, o que é que eu sinto: nós brasileiros, não temos tradição em responder nenhum tipo de questionário.	para as nossas pesquisas, você preenche coisas que a meu ver, não é que são desnecessárias , mas que não faz parte do desenho e aí as pessoas se desanimam.
--	-----------------	---	--	--	--	---

				<p>aqui eu vou fazer isso, tá claro ali, você entra e está clean.</p> <p>(...) você tá entendendo o que eu tô querendo dizer, então assim não que eu seja... eu acho que os comitês de ética deviam fazer um movimento para ter algo, por exemplo, você tem a Plataforma Lattes e agora você tem a Plataforma Sucupira, por exemplo a Plataforma Sucupira, professor W. tava falando, eles vieram com a plataforma pronta, os programas de pós graduação tiveram que engolir nunca escutam o usuário, eu acho que antes de</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p> você fazer qualquer tipo de plataforma, você deve escutar o usuário para entender que tipo de demanda está em jogo. (...) Vou te ser muito sincera, essa plataforma Brasil, so sorry! Eu preencho, bom vou falar uma coisa aqui, mas eu tenho colegas, professores de pós-graduação que não tem o seu perfil na Plataforma Brasil e não deixam de ser bons pesquisadores não deixam de ser pessoas éticas, mas eu acho que tem um problema ali, um de interface bem sério. </p>			
E6	33 a 35					E onde é que eu posso ajudar mais especificamente, já que	

						eu não conheço esses meandros, nem essa legislação (CNS 466/12) que você citou ai, por isso que eu pedi a você pra fazer uma sinopse de cada uma.	
E7	469-520 525-554 771-780 653-665	A gente tem muito que conquistar em termos de bioética eu penso, muito mais do que ética em pesquisa, porque a ética em pesquisa é apenas uma fatia da bioética, a bioética é muito maior do que a ética, hoje eu penso, por exemplo, que uma disciplina como a bioética ou uma disciplina como ética em pesquisa deveria existir na graduação, alguns cursos de graduação aqui na universidade já tem, especialmente		(...) eu penso que isso facilita a rotina do comitê, porque você diminui o papel, a celeridade a depender do parecerista é rápida, alias há uma celeridade, precisa ser rápida, mas em outros aspectos a rotina do pesquisador fica um inferno, você fica aguardando os períodos. Eu conheço colegas que diz ah ficou com uma pendência, ai eu atendi a pendência mandei de volta depois de um mês me disseram que tinha outra		Eu penso que é preciso informar ao pesquisador sobre o que tem sobre o que já existe, eu parto primeiro desse principio, porque eu vou criar algo novo se o pesquisador não conhece nem o que já existe. (...) O que eu penso é que o pesquisador muito mais do que usuário ele não pode se dar o luxo de dizer que não conhece a legislação, a questão é que o pesquisador também não conhece, porque ele não foi informado, ele não foi educado, nós não temos ainda uma cultura da bioética e ela é uma cultura rara.	(...) do ponto de vista ético eu não posso partir do pressuposto de que o outro é desonesto, ele pode ser desonesto, porque no universo on-line eu posso não ser eu, mas a pesquisa precisa ser feita né, essa que é a questão, se você tem uma amostra de 100 pessoas que serão entrevistadas on-line, ou que responderão o questionário on-line eu não posso partir da ideia de que são 100 pessoas desonestas, quem vai responder é o tio, o pai, a mãe, a namorada, o colega, eu vou receber as respostas e vou trabalhar com as respostas que eu tenho. É uma

		<p>na área de saúde, quando eu dou, por exemplo, organização do trabalho acadêmico, eu pego um momento do semestre só para discutir isso, porque envolve o direito de propriedade intelectual, o bom uso de uma citação, até como eu adquirir o consentimento de um pai ou de um diretor de uma escola ou de um arquivo, se esse arquivo é físico ou digital, eu não posso chegar e simplesmente dizer olhe eu quero usar, você tem o acervo digital e a biblioteca eu posso fazer a consulta que é permitida publicamente,</p>		<p>pendência, eu atendi, depois de outro mês me disseram que tinha outra pendência, aí o pesquisador fica confuso porque ele diz olha eu não cumpri a lei, a impressão que ele tem é que ele não cumriu a lei, se ele tá sendo ético ou não isso não se discuti, se discuti se tem pendência ou não tem pendência, porque que tem pendência e interessante é que as vezes, para um parecerista é uma pendência, para um outro parecerista não é, o que é que tá havendo com a legislação, isso já é um conflito de entendimento procedimental que já existia antes das</p>		<p>questão de trabalhar com o dado cru, porque eu também posso estar aqui dizendo coisas a você que eu nem acredito, faz diferença se você está frente a frente comigo? Eu posso responder a você coisas que eu digo: poxa eu vou dizer ao Luiz o que ele quer ouvir. Eu posso tá aqui como estamos e poderia estar on-line, por isso que eu penso que muitas vezes o importante é a pergunta, como se faz a pergunta, quanto menos indutiva ela for melhor.</p>
--	--	---	--	--	--	--

		<p>mas existem alguns arquivos que não são públicos, eu não posso simplesmente chegar lá e pedir, dizer eu quero, eu tenho que expor motivos, eu penso que isso não é para ninguém tá aprendendo no mestrado, porque quando o estudante se inteira de todos esses recursos legais ele leva no mínimo uns dois meses, três, se for uma pesquisa de vinte e quatro meses é muito tempo, você passa um ano pagando crédito e mais doze meses por principio coletando material e escrevendo a dissertação para a qualificação e</p>	<p>plataformas online quando se dava o parecer na munheca mesmo, isso já existia, tanto que é necessário uma reunião entre os pares lá para que você decida se aquilo ali realmente é uma pendência ou não é, se é uma pendência maior ou menor, as vezes você tem questões mais graves, menos graves, ou muitas vezes um esclarecimento do pesquisador resolve e algumas vezes é conflito de interpretação mesmo, eu interpreto de uma maneira porque eu tô num campo epistemológico diferente do outro, e eu gostaria que</p>			
--	--	---	---	--	--	--

	<p>defesa, se você fica dois meses querendo descobrir como é que se faz, como é que eu chego as fontes, você já levou dois meses da sua pesquisa, que poderia ter sido feito isso na graduação. O estudante vai ter que fazer TCC, um bom TCC implica também, bons cuidados éticos e hoje não tem sentido um estudante de graduação, por exemplo, querer fazer um TCC, saindo por ai entrevistando o povo, fazendo ensaio clínico da maneira que lhe convém, TCC é um trabalho sério. Eu passei quatro anos dentro da universidade, o que é que eu vou dar de</p>	<p>aquele modelo se conglutinasse ao meu campo epistemológico, isso extrapola inclusive ao instrumento normativo, mas eu acho que tudo isso é conquista com o tempo, a mudança também de quem tá como parecerista, acho que isso é muito importante, eu já tive colegas que deram pareceres de uma maneira e na reunião ele repensou o próprio parecer deles: não realmente isso aqui eu concordo, eu pensei como pendencia, mais não é pendencia. Ai você às vezes tá tudo aprovado e a leitura coletiva mostra que ali tem um</p>			
--	---	---	--	--	--

		<p>retorno na forma de TCC? Essa é uma questão ética, mas às vezes o estudante não foi orientado para isso, e no mestrado você corre contra o tempo, é um problema sério, no meu entender é um problema sério e a gente não tem uma discussão mais ampla sobre o que é bioética, ainda se pensa bioética muito no campo da biomedicina, ou a bioética para as minorias, é o quilombola, é o índio, é o considerado sujeito vulnerável, aí você pensa em algum procedimento ético e bioético, mas isso vai das condições acadêmicas de se pensar, até os</p>		<p>problema que eu não vi, mas esses acontecimentos mudam de reunião para reunião, de parecerista para parecerista e de projeto para projeto, o que é chato é que a ideia de que a pesquisa tem a função de produzir conhecimento as vezes nem se discute, que conhecimento vai sair dali?</p>			
--	--	---	--	--	--	--	--

		<p>nossos assédios, muitas vezes um certo terrorismo epistemológico a gente faz, se eu sou seu orientador você tem que caminhar de acordo com o meu referencial teórico e as vezes isso é interessante e frutífero, outras vezes é uma forma autoritária de se fazer pesquisa é um problema ético também, já que estamos em uma universidade, numa universidade publica, o proselitismo teórico é muito forte, isso não se discute e quando tá lá no projeto de pesquisa as vezes o avaliador nem sabe o que é que tá lendo, ele tá</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

		mais interessado se atende a resolução se não atende, tem isso ou não tem aquilo, tem assinatura do coordenador, tem assinatura do fulano, o TCLE tá de acordo com o modelo, não tá?!					
--	--	---	--	--	--	--	--

5. A ÉTICA EM PESQUISAS *ONLINE* E EM AVA: SENTIDOS QUE SE CRIAM NAS FALAS DE PROFESSORES/PESQUISADORES

Conforme o objetivo central da presente pesquisa: compreender a aplicação da ética em pesquisa *online* e em AVA na perspectiva dos professores/pesquisadores da área das TIC na Educação, pretendemos, neste capítulo, discutir, por meio das práticas discursivas, os sentidos produzidos nas falas dos participantes desta pesquisa.

Para isso, utilizamos como recurso facilitador de análise os Mapas Dialógicos, os quais têm como objetivo organizar e sistematizar os processos de análise das práticas discursivas. Esse recurso metodológico permitiu que conhecêssemos um pouco mais do posicionamento de professores/pesquisadores sobre a ética em pesquisa no campo das TIC, questionando e/ou refletindo sobre algumas questões que emergem na prática de trabalho em questão.

Ao tomarmos como fio condutor das análises as práticas discursivas, acabamos por dar visibilidade aos sentidos de ética que norteiam a prática de trabalho de professores/pesquisadores do campo das TIC. Segundo Davies e Harré (1990, p. 45), podemos entender as práticas discursivas como “as diferentes maneiras em que as pessoas, através dos discursos ativamente produzem realidades psicológicas e sociais”. Portanto, o que importa para nós é o que os participantes trazem, os argumentos utilizados por eles e a explicação dada para torná-los plausíveis.

Obviamente, neste capítulo, não pretendemos responder às diversas questões éticas inerentes à produção do conhecimento em espaços e/ou com recursos *online*, tampouco desenvolver diretrizes para que professores/pesquisadores e instituições criem condições mais “adequadas” no que se refere à ética em pesquisa. Nosso propósito é oportunizar condições para o aparecimento de questões abrangentes e fundamentadas numa perspectiva dialógica e democrática de produção dos sentidos. Dessa maneira, discutiremos neste espaço temas trazidos pelas falas dos participantes desta pesquisa.

5.1 Sobre os professores/pesquisadores entrevistados

Os significados produzidos nas entrevistas trouxeram aspectos comuns e diversos sobre a ética na prática de trabalho desses professores/pesquisadores, uma vez que as falas estão baseadas em experiências singulares, construídas e vividas durante a trajetória

acadêmico-profissional de cada um. São caminhos de vida distintos, os quais influenciam suas práticas de trabalho. Nesse sentido, tais singularidades de certa maneira influenciou as entrevistas, as quais ocorreram em tempos distintos, embora apresentaram elementos comuns, como por exemplo o fato de nenhum dos entrevistados ter participado de formação em ética, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 2 – Informes gerais sobre os professores/pesquisadores entrevistados

Entrevistado	Formação inicial	Formação em ética	Tempo de entrevista
E1	Biologia	Não	49 minutos e 34 segundos
E2	Psicologia	Não	25 minutos e 55 segundos
E3	Pedagogia	Não	38 minutos e 8 segundos
E4	Matemática	Não	29 minutos 18 segundos
E5	Pedagogia	Não	57 minutos e 14 segundos
E6	Sociologia	Não	41 minutos e 12 segundos
E7	Filosofia	Não	01 hora, 48 minutos e 43 segundos

5.2 O olhar dos professores/pesquisadores

Nesta pesquisa, por meio das práticas discursivas, partimos do pressuposto de que é possível compreender os significados da ética em pesquisa que permeiam as práticas de pesquisa dos professores/pesquisadores que atuam no campo das TIC. Para tanto, utilizamos como base as entrevistas, as quais fizeram emergir temas dos objetivos da pesquisa e das falas dos participantes.

5.2.1 Considerações sobre o conceito da Ética em pesquisa

Entendida como produto das relações sociais, a ética não é um conceito estável. Assim, tanto a definição do que é ética em pesquisa, como por exemplo, as decisões sobre sua regulamentação, estão arraigadas a contextos históricos e sociais. No âmbito das ciências sociais e humanas, em especial, observa-se uma ética que não pode isentar os pesquisadores

em nenhuma das etapas da pesquisa, desde o ponto de vista institucional até a relação dialógica com seus interlocutores em campo.

Nesse sentido, os professores entrevistados parecem compreender que seu papel como pesquisador, para além dos motivos que justificam a produção do conhecimento, quando a sua atividade envolve outro sujeito na posição de participante da pesquisa, implica o reconhecimento de um cidadão como outro qualquer, imbuído de direitos e que também necessita de cuidados.

Nas falas dos entrevistados há esse reconhecimento. Alguns defendem a ética em pesquisa como de fundamental importância para a prática da produção do conhecimento, conforme se observa:

E1 – Ela é fundamental, porque nós temos sujeitos envolvidos com visões diferentes, com perspectivas políticas e culturais diferentes, portanto esse cuidado nós devemos ter. (...) Independente de como esse sujeito vai se manifestar nos instrumentos que eu vou usar para coletar dados eu vou ter que ter cuidados éticos.

E2 – Eu aprendi desde cedo que a ética na profissão, qualquer que seja a profissão, é muito importante. (...) Então é dentro dessa visão que a gente tem que trabalhar com a pesquisa científica e é dessa forma que eu procuro trabalhar.

E3 – Eu acho fundamental, meu filho, sabe porquê? A cada dia mais a gente precisa ter cuidado com a forma como a gente trata o outro da pesquisa, vamos falar com relação as pessoas, que eu trabalho com pessoas, então é preciso respeitar as pessoas, é considerar as pessoas, é valorizar as pessoas, é dar autoria a essas pessoas, é respeitar essas pessoas, por isso que eu sempre quando estou em banca, eu sempre questiono isso. Acho fundamental que seja esclarecido para os sujeitos qual o objeto da pesquisa, qual a intenção dele, qual a implicação disso para o sujeito. Acho fundamental a existência de termos de consentimento livre esclarecido, o TCLE. Acho fundamental que quando você trabalha com menor, além do TCLE, que o menor tenha também o termo de assentimento, embora que a pessoa seja criança, ela precisa ser valorizado, ela precisa entender que ela tem um papel importante naquela pesquisa, mas que o que ela está me dizendo é sigiloso, que eu vou preservar a identidade dela, vou respeitar aquilo que ela está considerando importante. E acho mais importante ainda, vou te dizer, quando a gente tem a oportunidade de voltar para o sujeito e dizer: oh eu registrei aqui o que você estava me dizendo, o que você acha? É isso mesmo? Porque às vezes nós ouvimos uma coisa e entendemos outra, e o sujeito não queria lhe dizer aquilo.

E4 – A ética em pesquisa não só é necessária como o debate tem que ser intensificado.

E5 – Eu acho essencial eu defendo isso como vice-coordenadora do programa de pós graduação em ensino de ciências e matemática que eu sou, eu tenho alguns problemas, problemas não, divergências com alguns colegas que acham desnecessário.

Além disso, quando se fala “esse cuidado nós devemos ter” ao se referir à proteção ao participante da pesquisa, como pode ser percebida na fala de E1, tenta-se abordar o cuidado de modo que não fique restrito à esfera biomédica, dentro do universo da pesquisa médica, na qual muitas vezes, sem que haja maior reflexão sobre isso, adotam-se procedimentos padrão.

Dessa forma, no campo das ciências sociais e humanas é possível entender que o cuidado vai além da divisão da vida nas categorias social, psicológica e física. O cuidado pode ser entendido nesse campo como a forma ética que os professores/pesquisadores têm de se relacionar com o outro (participante da pesquisa). Isso implica ter referência desse outro como colaborador da pesquisa e, ao mesmo tempo, respeitar e aceitar esse outro com todas as suas contradições e singularidades. Como propõe Schmidt (2011, p. 47):

A colaboração e/ou interlocução como atmosfera de muitos exemplos de investigações participativas supõe, do pesquisador, uma constante atividade auto-reflexiva, bem como a elaboração da problemática do outro, não mais como “objeto”, mas como parceiro intelectual no exame do fenômeno que se quer conhecer.

Por outro lado, ao falar da ética na profissão, E2 nos traz um enfoque ético tradicional característico dos códigos e juramentos. No contexto da bioética, e mais especificamente da ética em pesquisa, conforme Diniz e Guilhem (2008, p. 61), “apenas indicar “faça isso, não faça aquilo” não seria suficiente para assegurar ao sujeito um sistema moral unificado que orientasse a ação” (p. 61). Tal perspectiva representa uma grande limitação no trato dos conflitos morais relacionados ao homem, ao seu bem-estar e ao mundo em que vive.

Nesse sentido, ao adotarmos modelos éticos universais, tal como se vê na vertente principialista, negligenciamos a dimensão intersubjetiva dos participantes da pesquisa, assim como suas narrativas particulares, dentro de contextos sociais específicos. Devido a essas incompatibilidades éticas diante das diferenças culturais, o discurso ético multiculturalista fortalece o movimento crítico em torno da teoria principialista como um contraponto às propostas universalizantes da ética filosófica. Essa noção para o campo da ética em pesquisa destaca um compromisso ético com as visões diferentes dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Isto nos remete à proposta de Engelhardt (1998, p. 46) para quem “a diversidade e a pluralidade de visões morais caracterizam a condição humana”, o que implica uma ética que dê conta de discordâncias e diferenças morais em favor de um convívio social responsável e pacífico.

Vemos na fala da E3, que o seu argumento parte de uma perspectiva que relaciona ética e direito, porquanto destaca como alguns direitos individuais precisam ser garantidos, em especial os relativos à privacidade, confidencialidade e sigilo. Daí a importância de pesquisadores que tomam como sujeitos de suas pesquisas seres humanos de comprovar que o consentimento dos envolvidos foi dado de posse de todas as informações necessárias à formação de sua autorização. As questões presentes nesta fala retratam o dilema da produção

do conhecimento que cobra um preço às chamadas “liberdades individuais”, presente no moderno sistema de proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, como afirma Dallari (2011, p 80-81), “às normas éticas que aconselham o respeito à intimidade, o sigilo e a confidencialidade se junta, nos Estados contemporâneos, a exigência jurídica de tal respeito, caracterizado como um direito individual”. Esse ponto de importância trazido na fala da E3 representa sem dúvida um grande desafio, uma vez que é preciso buscar um equilíbrio justo entre o interesse social e a proteção da intimidade do participante da pesquisa.

Além dos aspectos mencionados, E7 fala da necessidade de disseminação da bioética a fim de permitir uma maior compreensão sobre tema. Diante disso, ressalta a importância de esta disciplina ser partilhada e propagada com os alunos da graduação:

E7 – A gente tem muito que conquistar em termos de bioética eu penso, muito mais do que ética em pesquisa, porque a ética em pesquisa é apenas uma fatia da bioética, a bioética é muito maior do que a ética, hoje eu penso, por exemplo, que uma disciplina como a bioética ou uma disciplina como ética em pesquisa deveria existir na graduação, alguns cursos de graduação aqui na universidade já tem, especialmente na área de saúde, quando eu dou, por exemplo, organização do trabalho acadêmico, eu pego um momento do semestre só para discutir isso, porque envolve o direito de propriedade intelectual, o bom uso de uma citação, até como eu adquirir o consentimento de um pai ou de um diretor de uma escola ou de um arquivo, se esse arquivo é físico ou digital, eu não posso chegar e simplesmente dizer olhe eu quero usar, você tem o acervo digital e a biblioteca eu posso fazer a consulta que é permitida publicamente, mas existem alguns arquivos que não são públicos, eu não posso simplesmente chegar lá e pedir, dizer eu quero, eu tenho que expor motivos, eu penso que isso não é para ninguém tá aprendendo no mestrado, porque quando o estudante se inteira de todos esses recursos legais ele leva no mínimo uns dois meses, três, se for uma pesquisa de vinte e quatro meses é muito tempo, você passa um ano pagando crédito e mais doze meses por principio coletando material e escrevendo a dissertação para a qualificação e defesa, se você fica dois meses querendo descobrir como é que se faz, como é que eu chego as fontes, você já levou dois meses da sua pesquisa, que poderia ter sido feito isso na graduação. O estudante vai ter que fazer TCC, um bom TCC implica também, bons cuidados éticos e hoje não tem sentido um estudante de graduação, por exemplo, querer fazer um TCC, saindo por ai entrevistando o povo, fazendo ensaio clínico da maneira que lhe convém, TCC é um trabalho sério. Eu passei quatro anos dentro da universidade, o que é que eu vou dar de retorno na forma de TCC? Essa é uma questão ética, mas às vezes o estudante não foi orientado para isso, e no mestrado você corre contra o tempo, é um problema sério, no meu entender é um problema sério e a gente não tem uma discussão mais ampla sobre o que é bioética, ainda se pensa bioética muito no campo da biomedicina, ou a bioética para as minorias, é o quilombola, é o índio, é o considerado sujeito vulnerável, ai você pensa em algum procedimento ético e bioético, mas isso vai das condições acadêmicas de se pensar, até os nossos assédios, muitas vezes um certo terrorismo epistemológico a gente faz, se eu sou seu orientador você tem que caminhar de acordo com o meu referencial teórico e as vezes isso é interessante e frutífero, outras vezes é uma forma autoritária de se fazer pesquisa é um problema ético também, já que estamos em uma universidade, numa universidade publica, o proselitismo teórico é muito forte, isso não se discute e quando tá lá no projeto de pesquisa as vezes o avaliador nem sabe o que é que tá lendo, ele tá mais interessado se atende a resolução se não atende, tem isso ou não tem aquilo, tem assinatura do coordenador, tem assinatura do fulano, o TCLE tá de acordo com o modelo, não tá?!

Nesse trecho da fala há uma preocupação de E7 em orientar os alunos da graduação para os cuidados éticos na pesquisa desde a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para ele, decisões tomadas ao acaso pelos alunos durante a realização de um TCC podem representar um problema para a humanidade. Sob essa perspectiva, defende-se a ideia de incentivar os alunos da graduação a pensarem sobre as suas ações em situação de pesquisa, que consequências têm suas ações sobre o participante da pesquisa e a comunidade geral; e suas responsabilidades no tocante às suas ações. Assim, é possível conciliar desde cedo a atividade de pesquisa desses alunos com o respeito à dignidade humana.

Por outro lado, quando E7 afirma que “a gente não tem uma discussão mais ampla sobre o que é bioética, ainda se pensa bioética muito no campo da biomedicina, ou a bioética para as minorias”, é possível perceber a carência de espaços para reflexão entre os próprios professores/pesquisadores. Pressupõe-se nesta fala que tais espaços são de fundamental importância para desvincularmos certas marcas históricas à bioética, como por exemplo, o alinhamento bioética-medicina. Deste modo, conceber certas características de pensamento e da prática médicas como características próprias da bioética é no mínimo restringir o alcance da disciplina a um único campo.

A bioética preocupa-se, portanto, com todas as situações de vida, especialmente dos seres humanos, que estejam em meio a diferentes escolhas morais quanto aos padrões de bem-viver. Mas, diferentemente dos discursos filosóficos que a antecederam, especialmente da ética médica, a proposta de mediação dos conflitos morais sugerida pela bioética caracteriza-se pelo espírito não-normativo, não-imperativo e, especialmente, por sua harmonia com uma das maiores conquistas do iluminismo: o respeito à diferença moral da humanidade (DINIZ e GUILHEM, 2008, p. 114).

Além do mais, (re)pensar uma prática através do diálogo ajuda a desconstruir, “desfamiliarizar”, noções cristalizadas (crenças), as quais representam obstáculos para que outras noções possam ser construídas e “ressignificadas” (SPINK e FREZZA, 2013). Nesta perspectiva, romper com o habitual, com o que está naturalizado numa situação de pesquisa, por exemplo, destaca-se como um primeiro passo rumo à desfamiliarização.

Historicamente falando, no campo das ciências humanas e sociais o debate sobre a ética em pesquisa passou a interferir tardiamente nas escolhas do pesquisador. Tais interferências, provocadas, por exemplo, pelo tema da autonomia desde a Resolução CNS 196/96, exigem novos fazeres por parte do pesquisador inserido neste campo. Isso muitas vezes representa dificuldades, uma vez que envolve novos olhares, novos cuidados e novos procedimentos de pesquisa.

Nesse sentido, ao discutir sobre a ética nas pesquisas qualitativas, Schmidt (2011) defende a ética como o modo de habitar o mundo da produção do conhecimento:

A prática da pesquisa contempla, nessa perspectiva, por um lado, a atualização de atitudes e valores quanto à direção e à serventia do conhecimento e, por outro, a interrogação sobre as dimensões políticas e ideológicas do saber produzido no diálogo com um outro. Por dimensão política compreendem-se as relações de poder (dominação ou emancipação) nas práticas de pesquisa, incluindo a geografia dos lugares de escuta, fala e decisão na condução de todas as fases da investigação. Por dimensão ideológica entende-se a produção de efeitos de reconhecimento, desconhecimento, estranhamento e conhecimento no plano das representações do outro (p. 48).

No trabalho de campo, por exemplo, realizado sob um viés mais participativo, a relação do pesquisador com os participantes é fundamental. Assim, ainda segundo Schmidt (2011, p.51), “a forma de pesquisar traduz, ao mesmo tempo, o método e a ética”. Diante disso, cabe visualizarmos em cada desenho de pesquisa de que maneira o método e a ética estão implicados, desde as fases iniciais da pesquisa até o seu término. Desconstruir uma prática de pesquisa que está naturalizada é desta maneira dar abertura para a proteção daqueles que interagem e dialogam conosco numa situação de pesquisa.

5.2.2 Proteção para quem?

No contexto da ética em pesquisa, o respeito pela dignidade humana direciona-se em especial para a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, embora também vise assegurar os direitos e deveres da comunidade científica.

De maneira geral, no Brasil as normas éticas, cuja responsabilidade de observância é dos CEPs, tradicionalmente preveem temas a que os pesquisadores, ao desenharem e ao executarem determinado projeto de pesquisa, precisam atender. O respeito à intimidade, a descrição das medidas de proteção da confidencialidade e a garantia do sigilo são alguns dos principais temas abordados. Desde a CNS196/96 tais termos são considerados.

Em algumas falas, os professores/pesquisadores dão uma ênfase maior ao cuidado com o outro (participante da pesquisa). Já outro entrevistado desloca suas preocupações éticas para si (na posição de pesquisador), como podemos constatar nas seguintes afirmações:

E1 - Vejo a ética em pesquisa como algo muito importante, porque são garantias que o pesquisador tem de no futuro não responder algum tipo de procedimento jurídico administrativo por ter usado fontes sem as devidas autorizações.

E2 – Ter o cuidado e preservar as pessoas, os grupos, é um cuidado que todos nós devemos ter, até para não identificar, porque nós não estamos interessados em expor as pessoas.

E3 – É fundamental. A cada dia mais a gente precisa ter cuidado com relação as pessoas, na forma como se trata, como se trabalha. Por isso, é preciso respeitar,

considerar, valorizar e dar autoria a essas pessoas, e que seja esclarecido para os sujeitos qual o objeto da pesquisa, qual a intenção dele, qual a implicação disso para o sujeito da pesquisa.

Na primeira fala, a importância da ética situa-se apenas na salvaguarda do pesquisador; em contrapartida, na segunda e terceira falas, os entrevistados ressaltam a proteção e preservação da integridade do participante da pesquisa, o que aponta para a compreensão de que “não pode haver descanso no resguardo do cuidado com os participantes e com o rigor metodológico” (FRANCISCO e SANTANA, 2014, p. 128).

Conforme nos apontam os relatos citados acima, há uma divergência de sentidos, os quais nos permitem fazer algumas interrogações: a serviço de quem ou do que produzimos conhecimento? Quais as implicações que nossas pesquisas têm na vida dos interlocutores, colaboradores e participantes da pesquisa? O que queremos quando produzimos? Essas questões promovem uma autorreflexão sobre a nossa prática de trabalho como pesquisadores para além do comportamento de obediência às normas e procedimentos avaliados por um CEP.

Através dos trechos das falas dos professores entrevistados é possível perceber, portanto, uma tensão que representa talvez o maior desafio da ética em pesquisa: o equilíbrio entre a preservação dos direitos individuais e o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. Para Dallari (2011, p. 78), esse equilíbrio “apenas será alcançado quando todos tiverem consciência de que a percepção dos riscos e sua origem são sociais”. Assim, entendendo a ética como produto de convenções sociais, historicamente construídas, é possível perceber que o argumento das falas de E2 e E3 contempla a ideia razoável de observamos o participante da pesquisa com igualdade, à medida que respeitamos sua liberdade e a cooperação entre eles.

5.2.3 Especificidades éticas em pesquisas *online* e em AVA

A internet e os espaços virtuais arquitetados numa condição dinâmica nos forçam a trabalhar de novas maneiras e a estudar a sociedade de modos diferenciados. Força-nos a pensar novamente sobre nossos instrumentos e a ter certeza de que eles são apropriados para as tarefas em que os aplicamos (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012).

Nesse sentido, numa tentativa de aprofundar os questionamentos levantados, sem, obviamente, a pretensão de respondê-los ou esgotá-los, de acordo com as falas dos participantes, focaremos em alguns aspectos que relacionados com as especificidades das práticas em pesquisa *online* e em AVA, pertinentes ao debate maior da ética em pesquisa.

E4 – As questões da ética em pesquisa, sempre foram objeto de estudo, de discussão, de orientação, mas hoje por conta do uso das tecnologias, tem-se uma facilidade maior de coletar dados, como também de ter acesso a diversos textos, de diferentes autores em diferentes momentos. Isso implica aos envolvidos terem consciência da sua responsabilidade ética.

Diante desse cenário, neste trecho da fala da E4 é possível entendermos que uma infração ética é concebida como um uso socialmente irresponsável do que se produz numa situação de pesquisa com o auxílio das TIC. Porém, o desafio é que não há consciência completa das questões em jogo, muito menos consenso sobre as melhores maneiras de proceder (JONES, 1999).

A questão da identificação do participante no âmbito da pesquisa *online* é um ponto que merece destaque, por ser difícil de verificar, uma vez que, as características de si que as pessoas definem nos espaços *online* não são necessariamente confiáveis. Dessa forma, questiona-se como se pode ter certeza da idade ou da vulnerabilidade desse participante? Este ponto é visto como um dos obstáculos para a avaliação ética, como observamos na seguinte fala:

E1 – Um grande problema decorrente do uso da tecnologia é a identidade. Eu não sei até que ponto o sujeito que responde o instrumento de pesquisa ele é o próprio. Em alguns casos eu não sei se aquela pessoa que está lá se diz ser homem ela é mulher, se ela diz ter 30 ela pode ter 15. Eu como pesquisador não tenho garantia de que esse sujeito é ele mesmo, então isso é algo bastante complicado.

Moore e Kearsle (2007, p. 167) destacam que no âmbito dos AVA “ainda não existe um meio de verificar a identidade do aluno, embora o uso de câmeras em computadores de mesa (*webcams*) oferece efetivamente a possibilidade de realmente ver o candidato para confirmar sua identidade”.

Na busca de alternativas de enfrentamento para essa questão, num trecho da entrevista, E3 aponta para a importância de buscarmos outras informações a fim de confrontá-las:

E3 - [...] eu tenho que ter outros dados, eu tenho que fazer a triangulação pra ver se efetivamente se aquela leitura que eu estou fazendo daqueles dados, procede né?! Então eu penso, na minha opinião, que a gente não deve usar apenas um só instrumento de investigação mesmo que seja uma análise de conteúdo eu tenho que identificar outros instrumentos que possam fortalecer as informações que eu identifiquei no conteúdo que eu analisei do fórum, por exemplo.

Já E7 alerta para a importância de evitarmos apriorismos:

E7 - (...) do ponto de vista ético eu não posso partir do pressuposto de que o outro é desonesto, ele pode ser desonesto, porque no universo on-line eu posso não ser eu, mas a pesquisa precisa ser feita né, essa que é a questão, se você tem uma amostra de 100 pessoas que serão entrevistadas on-line, ou que responderão o questionário on-line eu não posso partir da ideia de que são 100 pessoas desonestas, quem vai responder é o tio, o pai, a mãe, a namorada, o colega, eu vou receber as respostas e vou trabalhar com as respostas que eu tenho. É uma questão de trabalhar com o dado

cru, porque eu também posso estar aqui dizendo coisas a você que eu nem acredito, faz diferença se você está frente a frente comigo? Eu posso responder a você coisas que eu digo: poxa eu vou dizer ao Luiz o que ele quer ouvir. Eu posso tá aqui como estamos e poderia estar on-line, por isso que eu penso que muitas vezes o importante é a pergunta, como se faz a pergunta, quanto menos indutiva ela for melhor.

Além do mais, percebemos no final de sua fala, que E7 argumenta a favor da mobilização do pesquisador para a maneira como elabora as perguntas para os participantes. Desse modo, centrar esforços em questões propositivas seria mais uma estratégia de enfrentamento.

Mas afinal, será que essa tensão acerca da identidade do participante da pesquisa no ciberespaço é necessária?

De acordo com Bauman (1997), as identidades do indivíduo pós-moderno são fluídas, pois não se enquadram numa forma permanente, havendo uma construção contínua de novas identidades, não sendo possível, portanto, estabelecer um tipo de identidade acabada e verdadeira. No contexto do ciberespaço, através das TIC esses indivíduos estabelecem novas formas de interação social as quais possibilitam a (re)criação de identidades para desenvolver suas relações virtuais.

Para Pierre Lévy (1996) essa identidade é virtual, pois ela é desterritorializada, dissociada do sentido de tempo e espaço. Por isso mesmo, pode ser simultânea, ou seja, um mesmo indivíduo pode utilizar diversas identidades sem que isso represente um conflito.

Parece-nos, portanto, que uma ética direcionada ao cuidado desse indivíduo que colabora com a pesquisa não suporta tal verificação uma vez que corremos o risco de reduzir tal participação a um campo rígido e concreto incompatível com a mobilidade virtual.

Ainda com relação à questão da identificação do participante no âmbito das pesquisas em AVA, essa preocupação também ocorre no sentido de resguardar a identidade deste participante, como demonstram a seguinte fala:

E2 – Se nós estivermos fazendo uma pesquisa no fórum a não identificação daquele indivíduo é importante porque o que interessa são os conteúdos que estou avaliando ali e não o indivíduo, então preservar o indivíduo em toda a sua integridade seja ela moral ou física a gente tem que fazer sempre.

Outro ponto emergido nas falas dos participantes, refere-se à autorização dos dados armazenados nos AVA:

E4 - [...] você vai trabalhar com curso online que já aconteceu, você vai trabalhar com documentos desse curso, então não necessariamente você vai coletar direto com os alunos ou ex-alunos desse curso porque o curso já terminou. Você até pode complementar as informações, mas o foco maior de coleta pode ser os documentos, as interações, produções dos alunos desse ambiente virtual, mas mesmo nessas

situações você tem que ter autorização dessas pessoas para trabalhar com esses dados.

Outro ponto observado a partir de uma das falas é que nesse campo de pesquisa há a necessidade do consentimento dos participantes para usar imagens, fotos e vídeos coletados:

E1 – O uso de imagens, na forma de vídeo ou na forma de foto precisa ter autorizações dos envolvidos. Geralmente essa autorização está dentro do TCLE. O problema é que mesmo assim algumas pessoas se negam a disponibilizar a imagem, então isso prejudica muito as pesquisas principalmente quando a gente usa o recurso da observação e quer comprovar essa observação usando algum tipo de imagem. O vídeo a gente está tendo dificuldade embora a gente esclareça, as pessoas se negam achando que vai ser descontextualizada a imagem dela. Isso é um desserviço à pesquisa, no meu entendimento.

Por outro lado, podemos prosseguir com o pressuposto de que os participantes da pesquisa, nesse caso, devem automaticamente nos dar o consentimento para usar suas imagens? A resposta talvez seja bem mais complicada do que parece, o que requer um aprofundamento maior antes de considerarmos tal conduta como um desserviço à pesquisa. Como assinala Uchôa:

Uma questão da maior importância é o conflito que pode surgir entre os interesses do indivíduo e os interesses da coletividade: o que é melhor para o indivíduo nem sempre é o melhor para a comunidade. O que é melhor para a comunidade nem sempre é o melhor para o indivíduo (2001, p. 49).

Além disso, com a Lei 12.965/14, conhecida como o Marco Civil da Internet, a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos usuários são garantias estabelecidas pela nova Lei. Isso exige um cuidado ainda maior por parte do pesquisador (BRASIL, 2014).

Percebe-se ainda que no campo das pesquisas *online* algumas questões éticas suscitam dúvidas e inquietações entre os professores/pesquisadores:

E1 – Outra questão ética importante é o texto que se escreve no mundo virtual, que são escritos nos fóruns, que se escrevem nos blogs, todo tipo de material que se publica na internet que a gente pode usá-los sem o consentimento ou se a gente vai ter que fazer consentimento para cada um dos participantes. Por exemplo, numa turma de 100 alunos no AVA eu vou precisar que eles me autorizem a usar os dados ou o fato de já estarem na disciplina já me concede o direito de uso?

E5 – Na pesquisa online o que é que eu sinto as pessoas não respondem, eu acho que foi a professora A., ela fez uma pesquisa online com os tutores, ela queria chorar porque não vinha resposta, ela suplicava, ela ajoelhava, o que é que eu sinto: nós brasileiros, não temos tradição em responder nenhum tipo de questionário.

De acordo com Bakardjieva e Fenberg (2001), no início da utilização dos dados *online*, os pesquisadores tratavam todo o conteúdo encontrado na rede como aberto para o uso, porém, com o passar dos anos, essa prática foi obstada por um olhar ético. Essa prática tradicional revelou aos pesquisadores a necessidade do cuidado ao considerar preocupações éticas de privacidade, apropriação e consentimento (KOZINETS, 2014).

Nessa perspectiva, é salutar pensar na hipótese de que os participantes de comunidades e culturas *online* podem não atentar para o fato de que suas inferências podem ser lidas e utilizadas por outras pessoas. Noutra momento, portanto, podem reagir com raiva ou frustração pelo fato de suas comunicações aparecerem em uma publicação de pesquisa (KOZINETS, 2014).

A outra questão diz respeito à afirmação da E5 quanto à dificuldade na obtenção de respostas, quando se utilizam os questionários *online*. Percebe-se que neste trecho é trazido pela fala da E5 uma outra personagem: a professora A. Observamos que a voz da professora A. emerge de seu posicionamento de professora/pesquisadora insatisfeita com a utilização dos questionários *online*. Desta maneira, é possível entender que essa voz corresponde à teoria explicativa de pessoas que fazem parte do seu campo de trabalho. Entretanto, na contramão do argumento que assegura sua posição diante do recurso metodológico, presenciamos cada vez mais a popularidade dos questionários *online* em diversas áreas, tais como no *Marketing* (pesquisa de mercado) e nas Ciências Sociais e Humanas (SILVA, SANTANA e FRANCISCO, 2014). De acordo com Freitas (2004), dois aspectos devem ser levados em conta pelo pesquisador para aumentar a taxa de retorno rápida e satisfatória dos questionários enviados: a motivação dos participantes da pesquisa e a familiaridade destes com a internet.

Em consonância com uma compreensão pela busca de ressignificações, de rupturas, de produção de novos sentidos, um dos entrevistados afirmou que:

E3 – A gente ainda parte de metodologias que são adequadas e usadas nos ambientes presenciais e nós precisamos relativizar, pensar porque nenhuma das duas resoluções pensam essa questão desse tipo de pesquisa no ambiente online. Então, a minha questão é: basicamente, a gente ainda não sabe como fazer apesar de ter mais de 20 anos trabalhando com tecnologias digitais e apesar da internet já existir a bastante tempo. Já tem várias pesquisas nesses ambientes, mas o referencial ainda está sendo construído.

Embora os questionamentos éticos no uso das TIC em pesquisas ainda estejam em um estágio inicial de desenvolvimento, como observamos na fala de E3, é preciso incentivar cada vez mais um diálogo maior, a fim de estabelecermos diretrizes que norteiem as práticas éticas na condução da pesquisa *online*.

5.2.4 Normatização da ética em pesquisa

Aspectos relativos às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas emergem em diversas falas dos participantes. Este tema refere-se a pontos de discussão pertinentes à atual resolução 466/12.

Nessa perspectiva, percebe-se inicialmente uma inquietação recorrente dos pesquisadores quanto à falta de regulamentações que contemplem as especificidades metodológicas das ciências humanas, tal como diferentes vozes afirmam:

E1 – O problema dessa resolução é que ela é genérica para a área da saúde e na área da Educação, das ciências humanas, nós temos as especificidades que não são da área da saúde e então muita coisa dessa norma não cabe ao nosso cenário de pesquisa.

E3 – A gente ainda parte de metodologias que são adequadas e usadas nos ambientes presenciais e nós precisamos relativizar, pensar porque nenhuma das duas resoluções pensam essa questão desse tipo de pesquisa no ambiente online. Então, a minha questão é: basicamente, a gente ainda não sabe como fazer apesar de ter mais de 20 anos trabalhando com tecnologias digitais e apesar da internet já existir a bastante tempo. Já tem várias pesquisas nesses ambientes, mas o referencial ainda está sendo construído.

(...) Precisa realmente ampliar as pesquisas para que o Ministério da Saúde, o grupo que pensa nessas questões da ética na pesquisa, tenham um olhar diferenciado para esses ambientes, para assim criar elementos que deem conta dessas especificidades.

E4 – A ética em pesquisa no Brasil está seguindo a lógica da ética em pesquisa médica, então algumas coisas que a gente tem que seguir são de lei, mas há uma discussão bastante grande sendo feita na ANPED justamente sobre a ética em pesquisa na Educação. (...) A gente tem que seguir tudo, mas é preciso colocar em discussão até que ponto algumas exigências são efetivas para o caso da Educação.

E5 – Tá muito vinculado ainda a questão da área de saúde. (...) Acho que ela não tá adequada para as nossas pesquisas, você preenche coisas que a meu ver, não é que são desnecessárias, mas que não faz parte do desenho e aí as pessoas se desanimam.

A atual Resolução 466/12 em parte foi produzida na tentativa de responder a essa questão. Em consulta pública realizada pelo CNS no ano de 2011, constatou-se, por meio de cerca de duas mil sugestões, a necessidade de elaborar diretrizes específicas para as áreas de Ciências Sociais e Humanas. No artigo décimo terceiro desta resolução, inciso terceiro, consta: “as especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades” (BRASIL, 2013, p. 12).

A partir daí, essa questão, trazida nos relatos dos entrevistados, contempla o trabalho exaustivo que vem sendo desenvolvido pelo GT desde 2013, em recorrentes reuniões na sede da CONEP. Numa minuta da resolução específica para ética em pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, elaborada em outubro de 2014, apontam-se três circunstâncias desafiadoras: o fato de o campo de deliberação dessas ciências se encontrar balizado pelo espírito centralizador biomédico e bioético da Resolução 466/12 (que autorizara a convocação do GT) e do Sistema CEP/CONEP; o fato de tais ciências serem diversas entre si, com implicações éticas bastante variadas; e o fato de que a representação da CONEP no

GT exerceu uma contínua pressão para que nossa resolução não se afastasse de muitos dos parâmetros da resolução 466/12.

Especificamente no contexto das pesquisas *online* e em AVA, observa-se essa mesma carência em decorrência de um modelo avaliativo mais flexível, como acentua Kozinets:

Os modelos que gerem nossos códigos de ética precisam ser mais flexíveis no modo como analisam e reconhecem os entendimentos espacial e textual das comunicações mediadas por computador – e talvez adotar outras metáforas que sejam pertinentes e úteis (2014, p. 133).

Na tentativa de produzir novos sentidos acerca dessa discussão, num certo momento da entrevista com um dos participantes da pesquisa indaga-se se seria o caso de criar regras éticas específicas para cada realidade tecnológica. Na sequência, como podemos observar abaixo, E4 acredita ser inviável, visto que, dado os avanços tecnológicos, essas regras sofreriam contínuas atualizações:

Entrevistador – No âmbito das pesquisas online, você acha possível criar regras éticas específicas para cada recurso tecnológico?

E4 - Olhe quando você tá falando nessas regras você está falando em informatização em regulamentação se você fizer isso pra cada instrumento, recurso tecnológico, essas normas estarão continuamente desatualizando agora você tem que fazer algo numa forma mais genérica que sirva para diferentes recursos interfaces e tecnologias, por exemplo, você não pode por no mesmo pacote, você tem que pensar nas especificidades quando você fala de AVA, blog, facebook e demais redes sociais porque AVA não é rede social porque AVA de uma maneira geral é um grupo pequeno dentro de um ambiente restrito, tem que ter senha tararara, é verdade que no facebook você também pode fazer atividades restritas, mas ele tem na sua própria criação uma proposta diferente, a proposta dele é justamente abertura, não é de participação de todos paraparara então você tem que tratar essas especificidades, mas não dar para chegar no nível de recurso por recurso.

Percebe-se, então, a necessidade de ampliarmos esse debate ético no campo das pesquisas *online* e em AVA, em busca de soluções e posicionamentos perante a análise ética de protocolos que envolvem a internet e seus recursos de maneira geral, seja como objeto, local de pesquisa e/ou instrumento de pesquisa.

Ainda dialogando a respeito da possibilidade de regras éticas específicas para cada recurso, E7 enfatiza uma questão pertinente:

E7 – Eu penso que é preciso informar ao pesquisador sobre o que tem sobre o que já existe, eu parto primeiro desse princípio, porque eu vou criar algo novo se o pesquisador não conhece nem o que já existe. (...) O que eu penso é que o pesquisador muito mais do que usuário ele não pode se dar o luxo de dizer que não conhece a legislação, a questão é que o pesquisador também não conhece, porque ele não foi informado, ele não foi educado, nós não temos ainda uma cultura da bioética e ela é uma cultura rara.

Essa falta de conhecimento assinalado por E7 materializa-se em outro momento de entrevista, para a surpresa deste pesquisador – na fala de E6:

E6 – E onde é que eu posso ajudar mais especificamente, já que eu não conheço esses meandros, nem essa legislação (CNS 466/12) que você citou ai, por isso que eu pedi a você pra fazer uma sinopse de cada uma.

O desconhecimento de E6 a respeito da legislação brasileira sobre ética em pesquisa com seres humanos, expresso no trecho acima, apesar de esta temática ter se tornado tema de interesse público há algum tempo, é compreensível. É que a formação de o entrevistado está situada no campo das Ciências Sociais; além do mais, o tema da ética em pesquisa no Brasil se tornou tema obrigatório apenas na década de 1990, com a Resolução 196/96.

Numa tese desenvolvida em 2011, sobre o ensino da Bioética na pós-graduação *stricto sensu*, na área da Saúde, no Brasil, área em que o debate bioético é mais intenso, inclusive o próprio conceito de bioética emerge nesse campo, o resultado da pesquisa surpreende por evidenciar que ainda existe pouca preocupação com a formação ética dos futuros professores e pesquisadores: em 528 (76,4%) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a Bioética ainda não foi incorporada como disciplina autônoma na estrutura curricular (FIGUEIREDO, 2011).

5.2.5 Críticas relativas à Plataforma Brasil

Como vimos até aqui, ao utilizarmos a entrevista como prática discursiva, é possível apreender alguns sentidos acerca da ética em pesquisa no campo das TIC, tal como emerge das falas dos professores/pesquisadores que atuam nesta linha de pesquisa, evitando desta forma a análise em categorias definidas *a priori*.

Ocorre que, como afirma Pinheiro (2014), “o que define a interação é o posicionamento de alguém que pesquisa”, ou seja, os participantes se manifestam mediante o encontro com alguém que provoca (entrevistador). Isso possibilitou em certos trechos das entrevistas que os participantes entrevistados também lançassem suas críticas em relação à temática discutida, nesse caso, mais especificamente, com relação ao sistema eletrônico nacional de recebimento dos projetos de pesquisa: a Plataforma Brasil.

A Plataforma Brasil é um sistema nacional criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

Atualmente, essa plataforma é a única via de protocolo de projetos de pesquisa com seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Assim, a submissão, a tramitação e o acompanhamento dos projetos de pesquisa ocorrem totalmente de forma *online*. Com isso, o

pesquisador não precisa mais ir até o CEP para protocolar o projeto, anexar documentos, retirar pareceres de pendências, pois todos esses procedimentos são feitos pelo sistema, via internet.

Para a submissão de projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, o pesquisador interessado deverá acessar o *site*¹⁹ da Plataforma Brasil e se cadastrar no sistema. Ao efetuar o cadastro, é importante que o pesquisador se vincule a alguma Universidade. Vale ressaltar que o pesquisador pode se vincular a mais de uma instituição.

Considerando esse contexto e tendo em vista as interações que se estabeleceram durante as entrevistas, os participantes fizeram críticas ao sistema em questão. Assim, com base nas informações que circulam em seu meio, processadas por eles ao longo de suas experiências de vida como pesquisadores, os participantes desta pesquisa argumentam que:

E3 – A Plataforma Brasil apresenta vários problemas: dificuldades no preenchimento, o suporte não funciona, você manda as mensagens reclamando ou explicando que está precisando deletar tal coisa, pensa que alguém te responde? Ninguém lhe dar a mínima! Então, na verdade, o problema maior é a infraestrutura técnica da plataforma. Se você errar não consegue excluir o projeto, sendo necessário criar um novo projeto, a interface dela é péssima. E também o excesso de documentação, mesmo eu entendendo que é importante.

E5 - (...) não é evidente, não é evidente, tem coisas que você acha que tá preenchendo correto mais não tá, precisa efetivamente de uma capacitação, então eu não sou da área de Ciências da Computação, mas eu penso... eu conversei muito com o professor F. P. que é da área de usabilidade e ele diz assim, uma interface que você tem que ficar olhando pra ela mil vezes, pra não saber o que você vai fazer ela não é boa, eu sempre dou o bom exemplo do facebook, porque que o face explodiu? Porque a interface dele é intuitiva, você sabe exatamente o que faz, você não tem dúvidas pra dizer: ah aqui eu vou fazer isso, tá claro ali, você entra e está clean.

(...) você tá entendendo o que eu tô querendo dizer, então assim não que eu seja... eu acho que os comitês de ética deviam fazer um movimento para ter algo, por exemplo, você tem a Plataforma Lattes e agora você tem a Plataforma Sucupira, por exemplo a Plataforma Sucupira, professor W. tava falando, eles vieram com a plataforma pronta, os programas de pós graduação tiveram que engolir nunca escutam o usuário, eu acho que antes de você fazer qualquer tipo de plataforma, você deve escutar o usuário para entender que tipo de demanda está em jogo.

(...) Vou te ser muito sincera, essa plataforma Brasil, so sorry! Eu preencho, bom vou falar uma coisa aqui, mas eu tenho colegas, professores de pós-graduação que não tem o seu perfil na Plataforma Brasil e não deixam de ser bons pesquisadores não deixam de ser pessoas éticas, mas eu acho que tem um problema ali, um de interface bem sério.

A partir das falas dos professores/pesquisadores é possível percebermos a busca de um sentido para a dificuldade à qual pedem atenção e solução. De acordo com os trechos das falas, quando vão submeter um projeto na plataforma, os pesquisadores se deparam com uma

¹⁹ <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

interface confusa que apresenta vários problemas; dentre eles, ganham destaque nas falas as dificuldades no momento do preenchimento e o suporte para o usuário.

De acordo com o próprio *site* da Plataforma Brasil, o sistema é atualizado constantemente e traz cartilhas explicativas (manuais) sobre o sistema e um *chat* eletrônico com atendimento *online* que funciona das 08h às 20h, de segunda a sexta, horário de Brasília. Nele, o pesquisador pode tirar suas dúvidas sobre a operacionalidade do sistema. Além disso, no mesmo horário, a plataforma disponibiliza atendimento telefônico através do número 136, opção 8 e opção 9. Entretanto, como consta na fala de uma das entrevistadas: “o suporte não funciona”; “Ninguém lhe dar a mínima!”.

Em outra fala há o reconhecimento de que com a Plataforma Brasil o tempo de trâmite dos projetos no CEP diminuiu:

E7 - (...) eu penso que isso facilita a rotina do comitê, porque você diminui o papel, a celeridade a depender do parecerista é rápida, alias há uma celeridade, precisa ser rápida, mas em outros aspectos a rotina do pesquisador fica um inferno, você fica aguardando os períodos. Eu conheço colegas que diz ah ficou com uma pendência, aí eu atendi a pendência mandei de volta depois de um mês me disseram que tinha outra pendência, eu atendi, depois de outro mês me disseram que tinha outra pendência, aí o pesquisador fica confuso porque ele diz olha eu não cumpri a lei, a impressão que ele tem é que ele não cumpriu a lei, se ele tá sendo ético ou não isso não se discuti, se discuti se tem pendência ou não tem pendência, porque que tem pendência e interessante é que as vezes, para um parecerista é uma pendência, para um outro parecerista não é, o que é que tá havendo com a legislação, isso já é um conflito de entendimento procedimental que já existia antes das plataformas online quando se dava o parecer na munheca mesmo, isso já existia, tanto que é necessário uma reunião entre os pares lá para que você decida se aquilo ali realmente é uma pendência ou não é, se é uma pendência maior ou menor, as vezes você tem questões mais graves, menos graves, ou muitas vezes um esclarecimento do pesquisador resolve e algumas vezes é conflito de interpretação mesmo, eu interpreto de uma maneira porque eu tô num campo epistemológico diferente do outro, e eu gostaria que aquele modelo se conglutinasse ao meu campo epistemológico, isso extrapola inclusive ao instrumento normativo, mas eu acho que tudo isso é conquista com o tempo, a mudança também de quem tá como parecerista, acho que isso é muito importante, eu já tive colegas que deram pareceres de uma maneira e na reunião ele repensou o próprio parecer deles: não realmente isso aqui eu concordo, eu pensei como pendencia, mais não é pendencia. Ai você as vezes tá tudo aprovado e a leitura coletiva mostra que ali tem um problema que eu não vi, mas esses acontecimentos mudam de reunião para reunião, de parecerista para parecerista e de projeto para projeto, o que é chato é que a ideia de que a pesquisa tem a função de produzir conhecimento as vezes nem se discuti, que conhecimento vai sair dali?

Noutro trecho desta mesma fala, E7 destaca o papel dos pareceristas dos CEPs no processo de avaliação ética dos protocolos de pesquisa. Denomina isso de “conflitos de entendimento procedimental”, e afirma que o que se discuti não é o que é ou não é ético nos projetos, pois o foco dos pareceristas reside apenas nas pendências de documentação na plataforma.

Conforme o item VII.2 da Resolução 466/12 os CEP são colegiados locais de revisão “interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade”. A função do comitê é, portanto de avaliar as implicações éticas do projeto de pesquisa. Após o recebimento do projeto de pesquisa os CEP têm 30 trinta dias para revisá-lo e emitir parecer. Caso haja alguma pendência, ou seja, quando houver alguma falta na documentação solicitada pelo sistema CEP/CONEP ou em casos que o protocolo precisa ser mais bem trabalhado no que diz respeito aos requisitos éticos, esse prazo poderá ser ampliado.

Esse trabalho é voluntário e não remunerado, como expressa o item VII.6 desta resolução: “os membros dos CEP e da CONEP não poderão ser remunerados no desempenho de sua tarefa, podendo, apenas, receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação”. A indicação dos membros fica a cargo de cada instituição, mas em geral são convidados a participar pessoas com experiência em pesquisa ou ética.

Nesse contexto, a escolha e a capacitação dos membros indicados para compor os CEPs são consideradas um desafio, visto que esses aspectos podem levar a um viés na revisão dos protocolos de pesquisa submetidos à avaliação (GUILHEM e DINIZ, 2008).

De acordo com os dados obtidos numa pesquisa realizada com quatro CEPs do Estado da Bahia, no ano de 2012, cerca de 71,5% dos participantes da pesquisa consideram as atividades educativas e consultivas realizadas pelo CEP pouco frequentes ou inexistentes; 60% de pareceristas do CEP têm algum tipo de formação ética e 66,7% dos pesquisadores participantes tiveram alguma abordagem ética na trajetória acadêmica. Os dados indicam que os CEPs necessitam de maior apoio institucional e investimento para a consolidação de sua dimensão educativo-consultiva (BARBOSA, BOERY, BOERY e FERRARI, 2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bioética nasceu genericamente como um movimento ético contra os abusos da biologia sobre os valores humanos. Atualmente, como disciplina estruturada e consolidada, suas ramificações alcançam todas as situações e formas de vida que em meio às divergências morais põem em risco os padrões de bem-estar pessoal e coletivo. Indiscutivelmente, graças aos avanços desta disciplina ao longo dos anos, estamos hoje numa posição favorável: lembramo-nos dos excessos do passado com exatidão, percebemos o presente com cuidado e antecipadamente visualizamos o futuro com boas expectativas no que diz respeito à nossa própria existência.

Contudo, em especial no campo da ética em pesquisa com seres humanos, é necessário um esforço maior para que ampliemos substancialmente os horizontes das avaliações éticas das pesquisas para além de uma abordagem universal, de forma que admitam cada vez mais uma instrumentalização condicionada às especificidades metodológicas de cada área do conhecimento humano. Parece-nos que um passo relevante é reconhecer que a própria humanidade é forjada a partir de um cenário moral diverso. Isso necessariamente nos leva a repensar e desfazer algumas práticas cotidianas que aparentemente estão naturalizadas.

Atualmente, no Brasil, por exemplo, o sistema de revisão ética, prestes a completar vinte anos de existência, embora represente uma rede próspera e sólida de comitês de ética em universidades públicas e privadas, centros de pesquisas e hospitais, é predominantemente constituído por algumas raízes essencialmente biomédicas.

É certo que toda desconstrução implica ao mesmo tempo a adaptação de um novo modelo, no caso, uma nova abordagem que fundamente determinado sistema de revisão ética. Exatamente por isso é necessário estabelecermos espaços contínuos para diálogos, sobretudo entre territórios periféricos, a fim de compatibilizar novas demandas.

O esforço deste estudo esteve direcionado para um segmento ainda pouco explorado na temática da ética em pesquisa com seres humanos: a prática da produção do conhecimento científico em espaços *online*.

As TIC são constituídas numa perspectiva de evolução rápida e contínua. Devido especialmente a essa característica mutável, quando incorporadas a uma situação de pesquisa não há consciência das questões em jogo, muito menos consenso sobre as melhores maneiras de proceder. No entanto, várias preocupações éticas fundamentais tornaram-se aparentes, a saber: a privacidade, a confidencialidade, o consentimento informado e a apropriação de

outras histórias pessoais disponíveis no ciberespaço. Embora a problemática exista em outros tipos de esforços de pesquisa, eles são postos em relevo particularmente amplo pela natureza ambígua dos meios eletrônicos.

Por meio da análise das práticas discursivas, utilizando entrevistas, focalizaram-se as perspectivas de professores/pesquisadores que atuam na linha das TIC na Educação sobre a aplicação da ética em pesquisas *online* e em AVA.

Nesse sentido, nas análises e reflexões produzidas no diálogo com os participantes desta pesquisa, foi possível produzir alguns sentidos relacionados às questões éticas de maneira geral, bem como algumas particularidades desse campo de pesquisa.

No que diz respeito ao conceito da ética em pesquisa, foi possível observar nas falas que a palavra ética carrega um sentido polissêmico, fato este que influencia posturas diferentes ante determinada situação de pesquisa. De um lado, percebe-se um discurso enunciado pelos professores/pesquisadores entrevistados sobre a importância da ética em pesquisa que expressa um enfoque procedimentalista, o qual reproduz um sistema de conduta presente em códigos e juramentos próprio do campo da saúde; do outro lado, verifica-se um enfoque direcionado a um cuidado particular cuja ênfase se situa na proteção do participante da pesquisa para além da esfera biomédica e na garantia dos direitos individuais dos colaboradores. Para nós, isso implica ao mesmo tempo, pensar, como sugere Minayo (2011, p. 17), que numa situação de pesquisa “a inter-relação, a empatia e a solidariedade são mais importantes do que qualquer papel assinado”. Por outro lado, noutro discurso enunciado no decorrer das entrevistas indicou a necessidade de fortalecer a discussão da ética em pesquisa desde a graduação para que possamos propagar o cuidado com a dignidade humana.

Observamos também que a noção de proteção dos professores entrevistados refere-se também à salvaguarda judicial do pesquisador, embora em boa parte das falas a ênfase maior tenha sido dada à importância do resguardo do cuidado com os participantes da pesquisa. Esse fato expressa consonância com a resolução 466/12.

Quanto aos aspectos relativos às diretrizes e normas regulamentadoras sobre a ética em pesquisa com seres humanos, os participantes desta pesquisa ressaltaram a inadequação da resolução com a prática de pesquisa nas áreas das Ciências Humanas e Sociais; isso legitima o esforço atual das disciplinas em homologar diretrizes mais coerentes com a diversidade de implicações éticas desse campo. Considerando a diversidade de implicações éticas no contexto das pesquisas *online*, os professores/pesquisadores confirmam que é preciso ampliar o debate para que se possam estabelecer diretrizes específicas; entretanto, segundo as

narrativas, é inviável pensarmos, sequer criarmos regras éticas específicas para cada dispositivo tecnológico em razão da rapidez com que tais recursos se modificam.

O desconhecimento a respeito das legislações brasileiras sobre a ética em pesquisa também restou evidenciado nos diálogos com os participantes desta pesquisa. Esse é mais um ponto de relevância que ressalta o caráter de emergência quanto à formação ética dos professores/pesquisadores. Dos professores entrevistados nesta pesquisa, nenhum possui formação sobre ética em pesquisa.

Neste estudo também percebemos que os professores/pesquisadores se deparam com algumas dificuldades ao submeterem seus projetos à Plataforma Brasil. Tais dificuldades apontam para problemas de preenchimento, segundo eles oriundos da interface da plataforma, bem como de suporte ao usuário.

Mais especificamente com relação às implicações éticas em pesquisas *online* e em AVA, foi possível discutir sobre aspectos conceituais e indagações práticas inerentes ao campo de trabalho, percebendo-se, a partir das narrativas, a complexidade do tema. Isso se deve ao fato de as tecnologias ampliarem a comunicação entre os atores sociais e conferirem maior acessibilidade às informações, o que requer o uso e um cuidado maior por parte do pesquisador.

A identidade do participante no âmbito da pesquisa *online* foi um tema recorrente nas entrevistas, tendo em vista que no ciberespaço as pessoas têm a opção de disfarçar suas identidades, explicitando dados pessoais irreais ou até mesmo fazendo-se passar por alguém que não são. Assim, por vezes, as características de si que as pessoas definem nos espaços *online* não são confiáveis. Isso representa um problema de avaliação ética, visto que se torna difícil verificar a autenticidade do perfil do participante da pesquisa.

Alguns professores/pesquisadores entrevistados nesta pesquisa sugerem duas estratégias de enfrentamento para o problema da identidade do participante: a busca de outras fontes de informações para que se possa confrontar com os dados produzidos pelos participantes e a elaboração de questões propositivas.

Com relação às pesquisas cujo objetivo envolve a análise de dados armazenados nos AVA, os entrevistados reconhecem a necessidade da obtenção da autorização dos autores que produziram os dados em questão.

Outro ponto de importância que emerge no diálogo estabelecido nesta pesquisa refere-se aos desenhos metodológicos que utilizam imagens, fotos e vídeos de pessoas participantes do estudo em questão. Nesses casos, é possível constatar a partir das narrativas que há o

reconhecimento de um cuidado que se materializa na necessidade do consentimento do participante.

Dessa forma, espera-se com este estudo contribuir para o debate da ética no contexto das pesquisas *online* e em AVA, bem como para a maneira como os professores/pesquisadores envolvidos com essas pesquisas devem lidar com os aspectos éticos inerentes à sua prática de produção do conhecimento. Estará aberta, assim, a possibilidade para a (des)construção de discursos em prol de uma prática científica mais ética, direcionada sobretudo para a proteção dos participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. **Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas**. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa-nas-ciencias-humanas>. Acesso em: 30/12/2014.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Reuniões do GT de Ciências Humanas e Sociais da CONEP prosseguirão no ano de 2015**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reunioes-do-gt-de-ciencias-humanas-e-sociais-da-conep-prosseguirao-no-ano-de-2015>. Acesso em: 30/12/2014.
- ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**.
- BAKARDJIEVA, M. ; FEENBERG A. **Ethics and Information Technology**, 2001, 2 (4):233-240.
- BARBOSA, A. S.; BOERY, R. N. S. O.; BOERY, E. N.; FERRARI, M. R. **Desenvolvimento da dimensão educacional dos Comitês de Ética em Pesquisa**, Acta Bioethica, 2012; 18 (1): 83-91.
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAUER, M. Análise de ruído e música como dados sociais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. Responsabilidades morais, normas éticas. In: BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Princípios de Ética Biomédica**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem**

social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ULuzNLHoG6EC&printsec=frontcover&dq=moderniza%C3%A7%C3%A3o+reflexiva&hl=en&sa=X&ei=ijCTUaOUNfS30AHS3YCgBw&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 14/07/2014.

BORDINI, G. S.; SPERB, T. M. **O Uso dos Grupos Focais On-line Síncronos em Pesquisa Qualitativa**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 3, p. 437-445, jul./set. 2011.

BOUMARD, P. **O Lugar da Etnografia nas Epistemologias Construtivistas**. PSI-Revista de Psicologia Social e Institucional, VOLUME 1 - NÚMERO 2 - NOV./1999. Disponível em: www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/capa.htm. Acesso em: 26/12/2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Histórico. **Portal de Periódicos CAPES**. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100. Acesso em: 12/08/2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução 196/1996**: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução 466/2012**: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O movimento dos conceitos na Atropologia. In: **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

COLL, C.; BUSTOS, A; ENGEL, A. As comunidades virtuais de aprendizagem. In. COLL, C.; MONEREO, C. e colaboradores. **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 268-288.

COLL, C.; MONEREO, C. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In. COLL, C.; MONEREO, C. e colaboradores. **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15-46.

CORNWELL, J. A Ciência do Extermínio e Experiências com Seres Humanos In: **Os Cientistas de Hitler**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 303-318.

COSTA, C. J. de S.; PARAGUAÇU, F. Possibilidades de coletas de dados para pesquisa no contexto da Internet. In: COSTA, C. J. de S.; MERCADO, L. P. L. (Orgs.). **Pesquisa em educação online**. Maceió: Edufal, 2011.

CRUZ, M. R. da; CORNELLI, G. **Teorias científicas ou ciência mítica?** Reflexões sobre a ética na ciência a partir da filosofia de Feyerabend. Revista Redbioética/UNESCO, Año 1, 1(2), 85-98, 2010 - ISSN 2077-9445.

DALLARI, G. S. A proteção do direito à intimidade, a confidencialidade e o sigilo nas pesquisas em saúde. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Orgs.). Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. São Paulo: Hucitec, 2011.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. Journal for the theory of social behavior, 1990, 20 (1), 43-63.

DE ANTONI, C.; MARTINS, C.; FERRONATO, M. A.; SIMÕES, A.; MAURENTE, V.; COSTA, F.; KOLLER, S. H. **Grupo focal:** método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2001, 53(2), 38-53.

Declaração de Princípios. Construir a Sociedade da Informação: um desafio global no novo Milênio. Documento WSIS-03/Genebra/DOC/4-E. 12 de Dezembro de 2003. Disponível em: http://www.fbln.pro.br/downloadable/pdf/CMSI_declaracaoprincipios_Genebra2003.pdf Acesso em: 28/12/2014.

DINIZ, D. **Ética na pesquisa em ciências humanas:** novos desafios. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 13(2): 417-426, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1413-81232008000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07/01/2014.

DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (Orgs.). **Ética em pesquisa:** temas globais. Brasília: Editora UNB, 2008.

ENGELHARDT Jr. H. T. Bioética Global: levando à sério as diferenças morais. In: PESSINI, Leocir; SIQUEIRA, J. E.; HOSSNE, W. S. (Orgs.) **Bioética em tempo de incertezas.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FARE, M. de la; MACHADO, F. V.; CARVALHO, I. C. M. **Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em educação no Brasil,** Práxis Educativa, Vol. 9, No 1 (2014).

FIGUEIREDO, A. M. **O ensino da Bioética na pós-graduação stricto sensu, na área de Ciências da Saúde, no Brasil.** RBPG, Brasília, v. 8, n. 15, p. 139 - 161, março de 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. As ciências humanas. In: FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Representar. In: FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FRANCISCO, D. J.; SANTANA, L. Pesquisa Online: Aspectos Metodológicos, Autonomia e Implicações Éticas. In: **Problematizações éticas em pesquisa**. FRANCISCO, D. J.; SANTANA, L. (Orgs.). Maceió: EDUFAL, 2014.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F. K.; FREITAS, P.; COSTA, R. S. **Pesquisa via internet**: características, processo e interface. Revista Eletrônica GIANT, Porto Alegre, 2004, 11p.

GARRAFA, V. **Ampliação e politização do conceito internacional de bioética**. Rev. bioét (Impr.) 2012; 20 (1): 9-20.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**: Teoria e Prática. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. I. Comunidade cooperativa de aprendizagem em rede. **B. TÉC. SENAC**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, maio/ago., 2006.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Bahia: Paideia, v.12, n. 24, 2003, p. 149-161.

GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GUILHEM, D.; GRECO, D. A Resolução CNS 196/1996 e o sistema CEP/Conep. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. (Orgs.). **Ética em pesquisa**: temas globais. Brasília: Editora UNB, 2008.

HARRIS, M. **Vacas, porcos, guerras e bruxas**: os enigmas da cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HAVE ten H. A. M. J. Bioética sem fronteiras. In: PORTO, D. ; GARRAFA, V. ; MARTINS, Z. G. ; BARBOSA, N. S. (Coords.). **Bioéticas, poderes e injustiças**: 10 anos depois. Brasília: CFM/Cátedra Unesco de Bioética/SBB; 2012.

HOYOS, C. R.; GUTIÉRREZ, A. F.; SALVADOR, A. C. Pesquisar a educação on-line a partir da etnografia virtual. Reconhecer a complexidade dos novos contextos educativos. In: APARICI, R. **Conectados no ciberespaço**. São Paulo: Paulinas, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**. Disponível em: http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=226&id_pagina=1 . Acesso em: 24 set. 2014.

JONES, S. G. Studying the Net: Intricacies and Issues. In: JONES, S. G. **Doing Internet research**: Critical issues and methods for examining the Net. California: SAGE Publications, 1999.

JUNQUEIRA, Cilene Rennó. **Bioética**: conceito, fundamentação e princípios. Universidade Federal de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_bioetica/Aula01.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de informação, construção de redes e diversidade cultural. In: GOBBI, M. C.; KERBAUY, M.T.M. (orgs). **Televisão Digital**: informação e conhecimento [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. 482 p. ISBN 978-85-7983-101-0.

KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, D.; SUGAI, A.; GUILHEM, D.; SQUINCA, F. **Ética em pesquisa**: temas globais. Brasília: Editora UNB, 2008.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia geral**. São Paulo Atlas, 2011.

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1º Ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **O que é virtual?**. 1º Ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, W. M. Bioética e comitês de ética. In: LIMA, W. M. (Org.). **Bioética e ética em pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MACÊDO, M. S. Feminismo e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONNETI, A.; LIMA E SOUZA, A. M. F. (Orgs.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MAFFESOLI, M. **El tiempo de las tribus**: el ocaso del individualismo en las sociedades pormodernas. Icaria Editorial, 1990. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dGG7aeAaeTsC&printsec=frontcover&dq=El+tiempo+de+las+tribus&hl=en&sa=X&ei=DDKTUdmCNajo0gHk-YC4CQ&ved=0CDgQ6AEwAQ>. Acesso em: 14/07/2014.

MALUF, P.; GARRAFA, V. **O termo de consentimento livre e esclarecido nas pesquisas com seres humanos**: um estudo de caso. Rev. Bioét (impr.) 2011; 19(3): 725-39.

MANN, C.; STEWART, F. **Internet Communication and Qualitative Research**: a handbook for researching online. London: SAGE Publications, 2000.

- MAURI, T.; ONRUBIA, J. O professor em ambientes virtuais: perfil, condições e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. e colaboradores. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 118- 135.
- MERCADO, L. P. **Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual**. Revista Teias, v. 13, n. 30, 169-183, set./dez., 2012.
- MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson, 2007.
- MORAN, José M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 2007.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MUNDIM, Kleber. Ensino a distância no Brasil: problemas e desafios. In: CHAVES FILHO, Hélio. **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2006.
- NADER, P. A Doutrina do Direito Natural. In: NADER, P. **Filosofia do Direito**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- NAPOLI, R. B. **Fundamentos éticos e bioéticos das resoluções sobre ética em pesquisa no Brasil**. Santa Catarina: Ethic@ (UFSC), v. 6, n. 1, p. 75-97, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/17431/16016> . Acesso em: 15/03/2014.
- NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- PALÁCIOS, M.; MARTINS, A.; PEGORARO, O. **Ética, ciência e saúde**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- PATRÍCIO, M. R.; GONÇALVES, V. Facebook: rede social educativa? In: **I Encontro Internacional TIC e Educação**, 2010. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. p. 593-598. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3584/1/118.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.
- PEREIRA, A. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: PEREIRA, A. C. (Orgs.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Em Diferentes Contextos**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2007.
- PESSINI, L. Introdução à edição brasileira. In: BEAUCHAMPS, T. L.; CHILDRESS J. F. **Princípios de Ética Biomédica**. São Paulo: Loyola, 2011.
- PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. Uma radiografia da bioética no Brasil: pioneiros, programas educacionais e institucionais e perspectivas. In: PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Orgs.) **Bioética na Ibero-América**. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

PESSINI, Leocir; SIQUEIRA, J. E.; HOSSNE, W. S. (Orgs.) **Bioética em tempo de incertezas**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma Prática Discursiva. In: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

PINTO, C. R. J. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PORTO, D.; GARRAFA, V.; MARTINS, G. Z.; BARBOSA, S. N. (Orgs.) **Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois**. Brasília: CFM/Cátedra Unesco de Bioética/SBB, 2012.

RECUERO, R. Comunidades em redes sociais. In: RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RHEINGOLD, H. **La comunidad virtual**: uma sociedad sin fronteras. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

SANTOMÉ, J. T. **A educação na época do neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2011.

SEVERINO, A. J. A Pesquisa em Educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. In: RAITZ, T. R.; FERREIRA, V. S.; GUERRA, A. F. **Ética e Metodologia**: pesquisa na educação. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2006.

SILVA, J. F.; SANTANA, C. M. H.; FRANCISCO, D. J. Uso de questionário on-line em pesquisa com google docs. In: FRANCISCO, D. J.; GORCZEWSKI, D.; DEMOLY, K. R. A. (Org.) **Pesquisa em Perspectiva**: percursos metodológicos na invenção da vida e do conhecimento. Mossoró: EdUFERSA, 2014.

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos. In: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TORI, R. Cursos híbridos ou blended learning. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Manuel M. (orgs). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 121-128.

TOWARDS KNOWLEDGE SOCIETIES. UNESCO's Natural Sciences Sector. An Interview with Abdul Waheed Khan. *World of Science*, v. 1, n. 4, July-September 2003. Disponível em: http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=11958&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 28/12/2014.

VAZQUÉZ, A. S. Problemas morais e problemas éticos. In: **Ética**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WELLER, W.; PFAFF, N. Pesquisa qualitativa em Educação: origens e desenvolvimentos. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: Teoria e Prática**. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

WELLMAN, B. et al. The social affordances of internet for networked individualism. In: **Journal of computer mediated communication**, vol. 8 n.3, 2003. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol8/issue3/wellman.html>. Acesso em: 10/07/2014.

WELLMAN, B. The network communities: an introduction to networks in the global village. In: WELLMAN, B. **Networks in the global village**. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

APÊNDICE

Apêndice A – Modelo de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Caro(a) Professor(a)

Solicitamos sua colaboração no sentido de responder esta entrevista, que faz parte da pesquisa “**Questões Éticas associadas à realização de Pesquisas Online ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: a perspectiva dos Professores/Pesquisadores**”, no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Alagoas, orientada pela Prof^a Dra. Deise Juliana Francisco, cujo objetivo é investigar a perspectiva da ética em pesquisa de professores/pesquisadores que atuam no âmbito das TIC na educação.

Suas respostas são completamente anônimas e apenas os pesquisadores diretamente envolvidos no projeto terão acesso aos dados. Você nunca será pessoalmente identificado neste projeto de pesquisa ou em qualquer apresentação ou publicação decorrente do mesmo.

Este estudo proporcionará benefícios diretos, uma vez que, oferece uma reflexão ética sobre a prática como professor/pesquisador quando na realização de pesquisas online e em ambientes virtuais de aprendizagem.

Sua participação é totalmente voluntária. Você é livre para parar de respondê-la em qualquer momento antes de finalizá-la. Ao concordar com este termo, você estará de acordo que os dados sejam utilizados e analisados.

As questões são simples de serem respondidas. Mesmo assim, caso você se sinta desconfortável diante das perguntas, estarei disponível para prestar o apoio necessário ou esclarecer suas dúvidas sobre os procedimentos através do e-mail lwmachado.neto@gmail.com

Muito grato por sua ajuda e cooperação nesta pesquisa!

A. Dados de identificação:

1. Quanto tempo você tem de atuação como professor(a)/pesquisador(a)?

2. Quanto tempo você tem de atuação em TIC na Educação?

3. Quais os meios de coleta você costuma utilizar nas pesquisas?

- Blogs
- Redes sociais
- Ambientes virtuais de aprendizagem
- Lista de discussões via email
- Formulário googledocs
- Chats
- Mundos virtuais

4. Em sua trajetória acadêmica, você participou de alguma formação sobre a ética em pesquisa?

- Sim Não

B. Perspectivas éticas na pesquisa

1. Na sua prática como pesquisador(a), como vê a questão ética? É presente?

2. Como?

3. Qual a sua posição sobre a normatização ética?

4. Como você percebe o participante da pesquisa? Quais são os cuidados éticos que você considera necessários?

5. Quais vantagens você aponta para as discussões da ética na prática das pesquisas com seres humanos?

6. E desvantagens?

7. Você acredita que a prática da pesquisa online é invasiva, a ponto de provocar prejuízos ao participante que se propõe à pesquisa?

() Sim () Não

8. A prática da pesquisa no âmbito das complexidades tecnológicas e das novas contingências de interações online apontam para um debate ético? De que forma?

9. Como você obtém o consentimento informado em espaços online?

10. Quanto à análise de dados online obtidos, por exemplo, nas listas de discussões do gmail, em posts do facebook ou mesmo em blogs, exige algum cuidado ético no tratamento desses dados por parte do pesquisador? Qual?

11. Você tem cuidados éticos na pesquisa com AVA's? Quais são? Descreva uma situação concreta de pesquisa.

12. Considerando as diversas ferramentas de comunicação que hoje dispomos, tais como os blogs, grupos de discussão, redes sociais, AVA's etc. Você acredita que devemos utilizar regras éticas específicas para cada meio de comunicação eletrônico?

13. Nos meios de comunicação online em que a identidade é difícil de verificar, como podemos ter certeza da idade ou da vulnerabilidade dos participantes da pesquisa?

Apêndice B – Transcrição sequencial das entrevistas

Entrevistador/entrevistados	Assunto	Tema
Pesquisador	Pergunta sobre a prática do professor/pesquisador(a), com a questão ética.	Ética na pesquisa
E1	Fala que sempre está presente numa pesquisa e é fundamental uma vez que lidamos com sujeitos com visões diferentes, com perspectivas e culturas deferentes.	Ética na pesquisa
E2	Ver com um olhar de muita responsabilidade e que a ética é muito importante para a realização da pesquisa.	Ética na pesquisa
E3	Acha fundamental que seja esclarecido para o sujeito qual o objeto da pesquisa, a intenção e a implicação para o sujeito	Proteção
E4	Acredita ser de muita responsabilidade e algo muito importante	Ética na pesquisa
E5	Fala que a questão ética é essencial, grau máximo de fundamental mas...	Críticas Ética na pesquisa
E6		
E7	Defende que as questões éticas devem ser vistas desde a graduação como uma disciplina.	Ética em pesquisa
Pesquisador	Pergunta sobre a normatização ética	Normatização ética
E1	Visualiza as resoluções genéricas, para a área da saúde e na educação não cabe no cenário; Cita como desvantagem a burocratização do processo da Plataforma Brasil	Críticas
E2		
E3	Fala da importância da garantia para o pesquisador, para o orientador e para o programa; Coloca também que apesar de atuar há 20 anos não sabe a regulamentação adequada; Fala que o suporte da Plataforma Brasil não funciona, do excesso de documentação e que a interface é péssima.	Proteção Críticas Plataforma Brasil
E4	Indaga até que ponto são efetivas para o caso da educação, segue a ética médica	Críticas
E5	Critica a usabilidade da Interface da plataforma Brasil justificando a ausência de cadastro de	Críticas Plataforma Brasil

	colegas pesquisadores; Critica a normatização para a área de educação quanto a imposição de uma normatização específica para a área da saúde.	
E6	Fala que desconhecia a legislação	Normatização ética Desconhecimento
E7	Afirma que dentro da estrutura jurídica da 466 é o que está previsto no código civil e se alguém se sentir lesado o direito será acionado mesmo que não esteja prescrito nesta resolução. Critica a maneira que o comitê de ética avalia os projetos de pesquisa; Afirma que os pesquisadores não estão preocupados com o respeito ao participante e sim com o privilegio; Critica o preenchimento do formulário da Plataforma Brasil	Normatização ética Críticas Normatização ética Plataforma Brasil
Pesquisador	Pergunta sobre os cuidados éticos que consideram necessários na prática da pesquisa online e de AVAs.	
E1	Coloca que depende da pesquisa que realiza-se, mas deve-se ter cuidados sugere mais de um instrumento de investigação.	Estratégias de enfrentamento
E2	Fala que esse cuidado deve ser em todos os sentidos, preservação do individuo	Proteção
E3	Crê que deve-se trabalhar com mais de um instrumento de investigação	Estratégias de enfrentamento
E4	Defende que temos que respeitar, é necessário que todos sigam é necessário que se tenha controle	Proteção
E5	Fala da conduta da pesquisa de como eu vou me colocar entre o conhecimento e a informação que o colaborador passa.	Proteção
E6		
E7	Considera importante o conceito de riscos mínimos presente na 466.	Proteção
Pesquisador	Pergunta se é necessário um debate ético na prática da pesquisa no âmbito das complexidades tecnológicas e das novas contingências de interações online.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E1	Acredita ser necessário principalmente com relação às questões éticas relacionadas com a identidade do sujeito nos ambientes virtuais.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA

E2	Fala que tem que ter, é necessário	Ética na pesquisa
E3	Fala que com certeza para que se possa apontar as dificuldades para garantir a ética na pesquisa, para terem consciência da responsabilidade ética.	Ética na pesquisa
E4	Fala que não só é necessário como tem que ser intensificado	Ética na pesquisa
E5	Fala que é necessário principalmente com relação a identificação do sujeito da pesquisa.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E6		
E7		
Pesquisador	Pergunta se há necessidade de utilizar regras éticas específicas para cada meio de comunicação eletrônica?	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E1	Fala que não é possível porque são muitas interfaces e vão se criando a todo momento, entretanto, é necessário para se ter uma análise de qualidade.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E2		
E3	Defende que de acordo com a especificidade deve-se criar diretrizes específicas para cada interface porque cada dia surge interface nova.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E4	Fala que seria impossível porque estarão continuamente desatualizando, os recursos tecnológicas, sugere algo mais genérico para diferentes interfaces.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E5	Fala que não são necessárias regras, mas tem que trabalhar com a noção de princípios éticos dentro dos espaços virtuais.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E6		
E7	Afirma que antes de pensar em regras éticas específicas o pesquisador deve conhecer a Legislação ética que já existe.	Normatização ética Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
Pesquisador	Pergunta sobre a vulnerabilidade dos participantes da pesquisa nos meios de comunicação online.	
E1	Relata ser complicado sugere checar com outros dados.	Estratégias de enfrentamento.
E2		
E3	Acha difícil não tem como garantir, pode-se colher elementos que pode dar uma segurança maior.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E4		

E5	Acredita que a questão da vulnerabilidade social não é determinante dessa questão ética.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E6		
E7	Defende que na pesquisa não deve-se levantar suspeita quanto a honestidade do participante e sim na maneira como a pergunta é feita.	Estratégias de enfrentamento.
Pesquisador	Pergunta se é necessária a autorização do participante em pesquisa envolvendo espaços online públicos.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E1	Fala que tem dúvidas quanto a autorização do participante daquele espaço virtual.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E2		
E3		
E4	Fala da necessidade de se olhar para a Lei de acesso a informação e documentos do poder público.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA
E5		
E6		
E7	Diferencia a autorização dos dados institucionais e dados individuais.	Especificidades éticas em pesquisa online e em AVA

